

**AMANDA BRITO SAMPAIO**

**RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NAS EMISSORAS/RETRANSMISSORAS DE  
TELEVISÃO E NO RÁDIO:**

a prática e as possibilidades nos veículos de Campo Grande

**CAMPO GRANDE  
2017**

**AMANDA BRITO SAMPAIO**

**RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NAS EMISSORAS/RETRANSMISSORAS DE  
TELEVISÃO E NO RÁDIO:**

a prática e as possibilidades nos veículos de Campo Grande

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Cristiane Ota.

**CAMPO GRANDE  
2017**

**AMANDA BRITO SAMPAIO**

**RECURSOS DE ACESSIBILIDADE NAS EMISSORAS/RETRANSMISSORAS DE  
TELEVISÃO E NO RÁDIO:**

a prática e as possibilidades nos veículos de Campo Grande

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação “Recursos de Acessibilidade nas Emissoras/Retransmissoras de Televisão e no Rádio: a prática e as possibilidades nos veículos de Campo Grande” elaborada por Amanda Brito Sampaio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

Campo Grande, MS, 19 de Maio de 2017

**COMISSÃO EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Profa. Dra. Daniela Cristiane Ota  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Profa. Dra. Tais Marina Tellaroli Fenelon  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Profa. Dra. Suely Maciel  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp

*Aos meus pais Josué e Rosangela por me permitirem  
conhecer a força que brota do amor.*

## AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata a Deus, pela graça de cursar um mestrado e receber Seu amparo e fortaleza durante cada etapa desta experiência.

Agradeço aos meus pais, pelo auxílio e incentivo em todos os momentos. E também, ao meu irmão e demais familiares, por acreditarem na minha capacidade e compartilharem com alegria as minhas vitórias.

Ao meu noivo Talis, que foi o abraço e o ombro para os prantos, meu abrigo e apoio, e bem mais que meu amigo.

À Fernanda Ramos, pelas recepções e companhia, também pelas orações e cumplicidade dedicadas a mim.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-graduação Mestrado em Comunicação da UFMS, pela ajuda em muitas situações e superações, além do estímulo de sempre.

À amizade e companheirismo da Carolina Costa, do Everson Umada e da Paula Vitorino, que são presentes que o mestrado me deu. Os levo em um lugar especial no coração.

À minha orientadora Daniela Ota, por toda a atenção, compreensão e direcionamentos, carregados de valores pessoais e profissionais, que foram essenciais nesse tempo em que compartilhamos este desafio.

Aos membros da banca por toda ajuda e correções.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento para o desenvolvimento da pesquisa.

À todas as pessoas que deixaram marcas em mim, nas minhas experiências profissionais, acadêmicas e pessoais, e que contribuíram para que eu chegasse até aqui sendo quem sou.

Eu sou tanta gente! Gratidão a todos.

*“Além de todos os aspectos técnicos e das leis relacionadas à acessibilidade o que mais você destacaria como importante para inclusão de pessoas com deficiência? - Nesse momento creio que falou mais alto toda a minha história e as pessoas que fizeram parte dela, sem dúvida a resposta era simples, a sensibilidade”.*

*(Carlos Ferrari)*

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo verificar o cenário da acessibilidade nos meios de comunicação televisão e rádio em Campo Grande, a fim de esclarecer a qualidade e a suficiência dessas produções para o público que delas necessita. Entre os interesses específicos desta investigação estão: o mapeamento da produção dos recursos de acessibilidade das emissoras/retransmissoras de televisão para programações locais e a avaliação da adequação e qualidade através da análise comparada dos recursos com as categorias criadas a partir do que rege a Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 15290:2016). No rádio buscamos identificar produções que utilizassem todas as formas sonoras e não sonoras da linguagem radiofônica, além de recursos técnicos/expressivos da reprodução, para tornar um produto proveniente de outro formato da comunicação, acessível. Como categoria de comparação para a análise de produtos do rádio, utilizamos o sistema semiótico radiofônico proposto por Balsebre (2005). A pesquisa revelou uma precariedade na oferta de programas locais com os recursos de acessibilidade nos veículos televisivos e também, quando encontrados, os recursos dessas programações não possuem qualidade suficiente para a garantia de acesso às informações com autonomia. Quanto ao rádio, a quantidade de produtos verificados que contemplam o conjunto de elementos da linguagem radiofônica foi irrisória e mesmo em materiais do gênero jornalístico de cunho educativo e cultural como o radiojornal estudado, não houve ocorrência.

**Palavras-chave:** Recursos de Acessibilidade. Televisão. *Closed Caption*. Rádio. Linguagem Radiofônica.

## ABSTRACT

This dissertation aims to verify the accessibility scenario in the television and radio, means of communication, in Campo Grande, in order to clarify the quality and sufficiency of these productions for the public that needs them. Among the specific interests of this investigation are: the mapping of the production of the accessibility resources of the television transmitters/retransmissions to local programming and the evaluation of the adequacy and quality through the comparative analysis of the resources with the categories created from that which governs the Brazilian Association Of Technical Standards (NBR 15290: 2016). In the radio we looked for to identify productions that used all the sonorous and non-sonic forms of the radiophonic language, besides technical/expressive resources of the reproduction, to make a product coming from another format of the communication, accessible. As a comparison category for the analysis of radio products, we use the radio semiotic system proposed by Balsebre (2005). The research revealed a precariousness in the offer of local programs with the accessibility features in television vehicles and also, when found, the resources of these programs are not enough quality to guarantee access to the information with autonomy. As for the radio, the number of verified products that contemplate the set of elements of the radio language was ridiculous and even in materials of the journalistic type of educational and cultural like the radiojournal studied, there was no occurrence.

**Key-Words:** Accessibility Resources. Television. Closed Caption. Radio. Radio Language.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Equação sobre o desvio do valor para a taxa de acerto (NBR 15290:2016, p.7). .....	37
Figura 2 - Sistema Semiótico Radiofônico.....	45
Figura 3 - Erro Omissão Grave - PGM 04 (24'13") .....	89
Figura 4 - Erro Omissão Médio – PGM 03 (35'02") .....	90
Figura 5 - Erro Substituição Grave - PGM 03 (13'06").....	91
Figura 6 - Erro Substituição Médio - PGM 03 (14'12") .....	92
Figura 7 - Erro Acréscimo Leve - PGM 02 (15'23") .....	92
Figura 8 - Erro Grafia Grave - PGM 03 - (08'39") .....	94
Figura 9 - Erro Grafia Médio - PGM 01 (07'30").....	95
Figura 10 - Erro Grafia Leve - PGM 03 (35'30") .....	96
Figura 11 - Erro de Numerais Grave - PGM 03 (03'52") .....	97
Figura 12 - Erro de Numerais Médio - PGM 03 (35'50") .....	98
Figura 13 - Erro Símbolo Música - PGM 04 (28'27") .....	99

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cronograma estabelecido para legenda oculta e dublagem.....	28
Tabela 2 - Cronograma estabelecido para audiodescrição .....	29
Tabela 3 - Consulta Geral de Televisão em Junho de 2015 .....	55
Tabela 4 - Consulta Geral FM .....	61
Tabela 6 - Rádios Comunitárias de Campo Grande consultadas em Junho de 2015 .....	64
Tabela 7 - Consulta Geral OM em Junho de 2015 .....	65
Tabela 8 - Cronograma de Captura da Amostra Experimental .....	71
Tabela 9 - Cronograma de Captura da Amostragem para Estudo de Caso .....	71
Tabela 10 - Características do Sistema do CC Exibido, Comparado à NBR 15290:2005 .....	74
Tabela 11 - Características de Construção e Apresentação do <i>Closed Caption</i> .....	77
Tabela 12 – Erro de Omissão .....	88
Tabela 13 – Erro de Substituição ou Acréscimo de Palavra ao Texto .....	90
Tabela 14 – Erro de Palavra Registrada com a Grafia Errada (português) .....	93
Tabela 15 – Erro ao Identificar de Forma Incorreta o Orador ou Não Indicar Troca de Orador ..	96
Tabela 16 - Erro de Numerais.....	97
Tabela 17 - Letras de Músicas .....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT	- Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	- Análise Comparada
AD	- Audiodescrição
ADA	- <i>American with Disabilities Act</i>
Afrangel	- Lar das Crianças com HIV/AIDS
Anatel	- Agência Nacional de Telecomunicações
AVA	- Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVT	- <i>Audiovisual Translation</i>
CAT	- Comitê de Ajudas Técnicas
CC	- <i>Closed Caption</i>
CIA	- Agência Central de Inteligência Americana
Das	- Deficientes Auditivos
DUB	- Dublagem
DVD	- Disco Óptico Digital
EaD	- Faculdade de Educação à Distância
EBC	- Empresa Brasil de Comunicação
EC	- Estudo de Caso
EiTV	- Entretenimento e Interatividade para TV Digital
EUA	- Estados Unidos da América
Fertel	- Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e TV Educativa de MS
FM	- Frequência Modulada
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	- International Business Machines
ISMAC	- Instituto Sul-mato-grossense para Cegos Florivaldo Vargas
LAViD	- Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital
LEAD	- Legendagem e Audiodescrição
LIBRAS	- Língua Brasileira de Sinais
LSB	- Janela de Libras
LSE	- Legenda para Surdos e Ensurdidos
LTDA	- Limitada
MC	- Ministério das Comunicações
MOPA	- Fabricante de Sistemas para o Bandeamento de Cabos
MPOG	- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	- Mato Grosso do Sul
NBR	- Norma Brasileira
Nead	- Núcleo de Educação à Distância
NER	- <i>Number, Edition error and Recognition error</i>
OM	- Ondas Médias
ONU	- Organização das Nações Unidas
OT	- Ondas Tropicais
PAF	- Plano Anual de Fiscalização dos Serviços de Radiodifusão
PAS	- Programa de Assistência a Saúde da UFMS
PBM	- Pesquisa Brasileira de Mídia

PGM	- Programa
RADCOM	- Rádio Comunitária
RNP	- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RIT	- Rede Internacional de Televisão
RTV	- Serviço de Retransmissão de Televisão
TA	- Tecnologia Assistiva
TAC	- Transcrição Assistida por Computador
TAV	- Traduções Audiovisuais
TI	- Tecnologia da Informação
TV	- Televisão
UCDB	- Universidade Católica Dom Bosco
UECE	- Universidade Estadual do Ceará
UFGD	- Universidade Federal da Grande Dourados
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
UFMS	- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UHF	- <i>Ultra High Frequency</i>
Unesp	- Universidade Estadual de São Paulo
VBI	- Intervalo de Apagamento Vertical
VHF	- <i>Very High Frequency</i>
VHS	- <i>Video Home System</i>
SAP	- <i>Second Audio Program</i>
SBT	- Sistema Brasileiro de Televisão
SBTVD	- Sistema Brasileiro de TV Digital
SDH	- Subtitling for the deaf and the hard-of-hearing
SEMED	- Secretaria Municipal de Educação
SPB	- Portal do Software Público Brasileiro

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. ACESSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>20</b>
2.1 A LINGUAGEM TELEVISIVA E SEUS RECURSOS DE ACESSIBILIDADE .....	26
2.1.1 Janela de LIBRAS .....	31
2.1.2 Legenda Oculta .....	34
2.1.3 Dublagem.....	38
2.1.4 Audiodescrição.....	39
2.2 A LINGUAGEM RADIOFÔNICA E SUAS POSSIBILIDADES .....	42
<b>3. O CENÁRIO LOCAL DOS RECURSOS DE ACESSIBILIDADE .....</b>	<b>48</b>
3.1 EMISSORAS/ RETRANSMISSORAS DE TELEVISÃO .....	54
3.1.1 Televisão Morena Ltda (TV Morena).....	57
3.2 EMISSORAS DE RÁDIO.....	59
3.2.1 Rádios de Frequência Modulada (FM).....	60
3.2.1.1 Rádio Educativa UFMS 99.9.....	61
3.2.2 Rádios Comunitárias (RADCOM).....	63
3.2.3 Rádios de Amplitude Modulada (AM) .....	64
3.2.3.1 Radiosul Emissoras Integradas Ltda (Rádio Capital AM 930) .....	65
<b>4. METODOLOGIA, ANÁLISE E RESULTADOS .....</b>	<b>68</b>
4.1 MÉTODOS E TÉCNICAS.....	68
4.2 ANÁLISE COMPARADA DO TELEJORNAL MS TV 1ª EDIÇÃO .....	73
4.3 ANÁLISE DO RADIOJORNAL UFMS .....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>

## ANEXOS

## 1. INTRODUÇÃO

A capacidade de comunicação é um dos mais importantes fatores para o desenvolvimento do ser humano em uma sociedade. Do progresso individual ao coletivo, é através de trocas, registros e difusão de conhecimento que o homem adquire competências de evolução. Ademais, o pleno acesso aos meios de comunicação é significativamente importante para os avanços e autonomia do sujeito, pois, são hoje as principais fontes de informação e entretenimento utilizadas pela população, principalmente em se tratando de televisão e rádio.

Das competências para a utilização desses meios, seja ele de uma radiodifusão de sons e imagens ou somente sonora, são necessários os sentidos da visão e audição ou somente audição. Logo, de modo a não restringir o acesso, instituir a autonomia do usuário e permitir-lhes o uso sem a necessidade de adaptação, o conceito de desenho universal (*design universal*)<sup>1</sup> deve ser aplicado durante as projeções de seus produtos.

Pensar na equiparação das possibilidades de uso, flexibilidade, uso simples e intuitivo, captação de informação, tolerância para o erro, dimensão e espaço para a utilização e interação, são os preceitos que o desenho universal visa. Estes dois meios de comunicação, televisão e rádio, representam espaços para projetos com estes pressupostos, de acordo com o que permite cada uma de suas linguagens. Na televisão, as possibilidades já são fixadas, regulamentadas e estão ativas há algum tempo. O rádio é um meio pouco explorado nessa seara, porém, é repleto de propriedades que contemplam a usabilidade de obras jornalísticas e de entretenimento essencialmente visuais.

Os recursos de acessibilidade seguem esses pressupostos e foram criados para tornar os mais variados dispositivos, serviços e sistemas, acessíveis para pessoas com deficiência, principalmente as sensoriais. No presente trabalho analisamos os recursos de acessibilidade nas emissoras/retransmissoras de televisão e rádio como um possível recurso de acesso para materiais criados em outros formatos, investigando dois programas jornalísticos de dois veículos de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul (MS), o telejornal MSTV 1ª Edição, da TV Morena e o Radiojornal da UFMS, da Educativa UFMS.

---

<sup>1</sup> O termo *Universal Design* foi usado primeiramente em 1985 pelo arquiteto americano Ron Mace que, ao longo de sua carreira, se envolveu com a proposta de criar ambientes que fossem acessíveis à maioria das pessoas, independentemente da idade, habilidade, estatura ou condição física e sensorial (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2012).

O interesse em estudar os recursos de acessibilidade ofertados nos meios de comunicação advém da minha experiência no ambiente de produção televisiva enquanto estagiária na Rede Internacional de Televisão (TV RIT) localizada em Dourados-MS, em 2013, enquanto graduanda em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, e também da atuação como produtora de materiais audiovisuais em formato de vídeo-aulas e traduções, desenvolvidos principalmente no curso de Licenciatura em Letras Libras da Faculdade de Educação a Distância da Universidade Federal da Grande Dourados (EaD/UFGD), também na mesma cidade, de março de 2014 à janeiro de 2015. Nesta última experiência, tive a oportunidade de conviver com intérpretes/tradutoras da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e também contato com surdos que eram alunos do curso e utilizavam do material didático disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em duas línguas (português e LIBRAS).

Em julho de 2016, através de um processo seletivo, retornei à EaD da UFGD como professora pesquisadora, bolsista Capes, atuando até janeiro de 2017. Exercia novamente o cargo de editora de material audiovisual, porém, exclusivamente para o curso de Letras Libras. Atualmente sou servidora pública efetiva com o cargo de Técnica em Audiovisual no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul *campus* Três Lagoas.

Estas experiências, anteriores ao mestrado, despertaram em mim a inquietação por questionar como está a realidade da acessibilidade nos meios de comunicação em nossa região. O Estado de Mato Grosso do Sul tem 2.449.341 habitantes segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010) nos seus 79 municípios, e de acordo com este mesmo censo, sabe-se que 4.917 pessoas residentes possuem deficiência visual e não conseguem ver de modo algum, 68.440 têm grande dificuldade e 336.223 têm alguma dificuldade. Os residentes com deficiência auditiva também somam parte considerável no Estado, as pessoas que não conseguem ouvir de modo algum são um total de 3.609, já as que possuem grande dificuldade são 20.811 e 83.190 com alguma dificuldade.

Essa amostra significativa da população demonstra a necessidade de produções adequadas nos principais meios de comunicação utilizados para obtenção de informação e entretenimento, sendo este um direito garantido por lei. A capital do Estado, Campo Grande, é a maior cidade em número de habitantes com 787.204 (IBGE, 2010) e nela concentra-se o maior número de emissoras e retransmissoras de televisão e rádio do Mato Grosso do Sul. Por essa razão, o

mapeamento e análise dos recursos foram feitos nos veículos desta cidade com a possibilidade de identificar a produção e qualidade dessas técnicas no cenário local.

O levantamento sobre os hábitos de informação dos brasileiros, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2015, indica que a televisão continua sendo o meio de comunicação predominante mesmo seu uso caindo em comparação a PBM 2014, de 61% para 55%, e o rádio continua o segundo meio de comunicação mais utilizado pela população do país, com um aumento de 21% para 30% de um ano para o outro.

A PBM ainda revela que, entre as formas de uso da televisão no Brasil, a TV aberta lidera com 72%, a TV com antena parabólica 23% e a TV paga é de 26%. No Mato Grosso do Sul o uso da TV aberta está um pouco abaixo do índice nacional com 63% dos entrevistados, já a TV com antena parabólica e paga são utilizadas por 25% da população cada uma.

O rádio é ouvido todos os dias por 30% da população nacional. Em 2015 houve um aumento na quantidade de entrevistados que dizem ouvir rádio todos os dias, de 21% em 2014 para 30% em 2015. A média da população sul-mato-grossense é ainda maior, com 33% dos entrevistados ouvindo o rádio durante os sete dias da semana. Dados da mesma pesquisa confirmam que a maior parte dos entrevistados que ouvem rádio, utilizam o meio para obter informação (63%) e diversão (62%), índices nacionais.

Além da quantidade de emissoras e retransmissoras de televisão e rádio é na cidade de Campo Grande que se encontram os principais meios do Estado. Para quantificar e categorizar os veículos de comunicação na cidade utilizou-se o banco de dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que fica disponível na página da entidade. Foram encontradas na consulta geral de televisão oito emissoras, das quais somente seis estão em atividade. Na consulta geral FM (Frequência Modulada) foram onze emissoras de rádio listadas, destas, somente sete operam atualmente. Na OM (Onda Média), constavam oito emissoras na listagem da agência, mas apenas seis estão ativas. Foram localizadas também, seis RADCOM (rádios comunitárias) e todas elas estão em atividade. Houve ainda uma consulta geral OT (Ondas Tropicais), que listavam duas emissoras, e somente uma delas se encontra em atividade e a mesma aparece também no relatório de canais OM.

Não encontramos nenhum estudo que divulgue a disposição dos recursos de acessibilidade nestes meios, então, consideramos a partir do exposto, a necessidade de uma pesquisa exploratória sobre os veículos listados. Este levantamento de dados, o mapeamento, já é

parte do processo de análise. Geralmente estas pesquisas exploratórias “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27). A escolha deste método se dá principalmente pela escassez de estudos nesta área, em nossa região, como complementa Gil (2008, p.27) uma pesquisa assim “é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Durante o processo exploratório nas emissoras de televisão, buscamos considerar a presença dos recursos de acessibilidade em cada uma delas, quais eram os recursos e o quanto eram frequentes nas programações transmitidas em caráter local. Já nas emissoras de rádio, o questionamento era se as mesmas, em suas produções, utilizavam-se como recurso de acessibilidade, através de produções sonoras feitas com todas as propriedades da linguagem radiofônica, citadas por autores como Eduardo Meditch (1995), Armand Balsebre (2005) e Suely Maciel (2015; 2016).

O processo de coleta e o levantamento de dados em conjunto com as pesquisas bibliográfica e documental trouxeram resultados para a construção da estrutura da pesquisa, formulação de hipóteses e objetivos, e também qual método utilizar na tentativa de responder a problematização.

Esta pesquisa tem como objetivo verificar o cenário da acessibilidade nos veículos de comunicação de televisão e rádio em Campo Grande, a fim de esclarecer a qualidade e a suficiência dessas produções para o público que delas necessita. Como objetivos específicos propõe-se mapear a produção dos recursos de acessibilidade das emissoras/retransmissoras de televisão para programações locais e avaliar a adequação e qualidade através da análise comparada dos recursos com as categorias criadas a partir do que rege a Associação Brasileira de Normas Técnicas. No rádio buscamos identificar produções que utilizassem todas as formas sonoras e não sonoras da linguagem radiofônica, além de recursos técnicos/expressivos da reprodução, para tornar um produto proveniente de outro formato da comunicação, acessível.

As discussões e estudos sobre uma sociedade mais inclusiva e igualitária são consideravelmente recentes no Brasil. A partir dos anos 80 que se percebe uma maior expressividade dessa temática através dos debates sobre a universalização da educação com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Na década de 1990, conferências

internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos (BRASIL, 1990), e a Declaração Mundial de Salamanca, deram início a diversos movimentos em busca de igualdade.

Das conquistas na educação houve crescimento de manifestos por diversos direitos, principalmente os da pessoa com deficiência, na sociedade. Os resultados destas buscas se converteram em leis, decretos e resoluções de políticas públicas, uma delas é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015. Nela encontra-se o que se considera por pessoa com deficiência, acessibilidade e Tecnologia Assistiva (TA).

Para a não obstrução da participação plena das pessoas com deficiência, na sociedade, criaram-se métodos que excluem as barreiras que as impedem de terem condições iguais às demais. São leis em conjunto com o desenvolvimento tecnológico, que aumentam cada vez mais as possibilidades de melhorar a vida social tanto para quem possui algum tipo de deficiência ou não. A TA é uma importante conquista atual na contribuição para estes progressos, em se tratando de uma área do conhecimento de característica interdisciplinar.

Com a TA obtivemos recursos e serviços que garantem a acessibilidade, e através deles a promoção de condições de utilização, com segurança e autonomia, dos dispositivos e sistemas, não somente de comunicação, mas também diante de barreiras arquitetônicas ou físicas, barreiras metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais. Nos meios de comunicação os recursos de acessibilidade foram criados para garantir o acesso principalmente da pessoa com deficiência auditiva, visual ou intelectual. Este acesso à informação e comunicação, garantidos por direito, são conquistados, por exemplo, na utilização dos recursos nas programações dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Os recursos exigidos nas normativas e regulamentações nacionais desse meio serão alguns dos objetos de interesse desta pesquisa. Para os recursos disponíveis nos serviços da televisão, tem-se a Norma nº001/2006 como regulamentadora. São eles a legenda oculta ou *closed caption* (CC), a audiodescrição (AD), a dublagem (DUB) e janela de LIBRAS (LSB). A portaria que aprova esta Norma é a Portaria nº310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações, posteriormente modificada pela Portaria nº 188/2010 no que se refere a algumas redações, incluindo a que define o recurso de audiodescrição.

Os recursos de acessibilidade CC, AD e DUB são os que deverão ser contidos nas programações das emissoras e retransmissoras de TV, tendo os dois primeiros, seus prazos de aplicação de acordo com o cronograma da Portaria já citada. Já as legendas abertas são aplicadas

conforme as exigências para programações de caráter oficial e a LSB em programas que compõem a propaganda político-partidária.

Os conceitos de cada um deles são necessários para a compreensão do trabalho, e estão expostos de acordo com a legislação nacional no Capítulo I. Além de leis e normativas, em busca de um consenso na terminologia já utilizada nas pesquisas sobre essa temática em nosso país, buscou-se utilizar as mesmas nomenclaturas de trabalhos desenvolvidos em algumas universidades que também nos serviram como referência e apoio principalmente para a compreensão do cenário nacional dos recursos de acessibilidade.

Encontra-se na Norma Brasileira de Acessibilidade em Comunicação na Televisão, a NBR 15290:2016, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), elaborada pelo Comitê Brasileiro de Acessibilidade em Comunicação (ABNT/CB-040) e pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Comunicação na Televisão (CE-040:003.001) as diretrizes gerais observadas para acessibilidade em comunicação na televisão e a partir dela criou-se a categoria de análise para o recurso CC, único recurso encontrado nas programações locais.

Para o rádio não há normas, diretrizes e nem incentivo para que as emissoras sejam utilizadas como recurso de acessibilidade. Porém, durante o estudo, foram compreendidos os inúmeros benefícios que esta mídia sonora pode garantir não somente às pessoas com deficiência visual, mas também aos idosos, analfabetos e pessoas com deficiência intelectual. As propriedades do som despertam natural interesse desse público como uma possibilidade de acesso a informação. Por isso, as produções feitas em formatos visuais como, textos, imagens, apresentações teatrais, entre outras, quando projetadas utilizando todos os aspectos que a linguagem radiofônica permite, se transformam em recurso de acessibilidade ao produto.

A análise destes objetos nos permite interpretar as possibilidades de cada meio e quais as propriedades necessárias para que sejam realmente eficientes em suas propostas. É uma busca por compreender além dos significados imediatos das comunicações, esclarecendo suas funções e finalidades. Todos os recursos apresentados, tanto para a televisão e como o uso do rádio, são traduções, cada um com seus aspectos linguísticos. Estas traduções são chamadas especificamente de Traduções Audiovisuais (TAV) e é sob o aporte teórico dos estudos deste campo que esta pesquisa se edifica.

A audiência, nesse processo, está em um universo de significado diferente, requerendo outras elucidações e comunidades interpretativas, que não serão observadas nesta investigação.

Cada esfera, conteúdo, audiência e mídia, possuem categorias de referências distintas, e a delimitação do que se pretende compreender é essencial para a construção das linhas guia do estudo.

Encontra-se no primeiro capítulo, intitulado Acessibilidade e Comunicação, as relações entre esses dois campos, a linguagem de cada meio, seus recursos, bem como as regulamentações e informações necessárias para a compreensão do trabalho. No segundo capítulo, O Cenário Local dos Recursos de Acessibilidade, tem-se a caracterização destes meios de comunicação locais através do mapeamento das emissoras de televisão e rádio da cidade de Campo Grande e a quantificação e identificação dos recursos de acessibilidades a serem analisados. No terceiro e último capítulo, Metodologia, Análise e Resultados, serão apresentados os métodos da investigação, as categorias aplicadas sobre os dados, o processo de análise e os resultados obtidos.

## 2. ACESSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO

Neste capítulo aborda-se o processo de desenvolvimento dos recursos de acessibilidade e mais particularmente suas funções na comunicação, a partir de conceitos e aplicações que vêm sendo utilizados desde o surgimento destas tecnologias. Deste modo, serão apresentados os atuais recursos ofertados pelas prestadoras de serviço de radiodifusão<sup>2</sup> de sons e imagens no Brasil, as normativas que os regem e outros aspectos que envolvem a qualidade e a validade de cada um. Ademais, com relação à ausência de regulamentação da radiodifusão sonora, indica-se as possibilidades do meio rádio na funcionalidade de recurso para acesso a informação, entretenimento e afins.

Para compreender o conceito de acessibilidade é exigida uma análise da origem das atribuições desse termo e de seu histórico de aplicações utilizadas até o momento. Encontra-se na fundamentação etimológica a base para os princípios de uso, que ocorre em diversas áreas. O termo acessibilidade é originário do latim *accessibilitas* que significa “livre acesso, possibilidade de aproximação e também facilidade na aproximação, no tratamento ou na aquisição” (HOUAISS, 2001, p.52). Em um retrospecto, o consultor em inclusão e reabilitação Romeu Sasaki (2009) expôs as utilizações iniciais deste termo, resumidamente, e seus progressos.

Segundo o autor, é no final da década de 40 que a palavra acessibilidade começa a ser usada para indicar a condição de acesso das pessoas com deficiência e é também neste período que começam os serviços de reabilitação física e profissional. Nos anos 50 a prática de reintegração de adultos reabilitados se inicia aos poucos nas famílias, no mercado de trabalho e na comunidade, ainda com dificuldades e impedimentos diante das barreiras arquitetônicas e outras situações nos espaços urbanos. Nesta década também começa a fase da integração<sup>3</sup>.

As primeiras experiências de eliminação de barreiras arquitetônicas começaram na década de 60 principiadas por universidades americanas. Já na década de 70 surge o primeiro centro de

<sup>2</sup> A radiodifusão, segundo a legislação brasileira, compreende os serviços destinados a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral e é dividida em radiodifusão sonora (rádio) e radiodifusão de sons e imagens (televisão). Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNivelDois.do?codItemCanal=677>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

<sup>3</sup> O autor considera ter existido quatro Eras das Práticas Sociais em relação a pessoas com deficiência: a primeira é a exclusão, que durou desde a antiguidade até o início do século XX, a segunda é a segregação, entre as décadas de 20 a 40, a terceira é a integração, dos anos de 1950 a 1980 e enfim a inclusão, que teve início na década de 90 até as próximas décadas do século XXI (SASSAKI, 2007). Um exemplo da realidade social na Era da Integração dado por Sasaki (2006, p. 32) é que “a sociedade em geral ficava de braços cruzados e aceitava receber os portadores de deficiência desde que eles fossem capazes de moldar-se aos tipos de serviços que ela lhes oferecia”.

vida independente do mundo em Berkeley, Califórnia, Estado Unidos. Houve a partir de então um aumento da atenção e dos debates sobre soluções para exclusão de barreiras.

Os anos da década de 80 foram marcados principalmente pela impulsão do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, especificamente em 1981, quando uma verdadeira campanha de âmbito mundial serviu de alerta social a respeito das barreiras e exigências das adaptações nos novos projetos. É na segunda metade da década de 80 que surge o conceito de inclusão contrapondo-se ao de integração<sup>4</sup>.

Na década de 90 vários conceitos passam a existir, tais como, Desenho Universal, paradigma da inclusão e da visão da diversidade humana<sup>5</sup>. No século XXI as lutas pelo direito de ir e vir seguem incorporando mais defesas sobre os direitos humanos. E atualmente, normativas e outras regulamentações avançam em diversos seguimentos da acessibilidade, que não são exclusivamente arquitetônicas como de início, e sim usadas em referência ao direito de ingresso e utilização de bens e serviços dispostos na sociedade.

O princípio da aplicação do termo acessibilidade nasceu da necessidade da transposição de obstáculos arquitetônicos, como já exposto, mas a amplitude do seu uso foi tomando outras dimensões. Nesta variação de campos, Sassaki corrobora definindo seis tipos de acessibilidade.

A arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas com deficiência) (2009, p.1-2).

Cada uma dessas áreas ou possibilidades de utilização pela acessibilidade origina específicas pesquisas e campos de estudos a serem explorados. Os investigadores em cada uma dessas subcategorias encontram uma definição aplicável, porém todas são fundamentadas no mesmo princípio apresentado na etimologia do termo. O autor Marco Antonio de Queiroz (2011, n.p.), que foi importante no desenvolvimento da acessibilidade na web brasileira, expôs em uma

---

<sup>4</sup> O lema da Era da Inclusão é “nada sobre nós, sem nós”, na idéia de que as pessoas com deficiência poderiam ser participantes, ou seja, geradoras de bens ou serviços, e não meras receptoras (SASSAKI, 2007, p.9).

<sup>5</sup> Desenho Universal, ou seja, ambientes, meios de transporte e utensílios devem ser projetados para todos; Paradigma da Inclusão consiste no processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações; Visão da Diversidade Humana uma sociedade que, tendo entendido o direito de as pessoas serem diferentes e o valor da diversidade humana, seja modificada para aceitá-las como parte da população (SASSAKI, 2009, p.10-16).

de suas palestras que “a acessibilidade web é uma coisa muito mais ampla do que a gente possa imaginar, não é só para pessoas cegas. [...] pegou uma camada de pessoas que estão nesse momento em frente a muitos sites sem poder entendê-los, navegar por eles e utilizá-los”. Este é um exemplo conceitual que expressa a amplitude e não limitação da acessibilidade, que não necessariamente precisa ser pensada para um único fim, pois as barreiras são variáveis, temporais ou permanentes.

No Brasil a definição de acessibilidade é encontrada na Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o inciso I do Art. 3º considera:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.1).

Esta lei é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência. Todavia, as discussões e estudos sobre uma sociedade mais inclusiva e igualitária são consideravelmente recentes no Brasil e começa a partir dos anos 80 uma maior expressividade dessa temática através dos debates sobre a universalização da educação com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Na década de 1990, conferências internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos (BRASIL, 1990) com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, e a Declaração Mundial de Salamanca (BRASIL, 1994) sobre princípios, políticas e práticas educativas em que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídos em escolas regulares, deram início a diversos movimentos em busca de igualdade.

Das conquistas na educação houve crescimento de manifestos por diversos direitos da pessoa com deficiência. Os resultados destas buscas se converteram em leis, decretos, portarias ministeriais, normas e instruções normativas. Para esclarecer o conceito de acordo com o que rege a legislação, novamente utilizamos a Lei nº 13.146/2015, que considera:

[...] pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.1).

Para a não obstrução da participação plena das pessoas com algum tipo de deficiência, na sociedade, criaram-se métodos que excluem as barreiras que as impedem de terem condições iguais às demais. São as leis, em conjunto com o desenvolvimento tecnológico, que aumentam cada vez mais as TA é uma importante conquista atual na contribuição para estes progressos, em se tratando de uma área do conhecimento de característica interdisciplinar. De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) a TA:

engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2009, p.9).

O CAT é uma instância que estuda a área do conhecimento no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Nele encontramos referências sobre conceitos de ajudas técnicas, TA e tecnologia de apoio. Estes três são os termos mais utilizados em diferentes países, “tendo a predominância do termo *Assistive Technology* em países de língua inglesa, *Ayudas Técnicas* em língua espanhola e Tecnologia de Apoio na tradução de Portugal para *Assistive Technology*” (BRASIL, 2009, p.13).

O termo *Assistive Technology* foi criado em 1988 como um item importante na legislação norte-americana, que juntamente com outras leis compõe o *American with Disabilities Act of 1990 – ADA* (UNITED STATES, 1990). Este conjunto de leis dos Estados Unidos também contribuiu como base para a produção do CAT, no documento estadunidense a TA tem duas atribuições, os recursos e os serviços.

O termo **recurso** de TA significa qualquer item, peça de equipamento ou um sistema de produto, quer seja adquirido comercialmente, modificado ou customizado que é usado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais de indivíduos com deficiências. O termo **serviço** de TA significa qualquer serviço que diretamente assiste um indivíduo com uma deficiência na seleção, aquisição ou uso de um recurso de TA (ADA, 1990, apud BRASIL, 2009, p.15, grifo nosso).

Para promover condições de utilização, com segurança e autonomia, dos serviços, dispositivos, entre outros sistemas e meios de comunicação e informação que foram criados alguns recursos de TA. A importância de se ter meios de comunicação acessíveis e, principalmente, projetados com um desenho (ou design) universal, está nos papéis centrais de ordem social nos quais dominam, tanto para o acesso à informação, entretenimento, educação e quanto na formação pessoal e sociocultural das pessoas (MACIEL, 2016).

Por consequência, buscamos através desta pesquisa, apresentar as possibilidades de dois dos meios mais utilizados pela população nacional e também local – rádio e televisão. Haja vista que, entre os vários recursos existentes para práticas comunicativas, alguns são específicos para programações dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão e são regulamentados de acordo com critérios legalmente propostos. No rádio, as possibilidades são diversas para torná-lo recurso promovedor da acessibilidade, porém não há regulamentações quanto a isso até o momento.

Para a compreensão da produção, qualidade e demais aspectos dos recursos de acessibilidade, buscamos nos estudos sobre a TAV os aportes teóricos que embasam toda a pesquisa. O uso do termo “audiovisual” em conjunto com “traduções” colaborou ainda mais para a compreensão dos estudos na área e a correta interpretação do que realmente se trata esses tipos de produção. Um termo “guarda-chuva” que também pode ser encontrado com a sigla AVT (*audiovisual translation*) (FRANCO; ARAÚJO, 2011).

Yves Gambier, conhecido como o teórico da retradução, é um importante colaborador nesse processo de caracterização do termo e categorização dos tipos de tradução. Gambier (2003) afirma, que até 1995 quase ninguém falava de “*Screen Translation*”<sup>6</sup>, mas em meados deste ano esta perspectiva mudou consideravelmente por vários motivos. Foi em 1995, por exemplo, que se comemorou o centenário do cinema e o Conselho da Europa quis celebrar com a organização de um fórum sobre a comunicação audiovisual e transferência de línguas, um marco, segundo ele, para a intensificação dessas produções.

O autor acredita que a partir deste ano aumentaram significativamente os colóquios, seminários e sessões com conferência, além de muito mais publicações. Além desta razão, o paralelo com as novas tecnologias, os produtos *on-line* e o *off-line* colaboraram bastante para o

---

<sup>6</sup> Para Gambier a justificativa da opção por screen (tela) ao invés de audiovisual é que os primeiros estudos na área se referiam ao termo “tradução de filmes” (FRANCO; ARAÚJO, 2011, p1).

avanço desse campo, inclusive nas línguas e nas linguagens europeias em que “grupos minoritários agora percebem que a mídia pode ser uma ferramenta útil para promover e reforçar sua linguagem e identidade cultural” (GAMBIER, 2003, p.171).

No Brasil, pesquisadoras como Eliana Franco e Vera Lúcia Araújo, mencionam que o uso do “audiovisual” significava o cinema, a televisão, o vídeo e, curiosamente segundo Gambier, até mesmo o rádio, chamando assim a atenção para a dimensão multissemiótica de todos os programas transmitidos (FRANCO; ARAÚJO, 2011). Todavia, as autoras destacam que, certos tipos de TAV citados por Gambier podem acontecer no meio audiovisual, mas não necessariamente fazem parte dele, exemplos disso são as interpretações consecutivas e simultâneas, e até mesmo as legendas produzidas ao vivo, consideradas “apenas um subtipo da modalidade de TAV legendagem” (FRANCO; ARAÚJO, 2011, p.2).

De fato, Gambier (2003) adiciona muitos tipos de TAV às duas categorias criadas por ele – *dominant types*<sup>7</sup> e *challenging types*<sup>8</sup>. No primeiro grupo o autor coloca a legenda interlingual (ou legenda aberta), a dublagem, a interpretação consecutiva, a interpretação simultânea, o *voice over*, os comentários livres, a tradução simultânea ou visual e a produção multilingual. No segundo grupo, que de acordo com Gambier (2003) são tipos causados pelo advento da tecnologia, estão o cenário/script traduzidos, tradução intralingual (ou legenda fechada), legendagem ao vivo ou em tempo real, legendagem e a audiodescrição.

Para Araújo e Franco, a classificação taxonômica desta área de estudo ficou mais clara com as definições de Díaz (2005). O mesmo esclarece que “o meio audiovisual inclui todos os espaços onde há um sinal acústico e um sinal visual, independentemente de ser transmitido através de uma tela ou de um palco” (DÍAZ, 2005, apud FRANCO; ARAÚJO, 2011, p.3). Além disso, foi o autor que, em comparação a Gambier, reduziu consideravelmente os tipos de TAV, considerando os principais e em sequência seus subtipos.

Diferentes justificativas para o uso do termo TAV, como a de Orero (2004), não fogem do princípio já apresentado pelos outros autores. Para Orero (2004, p. viii) “a Tradução Audiovisual englobará todas as traduções - ou transferência multissemiótica - para produção ou pós-produção em qualquer meio ou formato, e também as novas áreas acesso à mídia”.

---

<sup>7</sup> Tradução: tipos dominantes.

<sup>8</sup> Tradução: tipos desafiadores.

Orero (2004, p.viii) corrobora dizendo que, não haveria como utilizar “*Screen Translation*” em referência a essas produções, pois, deixaria de lado, por exemplo, traduções feitas para teatro ou rádio, “e o termo multimídia é amplamente reconhecido como relacionado ao campo da TI [Tecnologia da Informática]”.

Considerar-se-á no presente estudo as modalidades de Franco e Araújo (2011), sendo elas a legendagem para ouvintes, a LSE, a legendagem eletrônica ou *surtitling*, a dublagem, o *voice-over* e a audiodescrição, para as devidas discussões das análises. Porém, os recursos de acessibilidade investigados nas emissoras de televisão serão os que estão dispostos na Norma nº001/2006, aprovada pela Portaria 310/2006, mesmo que Franco e Araújo não considerem, por exemplo, a interpretação simultânea como um modo de tradução especificamente audiovisual.

## 2.1 A LINGUAGEM TELEVISIVA E SEUS RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

A começar, televisão é uma “[...] palavra formada em 1900 por tele (do grego tèle “ao longe”, por extensão “à distância”) e “visão” (do latim visio “ação de ver”, “imagem das coisas”) (GOUGENHEIM; HÉROUVILLE, 2003, p.7 apud RUIVO, 2005, p.4). No sentido geral, uma transmissão de imagem à distância. Depois de sua expansão, televisão passou a designar um conjunto de atividades relacionadas à produção e difusão e programas através de técnicas (RUIVO, 2005).

Desde que surgiu, este meio tem presença pertinente nas pesquisas acadêmicas. Das clássicas perspectivas divergentes de Adorno e McLuhan sobre a televisão ser “má” ou “boa”, pelos mesmos motivos, ela é entendida como estrutura abstrata, modelo genérico de produção e recepção (MACHADO, 2008, p. 25-26).

Com o passar do tempo, Machado (p.26, 2008) acredita que não há mais a necessidade de se pensar a televisão por esses dois polos.

[...] [é] preciso (também) pensar a televisão como um conjunto dos trabalhos audiovisuais (variados, desiguais, contraditórios) que a constituem [...] O contexto, a estrutura externa, a base tecnológica também conta, é claro, mas eles não explicam nada se não estiverem referidos àquilo que mobiliza os produtores quanto telespectadores: as imagens e sons que constituem a “mensagem” televisual.

Entre os meios de comunicação de massa, muito logo a televisão teve importância na intervenção social e política. Em cada fase, desde seu surgimento ainda no século 20, este meio assume sua estíma nas sociedades “no que diz respeito produção de narrativas que dão significado aos acontecimentos do mundo, daquilo que se passa à nossa volta, da nossa vida cotidiana e da dos outros” (RUIVO, 2005, p.11).

Em meados de 75, começam a surgir mais inovações em seu campo técnico, os canais pagos, a era da televisão por cabos. Já no final do século XX, a terceira era é a chamada televisão digital, “com esta nova técnica, a tradução das imagens e dos sons é realizada digitalmente, isto é através da linguagem informática” (RUIVO, 2005, p.6). Logo, neste considerável percurso, pode-se explorar uma gama de elementos para pesquisas em comunicação, além da importância de se investigar a recepção e os efeitos em diversos estudos.

Da linguagem televisiva pode-se então considerar as relações comunicativas, que são juntamente articuladas com as econômicas, simbólicas, éticas e morais. Sobre a técnica, Nísia Rosário (2004) considera dois conjuntos de aparatos que dominam a televisão, a constituição de textos-mensagens, na configuração dos roteiros, figurinos, cenários, interpretações, direção, enquadramento, iluminação, e em sequência as finalizações como a edição, ângulos, movimentos de câmera e sonorização.

De modo a eliminar as barreiras de comunicação que ainda permanecem diante desse sistema, outras técnicas são acrescentadas para excluir qualquer entrave ou obstáculo que venha a dificultar a expressão ou o recebimento da mensagem. Os recursos de acessibilidade capacitam a produção televisiva em ser concebida com um desenho universal que é expresso claramente no item 3.1.9 da NBR 15290:2016 sobre acessibilidade em comunicação na televisão.

[...] forma de conceber produtos, meios de comunicação, serviços e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades. O conceito de desenho universal tem como pressupostos: a) equiparação nas possibilidades de uso; b) flexibilidade no uso; c) uso simples e intuitivo; d) captação da informação; e) tolerância para o erro; f) dimensão e espaço para o uso e interação (ABNT, 2016, p.3).

Os recursos de acessibilidade televisiva de interesse para esta investigação estão dispostos na Norma nº001/2006, sendo eles, legenda oculta ou *closed caption* (CC), audiodescrição (AD), dublagem (DUB) e janela de LIBRAS (LSB). A Portaria que aprova esta norma é a de nº310, de 27 de junho de 2006 (BRASIL, 2006), do Ministério das Comunicações, posteriormente

modificada pela Portaria nº 188 de 24 de março de 2010 (BRASIL, 2010) no que se refere ao recurso de audiodescrição e entre outras redações.

Esta Norma tem por objetivo complementar as disposições relativas ao serviço de radiodifusão de sons, imagens e televisão, visando tornar a programação transmitida ou retransmitida acessível para pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e no Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), que regulamenta essa lei e que teve sua redação alterada pelo Decreto no 5.645, de 28 de dezembro de 2005.

Os recursos de acessibilidade CC, AD e DUB são os que deverão ser contidos nas programações da televisão, tendo os dois primeiros, seus prazos de aplicação de acordo com o cronograma da Portaria nº 188/2010. O recurso LSB, por enquanto, é aplicado conforme as exigências para programações de caráter oficial, no horário político e em campanhas institucionais do governo e de utilidade pública. O cronograma de prazos da AD para emissoras “cabeça-de-rede”<sup>9</sup> se difere dos demais.

Com a nova redação dada pela Portaria 188/2010 os recursos de acessibilidade de que tratam as alíneas "a" e "c" do subitem 5.1 desta Norma (CC e DUB respectivamente), deverão ser veiculados na programação exibida pelas exploradoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão (RTV) de acordo com o cronograma (Tabela 1). Esta nova redação se estabeleceu porque em 2006, quando foi criada a primeira Portaria, houve também o lançamento da TV digital, exigindo grandes investimentos neste novo modo de transmissão por parte dessas prestadoras de serviços.

**Tabela 1 - Cronograma estabelecido para legenda oculta e dublagem**

<b>Port. MC nº 310/2006, item 7.1., alínea:</b>	<b>Quantidade mínima de horas de inserção</b>	<b>Horário da Programação</b>	<b>Prazo de início da Obrigação</b>	<b>Data de início da Obrigação</b>
a)	1h 1h	8h - 14h 20h - 2h	24 meses	28/6/2008
b)	2h	8h - 14h	36 meses	28/6/2009

<sup>9</sup> Estação responsável pela geração dos sinais de imagem e/ou som que serão retransmitidos pelas afiliadas ou participantes da rede (BRASIL, 2014).

	2h	18h - 2h		
c)	3h 3h	8h - 14h 18h - 2h	48 meses	28/6/2010
d)	4h 4h	8h - 14h 18h - 2h	60 meses	28/6/2011
e)	6h 6h	6h - 14h 6h - 2h	72 meses	28/6/2012
f)	16h	6h - 2h	94 meses	28/4/2014
g)	20h	Diária Total	106 meses	28/4/2015
h)	24h	Diária Total	132 meses	28/6/2017 <sup>10</sup>

Fonte: Portaria 310/2006 e Portaria 188/2010

Ainda conforme a nova redação da Portaria 188/2010 sobre a Portaria 310/2006 os prazos para uma programação diária total com o recurso da AD deverão ser cumpridos até o ano de 2020, quando se tratar de geradora cedente de programação (cabeça-de-rede) licenciada para transmitir com tecnologia digital. E as entidades que fazem a transmissão ou retransmissão utilizando a tecnologia digital observam as mesmas obrigações de acessibilidade, em proporção de horas e horários, estabelecidos para a geradora cedente da programação.

**Tabela 2 - Cronograma estabelecido para audiodescrição**

<b>Port. MC nº 188/2010, item 7.2.1., alínea:</b>	<b>Quantidade mínima de horas de inserção</b>	<b>Horário da Programação</b>	<b>Prazo de início da Obrigação</b>	<b>Data de início da Obrigação</b>
a)	2h	6h - 2h	12meses	01/07/2011
b)	4h	6h - 2h	36 meses	01/07/2013
c)	6h	6h - 2h	60meses	01/07/2015
d)	8h	6h - 2h	84meses	01/07/2017
e)	12h	6h - 2h	96meses	01/07/2018
f)	16h	6h - 2h	96meses	01/07/2019
g)	20h	6h - 2h	120meses	01/07/2020

Fonte: Portaria nº 188/2010

<sup>10</sup> Os prazos que ainda não foram atingidos serão destacados em amarelo em todas as tabelas, para melhor visualização do recorte que foi estruturado para esta pesquisa; o acompanhamento até dezembro de 2016.

O recurso AD estabelece outro cronograma nesta normativa, de acordo com os subitens 7.2.2 quando se tratar de geradoras cedentes de programação licenciadas para transmitirem com tecnologia não digital. As quantidades de horas mínimas e horários das programações permanecem iguais ao cronograma anterior, porém, o prazo de início passa a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento digital, obedecendo a partir de então a quantidade de meses em cada ano.

O subitem 7.3 da Portaria 188/2010 estabelece que as afiliadas ou retransmissoras de televisão devem seguir a data de início da transmissão ou retransmissão com tecnologia digital e disponibilização dos recursos na mesma proporção de horas e horários da geradora cedente da programação. É importante esclarecer uma exceção, para todos os que oferecem serviços de radiodifusão de sons e imagens e retransmissão de TV (analógica e digital), que é a não obrigatoriedade desta Norma de acordo com alguns critérios.

8.1[...] a veiculação inédita ou a reprise de programas que tenham sido produzidos ou gravados antes da data de publicação desta Norma Complementar sem os recursos de acessibilidade aqui previstos; a veiculação, ao vivo, de competições esportivas realizadas em recintos com capacidade para ACOMODAÇÃO de plateia inferior a 5000 (cinco mil) pessoas; programação de caráter estritamente local com duração de até 30 (trinta) minutos (BRASIL, 2006).

Esta mesma Portaria estabelece prazos para que os equipamentos nas estações de transmissão e/ou retransmissão que não comportarem a Linha 21<sup>11</sup> do Intervalo de Apagamento Vertical (VBI) e/ou o Programa Secundário de Áudio (SAP)<sup>12</sup>, sejam adaptados ou substituídos de acordo com o número da população da cidade onde as transmissoras e retransmissoras estão localizadas. A população da cidade de Campo Grande era de 786.797 pessoas, de acordo com o Censo 2010 feito pelo IBGE, já a estimativa para o ano de 2015 era de 853.622 pessoas<sup>13</sup>. Sendo assim, conforme o cronograma estabelecido, as transmissoras e retransmissoras deste local tinham um prazo de quatro anos para a adaptação, contados a partir da publicação da Norma (publicada no ano de 2006), pois a população é superior a quinhentos mil habitantes e inferior a um milhão.

<sup>11</sup> linha 21 ou 284: Linhas do sinal de vídeo utilizadas para transmitir as informações do CC, entre outras, dinâmicas ou estáticas (ABNT, 2005, p3).

<sup>12</sup> SAP (*secondary audio program* ou programa secundário de áudio): Segundo canal de áudio para a programação, disponível somente em televisores que possuam decodificador (ABNT, 2005, p.3).

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500270>>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

A responsabilidade do cumprimento dos critérios estabelecidos nesta Portaria é de cada pessoa jurídica detentora de concessão para executar os serviços propostos neste documento “é intransferível e exclusiva responsabilidade pela implementação dos meios necessários para que a programação veiculada contenha os recursos de acessibilidade previstos nesta Norma” (BRASIL, 2006). Caso esses prazos estabelecidos nestes cronogramas não sejam obedecidos, estas entidades estão sujeitas a penalidade de acordo com os subitens do item 11.

A pena é imposta conforme a infração cometida, considerada de acordo com a gravidade da falta, antecedentes da entidade faltosa e/ou reincidência específica. Porém, antes de decidir pela aplicação de qualquer penalidade, o Ministério das Comunicações (MC) notificará a interessada para exercer o direito de defesa, dentro do prazo de cinco dias, contado do recebimento da notificação. E se houver a repetição da falta, no período decorrido entre o recebimento da notificação e a tomada de decisão, será considerada como reincidência.

Segundo o Plano Anual de Fiscalização dos Serviços de Radiodifusão (PAF) 2014, a fiscalização dos recursos de acessibilidade tem o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações referentes à disponibilização de acordo com os períodos determinados, para assegurar às pessoas com deficiência o acesso aos serviços. Os órgãos responsáveis por esta modalidade de fiscalização são a Anatel e o MC, mas as sanções serão aplicadas pelo último citado, independente de quem realizar a fiscalização.

A Portaria nº 958, de 26 de setembro de 2014 é a que aprova o procedimento de fiscalização do cumprimento das obrigações dos conteúdos veiculados ou transmitidos pelas estações de radiodifusão e de telecomunicações. O agente de fiscalização analisa o conteúdo através dos métodos de monitoração, cronometria e de gravação, o uso de cada um depende do tipo de serviço analisado.

Os conceitos de cada um dos recursos apresentados são necessários para a compreensão do trabalho e estão expostos na pesquisa de acordo com a legislação nacional. Além disso, em busca de um consenso na terminologia já utilizada nas pesquisas sobre essa temática em nosso país, buscamos utilizar as mesmas nomenclaturas de trabalhos desenvolvidos em algumas universidades que nos serviram também como referência e apoio, principalmente para a compreensão do cenário nacional dos recursos de acessibilidade.

### **2.1.1 Janela de LIBRAS**

A Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, recentemente reconhecida pela Lei nº10.436 de 22 de Abril de 2002, “dá outras providências como meio legal de comunicação e expressão juntamente com outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002, p.1). Tem natureza visual espacial e estrutura gramatical própria, além de sistemas linguísticos com ideias e fatos vindos de comunidades de pessoas surdas do Brasil, de acordo com o parágrafo único deste documento. “A LIBRAS é composta por sinais que correspondem, em português, a palavras, entretanto não se trata simplesmente de uma substituição, uma palavra por um sinal correspondente, ela tem suas peculiaridades, além de ser independente da língua portuguesa” (ZILIO, 2012, p.29).

O recurso tecnológico LSB, de acordo com a NBR 15290:2016, consiste no espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas através da Língua Brasileira de Sinais (ABNT, 2016). Esta é a segunda edição da normativa, e sob as diretrizes para a LBS, houve uma diminuição considerável de exigências. Antes, orientações sobre estúdio, recortes e requisitos para a interpretação eram mencionados. Na norma em vigor, os itens são distribuídos em três partes, sendo as características gerais para geração, para exibição da janela de LIBRAS e características gerais de transmissão.

De acordo com essa normativa o recurso pode ser gerado incorporado ao vídeo original, inserida pelo próprio produtor do conteúdo e o espectador não tem controle sobre a manipulação desta janela, sendo o intérprete humano ou virtual. As outras duas formas de geração são intérprete virtual, representação gráfica responsável por exibir a tradução, e vídeo secundário, um segundo fluxo elementar de vídeo enviado em conjunto com o vídeo da programação principal. Neste último método, o intérprete pode ou não ser virtual e o espectador tem controle sobre a manipulação da janela.

Sobre a exibição, dois itens são expostos na norma. Um que se refere ao contraste nítido entre as cores ou preto e branco na janela com intérprete, e o outro é sobre o plano de fundo e elementos do intérprete também serem contrastantes. Já a transmissão, segue os parâmetros do item 7 sobre TV digital aberta, TV por assinatura, serviços de *streaming* via *internet* e retransmissoras.

A inserção da LSB é obrigatória em programas que compõem a propaganda político-partidária e eleitoral, além de campanhas institucionais e informativos de utilidade pública, sendo a produção e/ou gravação de encargo e responsabilidade dos Partidos Políticos e dos respectivos

órgãos do Governo para as referidas programações. Quanto à fiscalização deste recurso, a mesma também é feita de acordo com a Portaria 958/2014 e o agente fiscalizador utiliza o método de monitoração para aferir a inserção deste recurso.

Em julho de 2015 pesquisadores do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAViD) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), propuseram novas normas para a transmissão de informação pela LIBRAS. O Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital (Fórum SBTVD) aprovou o projeto durante uma reunião de conselho deliberativo. Este projeto foi financiado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), além da Hitachi Linear<sup>14</sup>. Engenheiros da Rede Globo, da EiTV<sup>15</sup> e da Mopa<sup>16</sup> colaboraram com a redação do texto final da Norma.

O projeto, firmado entre o Ministério do Planejamento e a universidade em 2014, previa o desenvolvimento de um dicionário com 10 mil sinais. Além da criação de uma ferramenta de tradução que possa ser instalada em navegadores da *internet* ou em computadores de profissionais interessados em fazer a tradução do português para LIBRAS. Nele, o surdo ou um especialista em LIBRAS poderia propor um sinal ou a adição de uma nova regra. Avaliada a proposta, se de acordo, é incorporada no software conforme as regras de tradução do dicionário. Era a primeira etapa do desenvolvimento do Suíte Vlibras.

Em 05 maio de 2016 o MPOG lançou oficialmente o software. O Suíte Vlibras é um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, que contribui de várias formas para o acesso de pessoas surdas aos conteúdos de dispositivos móveis, computadores e outras plataformas, e é nele que se encontra o dicionário com mais de 11 mil termos, criado e validado pela WikiLibras<sup>17</sup> e traduzido para língua de sinais em vídeos digitais pela Vlibras-Vídeo. Este dicionário é referência na transmissão de informação pela LIBRAS nos programas de televisão nacionais, e a utilização deste vocabulário foi a escolhida durante o Fórum SBTVD. O Governo disponibilizou neste período de lançamento oficinas para orientações de uso dessa ferramenta e também para apresentar requisitos técnicos para quem queira conhecer e colaborar com o projeto.

---

<sup>14</sup> Empresa de soluções e tecnologias de radiodifusão.

<sup>15</sup> Empresa que desenvolve software e provê serviços de engenharia para o mercado de produtos eletrônicos digitais de consumo com foco em televisão digital.

<sup>16</sup> Empresa que atua no desenvolvimento de produtos metalúrgicos e no segmento de canais para fios e cabos.

<sup>17</sup> O Wikilibras é uma plataforma colaborativa para construção de dicionário em LIBRAS. Disponível em: <<http://wikilibras.lavid.ufpb.br/>>. Acesso em: 15 junho 2016.

O conjunto de aplicativos está disponível para *download* gratuito no Portal do Software Público Brasileiro (SPB)<sup>18</sup>.

### 2.1.2 Legenda Oculta

A definição deste recurso encontrada na Portaria nº 310/2006 é a de que legenda oculta “corresponde à transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva”. Este recurso também conhecido como *closed caption* (CC), deve descrever além das falas dos atores ou apresentadores, qualquer outro som presente na cena: palmas, passos, trovões, música, risos e outros.

A definição trazida na NBR 15290:2016 é a de que a “legenda oculta em texto aparece opcionalmente na tela do televisor, a partir do acionamento do dispositivo decodificador, interno ou periférico, disponível somente em televisores que possuem decodificador” (ABNT, 2016). Em nota, à afirmação de que a mesma é concebida originalmente para surdos. Além disso, a normativa apresenta alguns princípios básicos desse tipo de legenda.

a) **qualidade**: atingir o objetivo de transcrever o conteúdo sonoro em texto oculto, disponibilizando esse conteúdo de forma opcional para os telespectadores com limitação de acesso ao som original ou simplesmente que deseje acompanhar a transcrição; b) **responsabilidade**: mesmo que um conteúdo precise ser editado, é essencial que se preserve o significado e contexto do que foi dito; c) **coerência**: o responsável por gerar a legendagem deve se esforçar para manter a uniformidade no estilo, formato, designação dos oradores, posicionamento, velocidade de exibição, tempo de permanência etc.; d) **clareza**: garantir um completo entendimento do que está sendo dito, transcrevendo as falas com clareza e sinalização de informações sonoras não faladas, mas que sejam essenciais para compreensão do programa (ABNT, 2016, p.6, grifo nosso).

Segundo Gary Robson (2004), especialista em legendas, o sistema que originou o CC foi criado nos anos 60 pela *International Business Machines* (IBM), uma empresa de informática, e pela Agência Central de Inteligência Americana (CIA). Porém, somente em 1972 que houve a primeira demonstração de uso do CC na Universidade *Gallaudet* nos Estados Unidos, especialista no ensino de surdos e ensurdecidos.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://softwarepublico.gov.br/social/>>. Acesso em: 15 junho 2016.

Na televisão, os primeiros programas a transmitirem com CC também foram nos EUA, em meados de 1980. Com o passar dos anos, o recurso avançou em inserções em VHS<sup>19</sup> e em produções audiovisuais de outros países, como Canadá e Austrália. O início da década de 1990 também marcou a introdução, no Congresso Americano “[d]o *Television Decoder Circuit Act*, que obriga toda televisão de 13 polegadas, fabricada no país ou importada, a ter um circuito decodificador de *closed caption*” (ALMEIDA, 2008 apud SELVATICI, 2010, p.27). No Brasil, “o primeiro programa transmitido com legenda oculta foi o Jornal Nacional, da Rede Globo, em 1997” (SELVATICI, 2010, p. 27).

A tradutora Carolina Selvatici (2010) está entre as significativas colaboradoras nas investigações sobre o CC na academia nacional, através de um panorama do CC no Brasil desenvolvido em sua dissertação de mestrado, ela também apresenta uma discussão teórica a respeito do conceito de tradução e a possibilidade de atribuição deste status ao recurso. As pesquisadoras Vera Santiago Araújo e Eliana Franco, sendo Araújo a orientadora do referido trabalho de Selvatici, são, conforme revisão bibliográfica, pesquisadoras influentes nesse campo de pesquisa de TAV sobre legendagem e demais recursos, tanto para as investigações nacionais quanto internacionais.

O termo Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE) - do inglês *Subtitling for the deaf and the hard-of-hearing* (SDH), passou a ser adotado por Araújo e Selvatici depois da produção do trabalho citado.

Não estamos utilizando *closed caption* para nos referirmos à legendagem para surdos, porque, ao contrário do que muitas pessoas pensam, *closed caption* não é sinônimo de “legenda para surdos”. Esta consiste em um sistema de *legendagem fechada ou oculta* (o espectador precisa acessá-la no seu controle remoto do aparelho de TV ou DVD) em oposição à *legendagem aberta*. *Closed Caption* é um modelo norte-americano de legendagem usado em muitos países, inclusive no Brasil. Na Europa, o sistema utilizado é o *teletexto* (FRANCO; ARAÚJO, 2011, p.6-7).

Para Araújo e Franco (2006) a LSE como tradução está entre os desdobramentos gerados com esses anos de pesquisa e busca por uma tradição neste campo, que segundo a visão de Jorge Díaz Cintas (2005), está em processo de construção. “Há nomes de pesquisadores que já se destacam na área de TAV e são reconhecidos como tais por seus colegas. Porém, a maioria de

---

<sup>19</sup> *Video Home System* ou Sistema Doméstico de Vídeo, em português.

nós é relativamente jovem para ter tido tempo de formar uma tradição” (ARAÚJO; FRANCO, 2006, p. 314), trecho da entrevista de concedida por Cintas para as autoras.

Na proposta da LSE, depois de pesquisas de recepção e tentativa de melhores índices de compreensão, a atenção é voltada à segmentação, como “a segmentação visual (pelo corte), a retórica (pelo fluxo da fala) e a linguística (pela sintaxe)” (ARAÚJO et.al., 2013, p.2). O principal objetivo é encontrar parâmetros que atendam às necessidades dos surdos brasileiros. E não somente neste recurso, o grupo de pesquisa LEAD (Legendagem e Audiodescrição) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) tem investigando esse campo por mais de dez anos.

O Brasil atualmente segue o padrão americano de se produzir legenda oculta, neste padrão Araújo (2006) diferencia as produções de legendas em *online* (em tempo real) e *offline* (pós-produzidas). A legenda *online* pode ser produzida de dois modos, através da estenotipia e do reconhecimento de voz. No primeiro caso, o estenotipista “(*stenocaptioner* em inglês), [utiliza] o estenógrafo computadorizado (*stenograph*). Para desempenhar tal tarefa, o profissional precisa ser um bom digitador, pois necessita digitar em média 160 palavras por minuto” (ARAÚJO, 2006, p.5). Este aparelho tem 24 teclas que podem ser acionadas simultaneamente, por esse motivo seu manuseio é rápido e ainda, as palavras são digitadas pelo som, “[...]ou seja, pela fonética aproximada e não pela ortografia” (Ibid, 2006, p.5). “Quando o profissional digita os fonemas, um programa de computador procura a palavra mais semelhante num dicionário pré-estabelecido” (ARAÚJO, 2002, apud SELVATICI, 2010, p.31).

Em 1994 foi criada a primeira Teoria Brasileira para Estenotipia através do sistema de Transcrição Assistida por Computador (TAC). A Steno do Brasil, hoje Grupo Steno, foi a grande responsável por essa conquista. Além de pioneiros, foram precursores do CC e AD no Brasil. Atualmente, oferecem variados produtos como *Steno Live Stream*, que possibilita a inclusão de patrocínio do CC e/ou foto do orador ao lado da legenda e o *MobiLOAD*, que é utilizado em peças teatrais e cinemas, permitindo acessibilidade a mais de duas mil pessoas com deficiência auditiva ou visual.

A segunda maneira de se produzir a legenda *online* é através do reconhecimento de voz baseando-se em um banco de dados com milhares de vozes pré-gravadas. Todavia, essa técnica causa ainda muitos erros enquanto a legenda é produzida e transmitida, “especialmente quando se trata de palavras homófonas (ex.: censo X senso) ou de palavras que – juntas – formam o som de uma terceira palavra ou de uma expressão (ex.: ela tinha X é latinha)” (SELVATICI, 2010, p.32).

[...] o programa assimila uma série de formas com [as quais] os sons de uma palavra são pronunciados. Quando o usuário dita algo para o software, sua voz é digitalizada e os sons emitidos comparados com aqueles gravados no banco de dados. Se o aplicativo encontrar semelhanças entre sons de sua coleção e aquilo que foi dito, a palavra aparece na tela em forma de texto. A base de dados desses programas pode ser atualizada e personalizada pelo usuário. Quanto mais ele personalizar sua biblioteca de gravações, mais palavras serão escritas corretamente, aumentando sua precisão (COSTA NETO, 2008, p. 22, apud SELVATICI, 2010, p.32).

No sistema pré-produzido, deve-se buscar atingir taxas de acerto de 99% para o mesmo programa e no pré-gravado o acerto deve atingir 99,55% (ABNT, 2016). No sistema de legendagem ao vivo deve-se buscar atingir taxas de acerto de 98% para o mesmo programa. Esses valores podem sofrer um desvio de acordo com a equação proposta para cada um. A equação apresentada na figura Figura 1, para o sistema CC ao vivo, é possível entender que o percentual pode atingir de 95% a 100% que ainda está dentro da margem.

**Figura 1 - Equação sobre o desvio do valor para a taxa de acerto (NBR 15290:2016, p.7).**

$$\text{Taxa de acerto} = \begin{cases} 98 \% + d_1, \text{ sendo } 0 \% \leq d_1 \leq 2 \% \text{ ou} \\ 98 \% - d_2, \text{ sendo } 0 \% \leq d_2 \leq 3 \% \end{cases}$$

Sobre este recurso, as mudanças para esta segunda edição foram basicamente na ordem das regras e a inclusão do anexo que ajuda na análise da qualidade e identificação do que é considerado erro. O item 4, “Diretrizes para Legendagem”, tem subitens para melhor distribuição.

Dentro dos “Princípios Básicos do Closed Caption” (4.1), tem-se na sequência informações sobre a “Exibição das Informações” (4.1.1), “Movimentação e Posicionamento da Legenda” (4.1.2), “Abreviaturas” (4.1.3), “Taxa de Acertos” (4.1.4), “Velocidade” (4.1.5), “Caracteres e Fundo/Tarja” (4.1.6), “Número de Linhas” (4.1.7), “Sinais e Símbolos” (4.1.8), “Sincronia” (4.1.9).

O sistema de *closed caption* pré-gravado, além das características descritas no item 4.1, tem próprio item (4.2) e seus subitens são os “Diálogos” (4.2.1), “Efeitos Sonoros” (4.2.2), “Fala e Ruídos”(4.2.3), “Identificação dos Falantes” (4.2.4), “Itálico” (4.2.5), “Música”(4.2.6),

“Onomatopeias”(4.2.7), “Tempo de Exibição”(4.2.8). Os dois últimos itens da norma são a “Exeção” (4.5) e “Boas Práticas” (4.6).

Todavia, de nada adianta a produção correta e de qualidade se o aparelho receptor da audiência não tiver devidamente habilitado para a exibição. Esta é uma observação importante destacada na Cartilha da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) que contém informações sobre os recursos de acessibilidade das transmissoras e retransmissoras de televisão. Nela está exposto que os equipamentos receptores não são homologáveis pela Anatel, sendo assim, as equipes técnicas devem se atentar aos receptores de sinais via satélite recebidos da cabeça-de-rede, “[...]existem equipamentos analógicos que não permitem a passagem de Legenda Oculta. [...]apesar do sinal chegar com o recurso, ao passar pelo sistema de recepção o sinal perde a informação” (ABERT, 2013, p.16).

### **2.1.3 Dublagem**

“A partir de 1929, com a chegada do cinema sonoro ao país, a compreensão pelos espectadores brasileiros de filmes falados em outros idiomas, principalmente o inglês, tornou-se um problema de difícil solução” (FREIRE, 2014, p.1169), como tentativa de resolver o problema, os distribuidores da época começaram a fazer várias experiências. Em 1932 a legendagem já se consolidava no país e a DUB surgia como experimento. “As primeiras experiências de dublagem em português de cópias exibidas no Brasil foram realizadas no exterior” (Ibid, 2014, p. 1169), pois, eram centenas de filmes importados anualmente, e esta demanda era muito grande para a capacidade de DUB na época.

A DUB envolve a adaptação de um texto com os caracteres na imagem. Seu limite está principalmente à tradução de filmes que não deve ser reduzida à sincronização dos lábios, mas quando o rosto ou a caixa torácica é visível num plano médio (GAMBIE, 2003). A “imagem vocal” de um personagem pelo ator é definida através da escolha de fatores como altura, intensidade, timbre e ritmo (LESSA, 2002, p.58).

Atualmente, DUB é um dos recursos de acessibilidade exigidos nas transmissões e retransmissões televisivas. Tem como função promover acessibilidade a quem não compreende as narrações em outro idioma e também a pessoas com deficiência visual. Trata-se da substituição da locução original por falas em língua portuguesa, sincronizadas no tempo, entonação,

movimento dos lábios dos personagens em cena, etc., em todo ou em parte, devendo ser transmitida através do Programa Secundário de Áudio (SAP).

De acordo com a Portaria nº310/2006, o mesmo deve estar juntamente com a AD de modo a permitir a compreensão dos diálogos e conteúdos audiovisuais também para pessoas que não consigam ou não tenham fluência para leitura das legendas de tradução. Quando um produto dublado é transmitido, o telespectador não tem acesso ao canal de áudio original, somente a tradução, exige-se então uma sincronia entre a fala dos personagens e a inserção da tradução.

[os] enunciados [são] gravados por atores (chamados dubladores) da cultura de chegada. Estes se baseiam numa tradução elaborada de modo a que a pronúncia das palavras na língua-alvo fique o mais sincronizada possível com os movimentos labiais das pessoas que aparecem na tela (CARVALHO, 2005, p. 94-95).

O autor explica que existem relatos de modificações significativas impostas ao texto traduzido, seja por censuras linguísticas ou ideológicas, “linguagem de baixo calão é amenizada, componentes sexuais ou obscenos são minimizados ou excluídos e críticas a determinados grupos sociais ou culturais são substituídas” (CARVALHO, 2005, p. 95).

É uma tradução interlingual de um discurso oral para outro discurso oral, das falas dos personagens de um filme ou programa de ficção pré-gravado. Por esse motivo, é também chamada de “revocalização”; Elimina a presença do discurso oral estrangeiro; É regida pelo sincronismo labial, fundamental para fazer com que o público-alvo acredite na ilusão de que o personagem esteja falando na sua língua. Por causa disso, a dublagem é às vezes chamada, em países de língua inglesa, de *lip-sync translation* ou simplesmente de *lip-sync* (tradução de sincronismo labial) (FRANCO; ARAÚJO, 2011, p.8).

Diferente disso, o *voice-over* é uma tradução interlingual, utilizada para produtos audiovisuais de gêneros de não-ficção (documentários, noticiários, programas de entrevistas pré-gravadas, etc.) (FRANCO; ARAÚJO, 2011). Ele prioriza a língua da cultura produtora e não há sincronismo labial, além da co-presença do discurso em língua estrangeira em volume baixo.

Na NBR 15290:2016 não há diretrizes para esse tipo de recurso, diferente da edição anterior. No caso, a DUB não tem a finalidade para pessoas com deficiências sensoriais, a inclusão de um tópico sobre ela nesta pesquisa está pela sua presença na Portaria nº310/2016.

#### **2.1.4 Audiodescrição**

A AD é a narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual (BRASIL, 2010). É o mais recente dos recursos, tornando-se obrigatório somente no ano de 2011.

Do seu surgimento em 1970 nos Estados Unidos através de ideias desenvolvidas por Gregory Frazier para sua dissertação de mestrado, a AD foi ocupando espaço em todos os lugares do mundo. De acordo com Franco (2008), a primeira AD formalizada em um espetáculo audiovisual para o público deficiente visual ocorreu em 1981 no *Arena Stage Theatre*, em Washington, Estados Unidos. Até o final desta década já havia cerca de cinquenta estabelecimentos produzindo espetáculos audiodescritos neste país.

De acordo com Franco (2008), na televisão, a primeira AD aconteceu na emissora japonesa NTV em 1983 e depois em algumas emissoras da rede aberta de televisão na Catalunha, no final dos anos 80. Segundo Mianes (2016, p.11), no Brasil “a AD teve seu marco inicial em 1999, quando Bell Machado realizou atividades de narração audiodescritiva de filmes em uma associação de cegos de Campinas”. O pioneirismo comercial foi no Festival Assim Vivemos, festival internacional de filmes sobre deficiência, no ano de 2003.

De acordo com Franco e Silva (2010, p.33), a Portaria 403/2008 suspendeu a obrigatoriedade do recurso da AD por 30 dias, porém, “a Portaria 466/2008 [...] restabeleceu a obrigatoriedade do recurso e concedeu prazo de 90 dias para que as emissoras iniciassem a transmissão de programas com audiodescrição”. Atualmente, o MC através da Portaria nº188/2010 exige que as emissoras de TV aberta no Brasil que operam em sinal digital exibam semanalmente no mínimo duas horas de programação audiodescritas segundo o cronograma estabelecido.

Conforme propõe Santana (2010) a AD pode ser categorizada de três formas, AD pré-gravada, AD ao vivo - roteirizada e AD simultânea. A primeira trata-se da narração gravada em um estúdio e posteriormente editada e mixada ao produto audiovisual. Na segunda categoria a narração ocorre durante a exibição do filme ou produto audiodescrito, é ao vivo e com roteiro, já na terceira categoria a narração também é em tempo real, simultaneamente ao que esteja sendo apresentado, porém, sem roteiro. Nesta última categoria o autor sugere que “para que a tradução aconteça de maneira mais acertada, é [preciso] levantar um pequeno *briefing*, ou seja, algumas

informações sobre o tema, as pessoas envolvidas e o evento em questão” (SANTANA, 2010, p. 177).

Para produzir a AD em qualquer uma das categorias existe uma equipe de profissionais capacitados e responsáveis por cada fase da execução, são eles o audiodescritor roteirista, o audiodescritor narrador e o consultor. O roteirista “é o profissional que faz a tradução das imagens e estímulos sonoros, que não se pode compreender, para palavras” (MIANES, 2016, p.12). Este profissional toma decisões tradutórias e também descreve as imagens do produto para que o roteiro seja produzido, calculando tempo, espaço e contextos. O profissional audiodescritor narrador é o locutor do roteiro “observando a entonação, a velocidade e a modulação da voz a fim de torná-la a mais adequada possível para a compreensão do público” (Ibid, 2006, p.12). Muitas vezes, quem narra e escreve o roteiro pode ser o mesmo profissional.

Quanto ao consultor, o mesmo necessariamente é uma pessoa com deficiência visual (cega ou com baixa visão), que faz a avaliação do roteiro de maneira que a qualidade e a pertinência sejam legítimas. O mesmo deve sugerir alterações, fazer orientações e colaborar para que o produto final fique facilmente compreensível pelos usuários. Percebe-se que a AD também pode ser considerada uma tradução inter-semiótica, pela mudança de signos, da imagem ao texto, com aspectos da tradução intralingual no que se refere à interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua.

Na segunda edição da NBR 15290:2016 a AD ganha um tópico com a nomenclatura correta, porém sem nenhuma exigência claramente exposta. O item 5, denominado “Diretrizes para o áudio com a descrição de imagens e sons (audiodescrição)” se subdivide em dois. No primeiro requisito, “as características gerais para a produção da audiodescrição”, indica a NBR 16452 como base. E o segundo, “as características gerais de transmissão” assinala seguir o que está especificado no item 7, ou seja, obedecendo a cada especificidade dos sistemas de TV digital aberta, TV por assinatura, Serviços de streaming via internet e retransmissoras.

## 2.2 A LINGUAGEM RADIOFÔNICA E SUAS POSSIBILIDADES

Ao colocarmos o rádio entre os assuntos de recursos de acessibilidade, podemos primeiramente nos remeter à importância deste para a origem de um dos recursos mais usados até a atualidade, a DUB. Nos Estados Unidos e também no Brasil, a melhor “escola” para entrar em atuação vocal para produtos audiovisuais estrangeiros era o rádio. O motivo é a capacidade para interpretar apenas com a voz, assim como na DUB, havendo “a possibilidade de caracterização de vários personagens, como alguns *voice actors* chegam a fazer num mesmo desenho animado” (LESSA, 2002, p.58-59).

Pilar Orero (2004) afirma que “muitos podem levantar uma sobrancelha para ver o rádio como parte deste campo [audiovisual], mas [ele] traduzi[u] o *voice-over* por mais de 15 anos para o rádio, e o processo é semelhante ao de traduzir *voice-over* para entrevistas de TV” (p. vii-viii). Em tempo, “*voice-over* é definido como uma técnica narrativa na qual a voz de um narrador invisível é ouvida sobre imagens diferentes e com propósitos diferentes” (FRANCO; ARAÚJO, 2011, p.10), como já exposto no subtítulo da DUB.

Além da DUB, *voice-over*, a AD também tem seu perfil histórico marcado pelo meio rádio. Na Espanha em 1991 foi criado o Sonocine que permitiu que as pessoas com deficiência visual seguissem a AD dos filmes exibidos na televisão através de um canal de rádio especialmente habilitado (CARVALHO FILHO, 2009). No ano de 2003, em Portugal, foi criado o Sistema Bi-partido (televisão-rádio) com a transmissão da audiodescrição com a sintonização da Onda Média da Antena (COSTA, 2014). Todavia, não somente como instrumento ou mecanismo para outros recursos, o próprio rádio pode tornar uma gama de produções acessíveis através de suas possibilidades.

A linguagem radiofônica, como qualquer outra linguagem em seu modo geral, tem dois aspectos na função comunicativa: o código, que possibilita a reprodução de enunciados significantes e a mensagem, que são variações particulares sobre a base do código (BALSEBRE, 2005). Entretanto, Armand Balsebre (2005, p.327) afirma que a linguística moderna fixa um terceiro aspecto entre código e a mensagem: “o uso social e cultural”. E esta última, se apresenta muito fortemente no meio rádio.

Para Bertolt Becht (1927-1932) o rádio é um espaço realmente democrático. Seu valor está implicado principalmente no rico poder de interação, da mobilidade, do baixo custo, da

instantaneidade e autonomia que possui (ORTRIWANO, 1985). Logo, o acesso à cultura, à educação, informação e até qualificações são possíveis através do mesmo, inclusive com adaptação de conteúdos visuais em sonoros.

Del Bianco (2005, p.155) coloca o rádio como “uma tecnologia que fortalece a conexão do homem com o grupo, com a comunidade, que foi capaz de reverter rapidamente o individualismo do homem tipográfico para o coletivismo”. Esse fato contribui para um alcance maior do público, pois chega à população não alfabetizada e também ganha um natural interesse de quem possui baixa ou nenhuma visão, como uma possibilidade de acesso as mensagens informativas.

Como afirma Balsebre (2005, p. 328) “a comunicação será mais completa e eficaz dependendo da proximidade sociocultural dos códigos do emissor e receptor”. Logo, a capacidade de absorção, alcance e imediatismo que o rádio carrega, foi e ainda é um grande instrumento na perpetuação de ideologias e principalmente proposição de lideranças. Na obra Rádio e Política, Osmani Costa (2005) evidencia o poder desse meio de comunicação na defesa de interesses, principalmente os centralizadores. Todavia, esse meio pode ser usado para inúmeros benefícios e beneficiados.

A importância da atuação das emissoras de rádio fica ainda mais acentuada quando se sabe que boa parte da população é formada por pessoas analfabetas ou semi-analfabetas, pobres, que vivem em péssimas condições de habitação, de saúde, de segurança; não dispoem de aparelhos públicos e gratuitos de informação, entretenimento e lazer (COSTA, 2005, p.30).

Del Bianco (2005, p.154) reforça que, “ao produzir imagens auditivas, o rádio cria um ambiente totalmente inclusivo e absorvente que propicia às pessoas um mundo particular em meio às multidões”. Quando dispomos “o rádio como recurso de acessibilidade”, é em razão do meio ser capacitado a produzir para fins de acessibilidade, bastando a elaboração de roteiro, locução e sonoplastia/sonorização de muitos materiais que originalmente são distribuídos em outros formatos, de maneira a não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas principalmente pôr-se em comunicação com ele.

Cabe aqui citar, com melhor propriedade, novamente o Desenho Universal como concepção de produtos, ambientes, programas e serviços para todas as pessoas, não discriminando qualquer tipo. Segundo a Convenção da ONU, o conceito de Desenho Universal deve ser um princípio estruturante para a formulação de políticas que tenham como propósito a

democratização do acesso à cultura. De acordo com o Guia Orientador para a Acessibilidade de Produções Audiovisuais (MAUCH et. al., 2015, p.6), “no caso do audiovisual, a acessibilidade deve ser incorporada desde o desenho do projeto e estar presente em todas as fases da produção e distribuição”. Ou seja, não se admite mais tratar a acessibilidade como acessório, complemento ou adaptação a posteriori.

Para se produzir eficazmente no rádio, é necessário empregar um repertório de elementos que sejam de conhecimento do emissor e receptor. “Quanto mais comuns e consensuais forem as estratégias de produção de significado, de codificação e deciframento, mais eficazes serão as mensagens na comunicação emissor-receptor” (BALSEBRE, 2005, p. 327). Nesse contexto, Balsebre (2005) assegura a necessidade de integrar a forma e o conteúdo, ou seja, semântico e o estético na linguagem radiofônica.

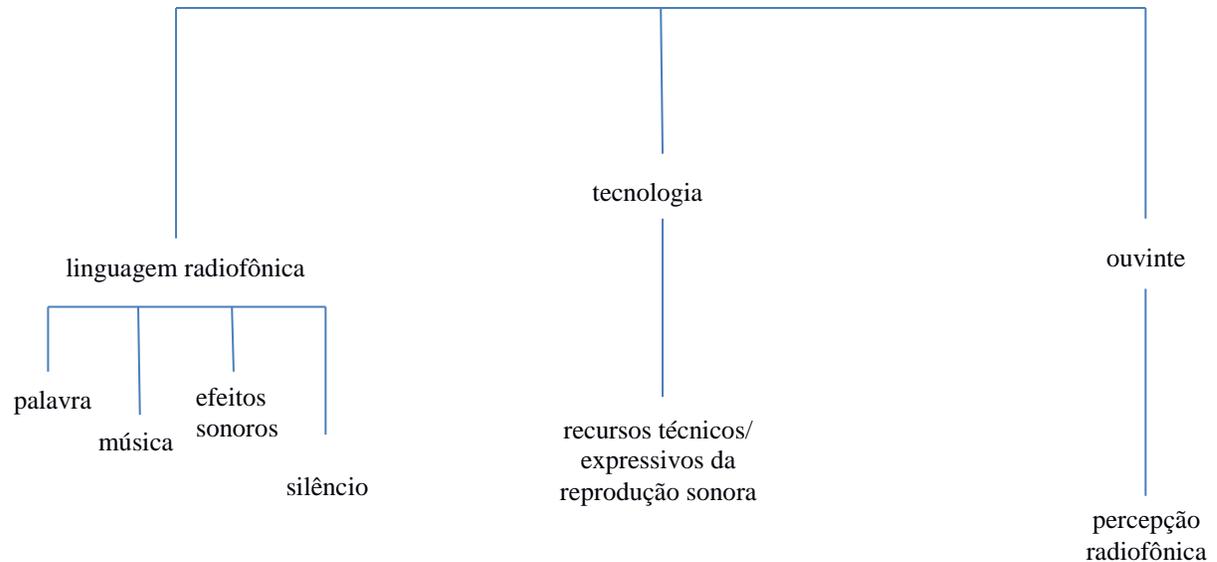
Sobre o semântico, o autor coloca o sentido mais direto e manifesto dos signos de uma linguagem, transmissores do primeiro nível de significação constituinte do processo comunicativo. Já o fato estético, Balsebre (2005, p.328) dispõe ser o aspecto da linguagem que trata “a forma de composição da mensagem e fundamenta na relação variável e afetiva que o sujeito da percepção mantém com os objetos de percepção”, um segundo nível de significação, sendo o conotativo, afetivo, valores emocionais e sensoriais. Os dois níveis, quando em equilíbrio, representam a forma mais completa e abrangente da produção de significado e interpretação do contexto comunicativo.

Balsebre (2005) considera que, resumidamente, a linguagem radiofônica é um conjunto de formas sonoras e não sonoras representadas pelos sistemas expressivos da palavra, da música, dos efeitos sonoros e do silêncio, “cuja significação vem determinada pelo conjunto dos recursos técnicos/expressivos da reprodução sonora e o conjunto de fatores que caracterizam o processo de percepção sonora e imagem-visual dos ouvintes” (p, 329). Destacaremos através das análises a importância de um texto de alta comunicabilidade, que explora todas essas formas apresentadas pelo autor, que também reproduziu um sistema semiótico radiofônico (Figura 2) utilizado nesta pesquisa nas categorias para comparação.

Nesse sistema, Balsebre (2005) coloca a linguagem radiofônica e sua natureza estrutural, depois incorpora nesse processo a tecnologia com seus recursos influenciadores na codificação das mensagens, procedimentos técnicos que permitem ao receptor ter a ilusão de uma determinada realidade sonora, e o ouvinte, aquele que percebe e imagina conforme a

particularidade do seu sistema sensorial, ajustado com as condições em que se produz a escuta radiofônica.

**Figura 2 - Sistema Semiótico Radiofônico**



Fonte: Balsebre (2005, p.329)

Cada um dos itens que compõe a linguagem radiofônica e recursos técnicos/expressivos da reprodução sonora propostos por Balsebre (2005) serão observados com mais profundidade durante o processo de análise das amostras. Não há consideração investigativa da percepção radiofônica, o ouvinte, no mesmo caso que os receptores dos recursos de acessibilidade televisivos, que são parte de outro universo de pesquisa, mas que não deixam de contribuir diretamente nos processos produtivos.

Devido a esses elementos do sistema, o rádio é destaque na “capacidade de transmitir uma mensagem relativamente complexa a um máximo de receptores com repertórios diferentes” (MEDITSCH, 1995, p.3). Se bem projetado, um produto audiovisual pode ser transmitido somente em ondas sonoras e terá um efeito completo de compreensão para quem o utiliza. Mesmo que, “dizer que o rádio é audiovisual é uma meia verdade evidente. Falta-lhe o visual

para ser uma verdade inteira. [...] [mas] a linguagem do rádio tem inúmeros pontos de contato com a linguagem audiovisual da TV” (MEDITSCH, 1995, p.5).

Entre esses pontos, a capacidade de interpretação permitida por uma mídia sonora não se limita pela falta da visualidade do produto. Materiais audiovisuais contemplam o que é produzido somente em áudio da mesma maneira com o que é transmitido somente em imagem. Isoladamente, as duas naturezas conseguem transmitir uma mensagem completa, porém juntas, ampliam o alcance de público com variadas necessidades.

Quando Arnheim (2005, p.62) se refere à nova forma de arte criada pelo rádio em seu ensaio “O diferencial da cegueira: estar além dos limites dos corpos”, ele declara que a arte radiofônica “parece sensorialmente deficiente e incompleta mediante as outras artes – porque não conta com o nosso sentido mais importante, que é a visão”. Essa reflexão é referente a filmes mudos e pinturas que por si só são compreensivos, são um pedaço da realidade. Porém, é exatamente por este motivo que ele completa que para o rádio “nada lhe falta!”, pois, a essência deste meio consiste em justamente não ofertar tudo através do som, mas fornecer a essência de um evento, uma ideia, com propriedades ricas o suficiente. “Como um resultado desta educação auditiva, nós conseguimos uma completamente inacreditável ativação e intensificação da imaginação” (BOECKMANN, 1929, apud ARNHEIM, 2005, p.63).

O produtor e apresentador do programa de rádio “Avenida da Liberdade”, em Portugal, José Filipe Azevedo, é cego e ao ser entrevistado por Suely Maciel (2015) relata com domínio o que fora citado.

Quase todas [as pessoas com deficiência visual] são grandes ouvintes de rádio. Para pessoas que veem, televisão é o ponto 1 e depois, eventualmente, o rádio é o ponto 2, ou o ponto 3 e, às vezes, até o ponto 4. Muitas vezes [a ordem de preferência] é televisão, jornais, internet e rádio. Nós, na infância, não: o rádio sempre foi o ponto 1. Muito daquilo que eu sei é do rádio que eu ouvia. Eu ouvia rádio todos os dias, eu ouço rádio todos os dias, a televisão não me fascina tanto. E, na televisão, a única coisa que ouço é o telejornal, que é como se fosse rádio, é falar, mas fora isso não. E, portanto, acho que o denominador comum é esse, porque nós ouvimos muito rádio mesmo (AZEVEDO, 2015 apud MACIEL, 2016, p.4).

No rádio, o ouvinte cria tudo na imaginação, nada é dado pronto. Logo, “a falta de visão, não é um empecilho à compreensão, pois cada um pode dar ao relato os contornos que quiser” (MACIEL, 2016, p.4). Porém, a falta de aspectos icônicos que enriqueçam e completem o entendimento, prejudica a qualidade. E, certamente, produções assim, não foram projetadas com

a usabilidade de um Desenho Universal. “A oralidade no rádio é apenas a sua manifestação aparente, há um mundo de escrita e um modo eletrônico por trás de sua produção” (MEDITSCH, 1995, p.3). A pronúncia de cada palavra, a entonação e o cuidado para com a monotonia, “os ruídos captados na natureza e no mundo humano, quando não isolados matematicamente, elevam a possibilidade de combinações ao infinito” (MEDITSCH, 1995, p.4).

A adaptação de conteúdos visuais em sonoros, como as obras de arte, apresentações teatrais, livros e outros tantos artefatos que enriquecem a cultura social, são necessidades que poderiam ser tratadas com mais prioridade quando se pensa em difusão em mídias sonoras como o rádio. Utilizar a palavra, a música, os efeitos sonoros e o silêncio e dedicar-se a “temática, estilo, gêneros, formatos e articulação dos componentes verbais, sonoros e musicais da mensagem” (MACIEL, 2016, p.5).

Os princípios da linguagem do rádio devem ser utilizados no processo de produção de um material com características acessíveis, só assim elas necessariamente terão eficiência. A atenção durante a produção se estende a diversas fases do projeto.

(...) à elaboração de roteiro (documento escrito onde estão organizados os elementos verbais, sonoros e musicais que integrarão a peça em áudio), à locução (processo de vocalização das unidades verbais), à sonoplastia (articulação dos elementos sonoros e musicais na peça) e à edição (organização de todas as unidades numa sequência temporal, preferencialmente conforme previsto no roteiro, e ajuste dos parâmetros acústicos da voz, dos efeitos, da música e do silêncio) (MACIEL; SILVA, 2015, p.55).

No decorrer do estudo, pode-se observar que são iniciativas isoladas os casos em que essas produções ocorrem. E ainda, a inserção de pessoas com deficiência, que muito podem contribuir na produção e consultoria desses projetos, é escassa.

### 3. O CENÁRIO LOCAL DOS RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

Este capítulo apresenta o que Lopes (2003) propõe na segunda fase da pesquisa empírica, a observação, conforme o método de pesquisa em comunicação elaborado por ela. Mesmo que essa etapa venha sendo executada desde as primeiras revisões apresentadas no capítulo anterior, é aqui que se delimita o “universo de investigação”, edificado através das técnicas de amostragem<sup>20</sup> e ainda sua relação com as “unidades de pesquisa” transformadas em fontes de informação para o estudo (LOPES, 2003, p.142). A observação é um processo de construção dos dados da pesquisa e por isso abrange duas operações distintas, a amostragem e a coleta dos dados, sendo a coleta um processo realizado junto às fontes de informações com técnicas de observação<sup>21</sup>.

Antes de percorrer todos estes aspectos, a investigação é iniciada por levantamentos bibliográficos e verificações a respeito da temática que possibilita a compreensão da realidade encontrada dentro da delimitação proposta. Estes recursos, e a acessibilidade em seu modo mais amplo, são discutidos em diversos campos de pesquisa, em trabalhos sobre “a cidadania, democracia, participação social, a área de direito [...] estudos da comunicação, além do segmento da sociolinguística” (DÉZINHO; SANTOS, 2016, p.15). E, identificar as condições dos recursos de acessibilidade nos meios de comunicação nacionais, é imprescindível antes de ir a campo em nosso universo de investigação, o local.

Para um conhecimento sobre a população nacional e conseqüentemente receptora destes produtos, de acordo com os resultados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010)<sup>22</sup> cerca de 45,6 milhões de pessoas se declararam ter alguma deficiência. Este número corresponde a 23,9% da população brasileira. Da população residente, segundo a mesma pesquisa, há 35.774.392 de pessoas com deficiência visual e 9.717.318 com deficiência auditiva, porém, “algumas pessoas declararam possuir mais de um tipo de deficiência. Por isso, quando somadas as ocorrências de deficiências, o número é maior do que 45,6 milhões, que representa o número de pessoas, não de ocorrências de deficiência” (IBGE, 2010, n.p.).

---

<sup>20</sup> As técnicas de amostragem são utilizadas nas pesquisas empíricas a fim de delimitar o universo da investigação. Este pode ser definido como um conjunto de unidades (pessoas ou não) tornadas fontes de informação ou informantes da pesquisa (LOPES, 2003, p.144).

<sup>21</sup> De acordo com Lopes (2003, p.146) as técnicas de observação ou de investigação podem ser questionário, entrevista, história de vida, etc., “no que se diferenciam das técnicas de análise (tabulação e classificação) que lhes sucedem.

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao.html>>. Acesso em: 28 junho 2015.

Não é somente essa amostra significativa da população que justifica a adequação das programações nos principais meios de comunicação, mas também a garantia por direito de acessá-los de maneira livre, autônoma e completa.

A Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM) 2015<sup>23</sup> revela, sobre os hábitos de informação dos brasileiros, a televisão sendo o meio de comunicação predominante e o rádio o segundo meio de comunicação mais utilizado pela população do país<sup>24</sup>.

No Brasil a TV aberta lidera com 72%, TV com antena parabólica 23% e TV por assinatura é de 26%. O rádio é ouvido todos os dias por 30% da população nacional. Dados da mesma pesquisa confirmam que a maior parte dos entrevistados que ouvem rádio, utilizam o meio para obter informação (63%) e diversão (62%) (BRASIL, 2014). Além disso, o rádio é um meio de comunicação que permite às pessoas desempenharem outras atividades enquanto escutam a programação. Segundo a mesma pesquisa, somente 16% dos entrevistados afirmam ouvi-lo exclusivamente, são 34% os que escutam rádio enquanto realizam alguma atividade doméstica e 33% o fazem enquanto se alimentam.

Todavia, mesmo com toda a predominância das referidas mídias, as considerações de pesquisas brasileiras sobre os recursos de acessibilidade não são nada animadoras. Mariana Dézinho e Reinaldo dos Santos (2016) propuseram um instrumento de avaliação da qualidade das legendas na televisão brasileira, a partir de amostras das programações de alta, média e baixa audiência em canais abertos e fechados e estudos de recepção. A escolha pela legenda se deu pela escassez dos outros recursos de acessibilidade durante a pesquisa exploratória.

Isso vem sendo identificado na maioria das investigações. O CC é ainda o recurso mais encontrado nas emissoras, porém, nem sempre com qualidade. Na maioria dos casos, “a tradução aproxima-se de uma transcrição, isto é, a legenda fechada traz quase toda a fala original, diferentemente da legenda aberta, em que muita condensação é feita” (ARAÚJO, 2006, p.3).

Quem parte do estudo da recepção reconhece que a transcrição da fala não é a melhor das técnicas para possibilitar a compreensão de quem utiliza o recurso. Para Dézinho e Santos (2016, p. 144) “existe uma discrepância de recepção entre surdos, DAs [deficientes auditivos] e

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa>>. Acesso em: 20 maio 2015.

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 25 setembro 2015.

ouvintes; [...] aqueles que mais possuem dificuldade com relação à recepção de informações (surdos) ficam apenas com o acesso às imagens”.

É por esse motivo que Selvatici (2010, p.6) considera que “talvez o melhor dos resultados não seja a maior aceitação e o desenvolvimento mais rápido da tecnologia, mas a inclusão dos surdos”. Além da inclusão, “ocupar os veículos de comunicação é abrir espaço para trocar experiências, falar de vivências, compartilhar como se apreende e pensa o mundo” (MACIEL, 2016, p.6).

Sobre o recurso LSB, raramente está disponibilizado. Na grade de programação, geralmente é exibida a janela para a classificação indicativa. “Preterir as legendas à janela de LIBRAS, certamente, está ligado a motivos econômicos e tecnológicos, mas também à imposição do código dominante e ao valor social que as línguas em questão ocupam” (NASCIMENTO; SANTOS, 2016, p. 142). Não só este recurso, mas as melhorias técnicas e “[...] a disponibilização do *closed caption*, legendas abertas [...] dependem também de interesses financeiros e econômicos das emissoras de televisão do país” (NASCIMENTO; SANTOS, 2016, p.157).

Quanto ao recurso mais recente exigido pela legislação, a AD, a quantidade de investigações no país é menor. O caso é que “ainda que incipiente – para a AD, há uma grande demanda por profissionais bem preparados e experientes para atuar na área” (MIANES, 2013, p.12). É que, como já exposto no capítulo anterior, dentro da equipe produtora desse recurso tem-se o audiodescritor roteirista, o audiodescritor narrador e o consultor. Mas mesmo com seus primeiros passos, pode-se observar da maior parte das “cabeças-de-rede” uma produção que está seguindo o cronograma proposto na portaria.

No que diz respeito aos projetos para o rádio, como é uma proposta sob as possibilidades dessa linguagem, tem-se exemplos e referência sobre iniciativas de acessibilidade em mídias sonoras. O projeto Biblioteca Falada, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru, coordenado por Suely Maciel, é uma delas. O objetivo do projeto é possibilitar o acesso de pessoas com deficiência visual a textos diversos, bem como novelas, poemas, notícias, através do uso de recursos de sonoplastia e locução de adaptação do roteiro, criando produtos de áudio. A escolha dos produtos a serem audiodescritos é de acordo com as demandas e sugestões dos alunos do Lar Escola Santa Luzia para Cegos, de Bauru, que também

são beneficiados com os produtos finais. Os produtos de áudio além de distribuído ao Lar permanecem disponíveis na página do projeto na internet<sup>25</sup>.

Em Campo Grande uma iniciativa de traduções em mídia sonora encontra-se no Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos Florivaldo Vargas, o ISMAC. O instituto atua na saúde, educação, assistência social e colaboração para o processo de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência visual, através de serviços especializados e gratuitos. Uma das ofertas é a Audioteca que coloca à disposição obras literárias, materiais didáticos, pedagógicos, apostilas para concursos e demais documentos de utilidade pública. Tais materiais são produzidos desde 1980 por voluntários leitores, e desde o ano de 2006 a instituição passa a contar com a parceria da Petrobras<sup>26</sup> na criação do projeto Livros que Falam, com as edições e produções realizadas por pessoas com deficiência visual.

O ISMAC também oferece o Curso de Capacitação Profissional Continuada em Rádio Web e as disciplinas ofertadas são edição, produção, criação de roteiro e locução. O curso é um dos desdobramentos do projeto Livros que Falam e oportuniza a qualificação de pessoas cegas ou com baixa visão para trabalharem nesta área. O curso é dividido em três módulos, tendo os dois primeiros com duração de seis meses dedicados ao ensino teórico e prático sobre temas relacionados à linguagem radiofônica. No terceiro módulo ocorre o estágio na Rádio Web ISMAC, envolvendo produção de spots, vinhetas e pequenos programas. A rádio web e os conteúdos são encontrados na página da entidade na internet<sup>27</sup>.

Realizar uma pesquisa exploratória como a que tivemos nas emissoras de rádios comerciais e comunitárias de Campo Grande, demanda uma extensão de tempo e recursos muito maiores. Por esse motivo não há uma comparação nacional expressamente igual às finalidades que buscamos nesta investigação.

Partindo para a perspectiva local, no Mato Grosso do Sul os índices percentuais são proporcionais aos nacionais. A população do Estado do MS é de 2.449.341 habitantes, distribuída nos seus 79 municípios. Conforme o Censo 2010 sabe-se que 4.917 pessoas residentes no Estado possuem deficiência visual e não conseguem ver de modo algum, 68.440 têm grande dificuldade e 336.223 possuem alguma dificuldade. Os residentes com deficiência auditiva também somam parte considerável da população no Estado, as pessoas que não conseguem ouvir de modo algum

---

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.bibliotecafalada.com/>>. Acesso em: 16 junho 2016.

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br>>. Acesso em: 21 maio 2015.

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.ismac.org.br/conteudo/38/radio-web-small-ismac-small>>. Acesso em: 21 maio 2015.

somam um total de 3.609, já as que possuem grande dificuldade são 20.811 e 83.190 com alguma dificuldade.

Os hábitos de consumo midiático dos sul-mato-grossenses também não se diferem do país. No Mato Grosso do Sul o uso da TV aberta está um pouco abaixo do índice nacional com 63% dos entrevistados, já a TV com antena parabólica e paga são utilizadas por 25% da população cada uma. Já a média da população do MS que ouve o rádio todos os dias é maior que a geral, com 33% dos entrevistados ouvindo o rádio durante os sete dias da semana.

A capital do Estado, Campo Grande, é a maior cidade em número de habitantes com 787.204 (IBGE, 2010) e nela concentram-se também o maior número de emissoras e retransmissoras de rádio e televisão do MS. Além da quantidade de emissoras e retransmissoras de televisão e rádio, é na cidade de Campo Grande que se encontram os principais veículos do Estado.

Para obter essas informações, buscamos em um primeiro momento a consulta de relatórios diretamente no *site* do MC. No ícone Dados, depois em Dados do Setor de Comunicações e na nova janela, a tentativa de selecionar a abrangência da consulta foi feita de várias maneiras, porém sem sucesso no carregamento de resultados. Tentativas via telefone também não foram bem sucedidas.

Na própria página da internet do MC, sobre os indicadores, havia a informação dizendo que “embora alguns dos dados sejam coletados e produzidos pelo Ministério das Comunicações, a maior parte deles têm como origem as bases de dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)” (MC, n.p). E ainda que “o papel do ministério é unicamente o de agrupar, organizar e disponibilizar as informações” (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, n.p)<sup>28</sup>.

A página do MC começou a realizar suas sistematizações em fevereiro de 2012, e dados anteriores ou não disponíveis só seriam encontrados no *site* da Anatel. Passamos então a consultar com confiança o banco de dados da agência. Os dados ficam disponíveis na página da entidade na internet<sup>29</sup>.

Foram encontradas na consulta geral de televisão oito emissoras, das quais somente seis estão em atividade. Na consulta geral FM (Frequência Modulada) foram onze emissoras de rádio

---

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/DSCOM/view/Principal.php>>. Acesso em: 15 junho 2015.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/SRD/RELATORIOS/CANAIS/TELA.ASP>>. Acesso em: 19 junho 2015.

listadas, destas, somente sete operam atualmente. Na OM (Ondas Médias) haviam oito veículos na listagem da agência, mas somente seis estão ativos. Foram localizadas também seis RADCOM (rádios comunitárias) e todas elas estão em atividade. Houve ainda uma consulta geral OT (Ondas Tropicais), que listavam duas emissoras, somente uma delas se encontra em atividade e a mesma aparece também no relatório de canais OM.

Não encontramos nenhum estudo que divulgue a disposição dos recursos de acessibilidade nessas mídias, deste modo, consideramos a necessidade de uma pesquisa exploratória através desta listagem. Esta fase foi importante e necessária para a construção do “universo” e “unidades” a serem estudados, pois, pesquisas assim “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27). A escolha deste método se dá principalmente pela escassez de estudos desta área em nossa região, como complementa Gil (2008, p.27) “esse tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Durante o processo exploratório nas emissoras de televisão, buscamos considerar a presença dos recursos de acessibilidade em cada uma delas (recursos apresentados da NBR1590:2016 – CC, LSB e AD), quais eram os recursos que ofertavam, e o quanto eram frequentes nas programações transmitidas tanto de caráter nacional como no local. Já nas emissoras de rádio, o questionamento era se as mesmas eram utilizadas como próprio recurso de acessibilidade, através das propriedades do áudio, com a audiodescrição dos mais variados tipos de materiais audiovisuais (filmes, programas de TV, livros, peças de teatro, etc.) e também de demais obras com contribuições culturais, sociais e de entretenimento. Os veículos analisados são de radiodifusão aberta, concessões públicas<sup>30</sup>.

O processo de coleta e o levantamento de dados em conjunto com as pesquisas bibliográfica e documental nos trouxeram resultados para a construção da estrutura da pesquisa, formulação de hipóteses e objetivos, e também qual método utilizar na tentativa de responder a problematização. A metodologia do mapeamento aplicada nesta pesquisa baseia-se em questões

---

<sup>30</sup> Radiodifusão aberta, concessão pública feita pelo Estado para a prestação gratuita de serviços, operada sob o risco das condições econômicas do outorgado. Tais outorgas, quando transformadas em empresas, remuneram-se majoritariamente da publicidade que divulgam. Os “clientes” da radiodifusão, “ouvintes e telespectadores”, nada pagam para ter acesso ao serviço (ABERT, 2015, n.p.).

abertas, aplicadas via telefone e e-mail, no intuito de capturarem fatores da aplicação dos recursos de acessibilidade das programações de emissoras de televisão e produtos do rádio.

Dos resultados, a diferença na presença dos recursos de acessibilidade em cada uma das emissoras de televisão nos levou a questionamentos como: Este cenário de ofertas condiz com o que é necessário às pessoas que possuem deficiências sensoriais moradoras na região? E o que está sendo distribuído está de acordo com o que é exigido nas normativas vigentes ou são produzidos de maneira que os tornem recursos de acesso, como o caso das produções no rádio? Na sequência serão apresentados os veículos de comunicação consultados para que pudéssemos encontrar as unidades da pesquisa e a partir delas, em análises apresentadas no capítulo seguinte, pretendeu-se responder a essas indagações formuladas nesta etapa.

Dividimos a apresentação do mapeamento entre as emissoras de radiodifusão de imagem e som, televisão, e posteriormente a de radiodifusão sonora, o rádio. Em uma breve apresentação das principais características de cada veículo pode-se visualizar o cenário desses meios de comunicação na cidade de Campo Grande, os tipos de programação, se pertencem a alguma rede e data de fundação. A sequência de apresentação segue o resultado da tabela de consulta da Anatel.

### 3.1 EMISSORAS/ RETRANSMISSORAS DE TELEVISÃO

São seis, entre emissoras e retransmissoras de televisão, as contatadas:

A Televisão Morena LTDA, criada em 1965, pertence à Rede Matogrossense de Televisão – RMT fundado em 1955 por Ueze Elias Zahran e Eduardo Elias Zahran. Esta emissora é afiliada da Rede Globo e retransmite a maioria das programações da cabeça-de-rede. Entre as programações locais a TV Morena é destaque com seu telejornalismo e programa de variedades. Na transmissão analógica a TV é sintonizada pelo canal 06VHF, e na transmissão digital no 30UHF.

A Rede MS Integração de Rádio e Televisão LTDA (MS Record) foi inaugurada em fevereiro de 1987 como TV MS, a emissora era Rede Manchete até 1995, ano em que passou a integrar a Rede Record. A emissora retransmite programações da cabeça-de-rede, Rede Record, e também gera programas locais. Os canais de sintonia são 11VHF analógico e, no canal 18UHF digital.

A Sociedade Campograndense de Televisão LTDA (TV Interativa), fundada em 13 de outubro de 1989, é afiliada à Rede Bandeirantes e é sintonizada no canal 13VHF analógico e 19UHF digital. De acordo com as informações disponíveis no site da emissora, a mesma é de propriedade da Igreja Internacional da Graça de Deus (60%), Grupo Calabari de Comunicação (50%) e Grupo Correio do Estado (40%).

A Fundação Padre Kolbe de Radio e Televisão (TV Imaculada Conceição) está no ar desde maio de 2003, a TV representa a Rede Milícia da Imaculada com sede em São Bernardo do Campo e não tem fins lucrativos. Sintonizada no canal 15VHF analógico e 21UHF digital, a TV pertence à Fundação Padre Kolbe e tem sua programação direcionada ao público católico com programas de evangelização, transmissão de missas e eventos dessa temática. O alcance da emissora é somente à cidade de Campo Grande.

A Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas De Radio e Televisão Educativa de Mato Grosso Do Sul - Fertel (TV Educativa) está vinculada à Secretaria da Casa Civil. Em 15 de fevereiro de 2016 a emissora se tornou afiliada da TV Cultura. Os canais que sintonizam a emissora são 04VHF analógica e 15UHF digital.

A Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão Ltda (SBT MS) foi fundada em outubro de 1980 e a emissora é afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Os canais 08VHF analógico e 17UHF digital são os que a sintonizam. Antes a emissora carregava o nome de TV Campo Grande, porém, em 2009, passou a ser comandada pela Fundação Internacional de Comunicação e depois de dois anos começou a ser chamada de SBT MS.

**Tabela 3 - Consulta Geral de Televisão em Junho de 2015**

<b>Presença dos Recursos</b>	<b>Emissoras</b>
Audiodescrição e <i>Closed Caption</i> nas programações retransmitidas da cabeça-de-rede	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede MS Integração de Rádio e Televisão LTDA (MS Record)</li> <li>• Televisão Morena Ltda (TV Morena)</li> <li>• Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda (SBT MS)</li> </ul>
<i>Closed Caption</i> nas programações locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Televisão Morena Ltda (TV Morena)</li> </ul>
Audiodescrição nas programações locais	Nenhuma das emissoras consultadas

Legendas Abertas e Janela de LIBRAS em programação político partidárias nas programações locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Televisão Morena Ltda (TV Morena)</li> <li>● Sociedade Campograndense de Televisão LTDA (TV Interativa)</li> <li>● Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão Ltda (SBT MS)</li> </ul>
Nenhum dos recursos de acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão (TV Imaculada Conceição)</li> <li>● Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas De Rádio e Televisão Educativa De Mato Grosso Do Sul (TV Educativa)</li> </ul>

Através de uma interpretação em percentual podemos visualizar de maneira mais clara o cenário da aplicação dos recursos de acessibilidade nas programações transmitidas na cidade de Campo Grande, sejam elas produzidas pela cabeça-de-rede ou locais. Observamos que o recurso AD, quando disponível, é encontrado somente em produções retransmitidas das geradoras, mais especificamente na *MS Record*, *SBT MS* e *TV Morena*, ou seja, em 50% das emissoras, porém em nenhuma delas para produções locais.

Mesmo sem essas ofertas na programação local, as retransmissoras investigadas TV Morena, MS Record e SBT MS cumprem a quantidade mínima de oferta para o prazo dos recursos investigados – CC, LBS e AD e estão em conformidade com o cronograma da Portaria nº310/2016 e nº188/2010. O subitem 7.3 esclarece as exigências para com as afiliadas ou retransmissoras.

No caso de afiliada ou retransmissora: na data de início da transmissão ou retransmissão da tecnologia digital observada, à época, quanto a veiculação dos recursos de acessibilidade de que trata o subitem 5.1 [legenda oculta, audiodescrição e dublagem], a mesma proporção de horas e o mesmo horário estabelecido para a geradora cedente da programação (BRASIL, 2010, p.3).

Ou seja, somadas as horas das programações retransmitidas pela cabeça-de-rede, as obrigações até a data de 28/04/2015, para CC e 01/07/2015 para AD, estão sendo cumpridas. A TV Educativa, que passou a ser afiliada muito recentemente tem até o prazo de 28/06/2017 e 01/07/2017 para se regularizar. Já a TV Guanandi, afiliada da Rede Bandeirantes, declara somente disponibilizar o recurso de LSB e em propagandas político partidárias, está irregular de acordo com o cronograma, o mesmo caso para a TV Imaculada Conceição.

Sobre a LSB e legendas abertas, os mesmos já estiveram presentes nas programações da *TV Morena*, *SBT MS* e *TV Guanandi*, de maneira pouco frequente, mas quando exibidos estavam em produções de caráter político partidário e eleitoral. Deste modo observamos a presença em

somente 50% das emissoras, incluindo a presença em períodos sazonais e indicações de censura. Outro percentual significativo é o da não produção de qualquer um dos recursos. Duas das seis emissoras consultadas relataram não possuir nenhum tipo de recurso em suas programações, um valor significativo que caracteriza um percentual próximo de 33% do total de emissoras pesquisadas.

Sobre o CC, as mesmas emissoras, *MS Record*, *SBT MS* e *TV Morena*, possuem o recursos em suas programações, no entanto, somente a *TV Morena* o disponibiliza em todas as programações locais transmitidas pela emissora. Mediante este resultado, o perfil da emissora de televisão *TV Morena* está apresentado, na sequência, com mais especificidades, por se tratar da emissora de televisão em que o objeto de pesquisa analisado se apresenta. A construção desse recorte foi elaborado conforme a pretensão dos objetivos da pesquisa que, após o mapeamento das produções de recurso para as programações locais, se empenha a analisar o conteúdo que está disponível para que seja possível identificar a qualidade e a suficiência destas produções.

### **3.1.1 Televisão Morena Ltda (TV Morena)**

A construção do perfil desta emissora é baseada em artigos e outras publicações já elaborados como mesmo objeto ou cenário de pesquisa. Como já antecipado, a TV Morena foi criada no ano de 1965, e surgiu antes da divisão do Estado de Mato Grosso. Gladis Toniazzi (2006, p.2) relata que a Rede Matogrossense de Televisão – RMT nasceu a partir da fundação da TV Morena em Campo Grande, “integrante do Grupo Zahran, fundado em 1955 por Ueze Elias Zahran e Eduardo Elias Zahran”. Na época de sua fundação as emissoras regionais estavam em expansão, tanto na cidade que se tornou capital quanto no interior do Estado.

Na página oficial da emissora na internet em um ícone de nome “institucional” pode-se encontrar com mais detalhes o percurso histórico desta TV, desde a instalação dos transmissores na casa de Jorge Elias, com algumas imagens da época, até a história das inaugurações de todas as outras emissoras da Rede Matogrossense, “em 1966, [o grupo] inaugurou a segunda emissora, a TV Centro América, em Cuiabá [...] seguida pela TV Cidade Branca em Corumbá em 1968”. (TV MORENA, 2015, n.p.). Depois vieram as TVs Ponta Porã, a TV Centro América de Rondonópolis e de Sinop e a TV Terra, em Tangará da Serra.

No início de suas transmissões a emissora exibia programas de duas emissoras de São Paulo. De acordo com Soares (2005) o primeiro telejornal da TV Morena foi o “Notícias do Dia”

com sua primeira exibição em 27 de dezembro de 1965 e até 1967 era o único jornal da emissora. Com o passar dos anos as programações foram se reformulando conforme acordos contratuais de sua afiliação com a Rede Globo em 1976.

Em janeiro de 1983, dentro de uma nova estruturação da Globo, começam a ser vinculados em cada Estado, os telejornais regionais que antecedem a novela ou o Jornal Nacional. Em Campo Grande, a TV Morena inicia a veiculação do MS TV 1ª Edição e 2ª Edição. Nessa fase, o telejornalismo da TV Morena passa a contar com jornalistas de outros Estados e implanta definitivamente o modelo e o padrão determinado pela Globo (SOARES, 2005, p. 123).

Segundo informações extraídas da pesquisa de Mourão (2013, p.48) por permanecer 24 horas no ar a TV Morena totaliza 1440 minutos diários de exibição de programas e “a produção diária de jornalismo da emissora está em torno de 90 minutos”. Dos telejornais produzidos por ela tem-se o “Bom Dia MS” exibido de segunda a sexta-feira, o “MSTV – 1ª e 2ª Edição” de segunda a sábado, além do telejornal esportivo “Globo Esporte” também de segunda a sábado. Em produções de entretenimento a emissora exhibe o “Meu Mato Grosso do Sul” aos sábados e na editoria rural o “MS Rural” aos domingos.

O MS TV 1ª edição vai ao ar às 12h, horário de almoço, e é o segundo maior telejornal da TV Morena com uma média de 40 minutos de produção. Atualmente é apresentado por Bruna Mendes que em algumas edições divide a bancada com Marcello Rosa. De acordo com a pesquisa de Dib e Martins (2013), “‘O perfil dos telejornais da TV Morena’, o telejornal começa a ser produzido às oito horas da manhã, na reunião de pauta” (DIB; MARTINS, 2013, p.6) e depois da reunião de pauta se inicia a edição das matérias jornalísticas, e nessas produções conta-se com a participação de repórteres das praças – sucursais da emissora- localizadas em cidades do interior do Estado, Três Lagoas, Dourados, Ponta Porã e Corumbá, também contribuindo com “entradas” ao vivo.

No MSTV 1ª edição tem-se também a participação de entrevistados com assuntos de interesse da comunidade, além de participação do telespectador no telejornal através do aplicativo “Bem na Hora”, disponível de forma gratuita para dispositivos móveis, possibilitando a interação do telespectador com a programação que também pode ocorrer pela página na internet. Essa é uma tendência que caracteriza os telejornais brasileiros, com as convergências tecnológicas, conglomerados da mídia e hibridização das fronteiras, os mesmos têm vinculação de fenômenos

mais gerais e do contexto social e também se embaralham nas fronteiras entre jornalismo e entretenimento.

O telejornalismo deve buscar compreender os distintos modos de articulação entre a televisão, que é, ao mesmo tempo, uma tecnologia e uma forma cultural que se organiza como indústria do entretenimento, e o jornalismo, em uma atividade profissional e uma instituição social que tem sua deontologia, suas formas, seu modo de se organizar como indústria de informação, e os distintos modos de articulação entre telejornalismo, cultura, política, economia e sociedade. (GOMES, 2011, p.56).

Por estas características de um telejornalismo como construção social que identificamos no MSTV 1ª edição as conjunções entre “possibilidades tecnológicas e determinadas condições histórias, sociais, econômicas e culturais” de um telejornal que cumpre suas funções fundamentais, como afirma Itania Gomes (2011, p.57) em seus estudos sobre as tendências do telejornalismo brasileiro.

Entre as várias produções locais ofertadas pela emissora e a presença do recurso CC em todas elas, houve a necessidade de definição de uma amostragem fundamentada em nossos objetivos de esclarecer a qualidade e a suficiência dessas produções para o público. Sendo assim, além de todas essas características sociais e culturais do MSTV 1ª edição, o tempo de duração e a transmissão ao vivo foram outros requisitos que nos fizeram selecionar algumas de suas exibições para análise.

### 3.2 EMISSORAS DE RÁDIO

Encontra-se na consulta geral FM (frequência modulada) onze emissoras de rádio, destas, somente sete estão em operação. Da consulta geral OM (ondas médias) constavam-se oito na listagem da Anatel, mas somente seis estão ativas. Foram localizadas também seis RADCOM (rádios comunitárias) em consulta geral e todas elas estão em atividade. Houve ainda uma consulta geral OT (ondas tropicais), que listavam duas emissoras, somente uma delas se encontra em atividade e a mesma aparece também no relatório de canais OM.

Na sequência serão apresentadas as características básicas de cada emissora, e os perfil das emissoras selecionadas para análise da programação serão mostrados com mais detalhes. Trata-se da rádio Educativa UFMS 99.9.

### 3.2.1 Rádios de Frequência Modulada (FM)

A Fundação Dom Bosco (91,5 FM UCDB). A FM Educativa UCDB pertence à Fundação Dom Bosco, pessoa jurídica de direito privada e que opera na frequência 91,5 MHz. Não representa nenhuma rede e tem em suas programações o destaque do sertanejo no “Brasil Sertanejo” e o jornal diário “Jornal UCDB”.

A Rede MS Integração de Rádio e Televisão LTDA (FM Cidade 97). A rádio pertence à Fundação Ivan Paes Barbosa, a qual a TV MS Record também faz parte. Foi fundada em 27 de julho de 1985.

A Acaiaba Emissoras Integradas LTDA (Rádio Blink 102). A rádio Blink 102 FM, fundada em 06 março de 2010, pertence a Alex Bachega, atual diretor presidente, e sua esposa Aline Bachega. É uma rádio comercial conhecida por suas campanhas e promoções para os ouvintes. Não oferece nenhuma programação como recurso de acessibilidade, porém, seu site é adaptado para *softwares* de leitores de tela serem efetivamente utilizados.

A Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão LTDA (Mega 94) foi fundada em 11 de outubro de 1978 e pertence a essa rede juntamente com a emissora de televisão afiliada do SBT. A rádio se destaca com a participação de ouvintes em diversos canais interativos como linhas telefônicas especiais, atendimento através de e-mail, redes sociais e uma equipe de atendimento pessoal especializada.

A Rádio Capital do Som LTDA (Rádio Capital FM 95) foi criada no ano de 1986, juntamente com outras emissoras pertencentes ao mesmo grupo, entre elas a de Amplitude Modulada – Capital AM. É uma rádio interativa e criativa, que tem entre suas conquistas uma premiação como melhor rádio e *website*.

A Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas De Rádio e Televisão Educativa De Mato Grosso Do Sul (Rádio Educativa 104.7 FM). Fundada em 20 de dezembro de 1994, a emissora até o final do ano de 2014 tinha seu nome fantasia como 104 FM Rádio MS. Pertence à Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas incorporada à Fundação de Rádio e Televisão Educativa de MS (Fertel) que juntamente com a emissora de televisão formam a radiodifusão oficial de Mato Grosso do Sul, as duas funcionam no mesmo prédio. Por ser educativa, a emissora preza uma aproximação com a comunidade, a promoção da cidadania e o desenvolvimento local.

A Fundação Manoel De Barros (103,7 Uniderp FM) é classificada como uma emissora com fins exclusivamente educativos. Estreada em 05 de junho de 2005, a rádio Uniderp FM realiza projetos sociais e educacionais, servindo também como instrumento de capacitação para acadêmicos do curso de Comunicação Social da universidade a qual pertence.

A Rádio Educativa UFMS 99.9, foi inaugurada no dia 21 de junho de 2016. Esta emissora tem caráter educativo cultural e propõe valorizar as produções musicais e de conteúdo locais, além de abrir espaço para o experimentalismo acadêmico e divulgação da produção técnico-científica da instituição UFMS. Na sua grade de programação são encontrados radiojornais, programas musicais e produções especiais.

**Tabela 4 - Consulta Geral FM**

<b>Presença dos Recursos</b>	<b>Emissoras</b>
Nenhuma delas oferece programações como recurso de acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fundação Dom Bosco (91,5 FM UCDB)</li> <li>● Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão LTDA (Mega 94)</li> <li>● Rádio Capital Do Som LTDA (Rádio Capital FM 95)</li> <li>● Rede MS Integração de Rádio e Televisão LTDA (Rádio Cidade 97 FM)</li> <li>● Acaiaba Emissoras Integradas LTDA (Rádio Blink 102)</li> <li>● Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas De Rádio e Televisão Educativa De Mato Grosso Do Sul (Rádio Educativa 104.7 FM)</li> <li>● Rádio Educativa UFMS 99.9 (Educativa UFMS)</li> </ul>

### 3.2.1.1 Rádio Educativa UFMS 99.9

Selecionada para esta investigação pelo seu caráter educativo e cultural, a Educativa UFMS é uma das poucas emissoras a possuir uma programação que garanta diariamente informações sociais, econômicas, entre outros interesses de domínio público. A rádio tem ainda proposta de valorizar produções musicais e conteúdos locais, e também dar abertura às experiências acadêmicas e produções técnico-científicas da instituição.

Mesmo tendo poucos meses de existência, há mais de oitos anos que se havia requerido uma emissora na universidade. Sua concessão prevê que não pode haver em suas transmissões produtos de caráter comerciais e com fins lucrativos (UFMS, 2016). O apoio da Educativa UFMS

é somente cultural. Em sua grade básica, há programas criados pela equipe própria da emissora e também retransmissões da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Entre as produções mais importantes está o radiojornal UFMS, que vai ao ar às 7h da manhã de segunda a sexta-feira, com duração de 30 minutos. Com a apresentação de Carlos Eduardo Bortolotti (Cadu Bortolotti), o programa geralmente é dividido em dois blocos e conta com a produção de reportagens de vários jornalistas, além de entrevistas no estúdio e externas ao vivo. Todos os dias é divulgada a Agenda Cultural, com várias opções de atividades para se apreciar na região.

Outro fator influente na escolha dessa rádio é a abertura à comunidade para a apresentação de projetos de programas que estiverem dentro dos interesses da emissora. O processo de avaliação desses materiais recebidos deveria ser feito por um conselho consultivo que afere e efetiva a permissão, mas que ainda não foi implantado.

### 3.2.2 Rádios Comunitárias (RADCOM)

Conforme a Lei 9.612, de 19 de fevereiro 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências e o Decreto 2.615, de 03 de junho 1998, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, tem-se como definição do serviço de radiodifusão comunitária seus limites territoriais. Nesta Lei encontram-se as características de programação, ideologia e modos de funcionamento e financiamento dessas rádios. Elas são de baixa potência, limitadas a um máximo de 25 walls ERP e altura do sistema de até trinta metros. A cobertura destas rádios é restrita ao atendimento da comunidade/bairro a que está determinada. Entre as finalidades à comunidade são colocadas:

I - dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (BRASIL, 1998, n.p.).

Tendo as emissoras as mesmas características de programação, grades similares, não houve necessidade de esclarecimentos particulares sobre cada rádio consultada. Somente as datas de fundação de cada uma se diferem.

A Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas (FM Moreninhas 106,3) foi fundada em 17 de junho de 2003. A Associação Comunitária Atalaia da Última Hora Rádio (FM Atalaia 106,3) foi fundada em 12 de dezembro 1996. A Associação Comunitária Novo Maracanã (Rádio Maracanã 106,3) foi fundada em 26 de agosto de 2003. A Associação Louvores Ao Rei De Integração Comunitária (Tempus FM 106,3) foi fundada em 10 de dezembro de 1996. A Associação da Emissora Segredo FM (Rádio Segredo 106,3) foi fundada em outubro de 2009. A Associação Comunitária de Rádio FM Anhanduí (FM Anhanduí 106,3) foi fundada em 17 de dezembro de 2009.

A maior parte da programação é destinada as atividades das comunidades, principalmente na difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais. É comum a divulgação de eventos, achados e perdidos, e outras questões deste gênero. Por esta razão padronizamos em um

quadro somente as informações sobre a razão social, o nome fantasia e a data de fundação de cada uma.

**Tabela 5 - Rádios Comunitárias de Campo Grande consultadas em Junho de 2015**

<b>Presença dos Recursos</b>	<b>Emissoras</b>
Nenhuma delas oferece programações como recurso de acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas (FM Moreninhas 106,3)</li> <li>• Associação Comunitária Atalaia da Última Hora (Rádio FM Atalaia 106,3)</li> <li>• Associação Comunitária Novo Maracanã (Rádio Maracanã 106,3)</li> <li>• Associação Louvores Ao Rei De Integração Comunitária (Tempus FM 106,3)</li> <li>• Associação da Emissora Segredo FM (Rádio Segredo 106,3)</li> <li>• Associação Comunitária de Rádio FM Anhanduí (FM Anhanduí 106,3)</li> </ul>

### 3.2.3 Rádios de Amplitude Modulada (AM)

A Rádio Educação Rural Ltda (Rádio Imaculada Conceição AM 580) da Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão. Esta emissora de rádio foi fundada em 05 de fevereiro de 2005 e representa a rede Milícia da Imaculada com sede em São Bernardo do Campo, São Paulo. A rádio possui programações ao vivo das 9h às 18h com maior concentração nos temas rurais. Esta rádio também está no relatório de canais OT, porém não consideramos a necessidade de uma tabela específica para esta onda.

A Rádio Cultura de Campo Grande Ltda (Rádio Cultura AM 680). Fundada em 09 de dezembro de 1949, esta rádio pertence ao Grupo Correio do Estado, Luciano Medeiros Barbosa Rodrigues e Maria Elsa Ramalho. Não oferecem nenhum tipo de programação como recurso de acessibilidade e já estão em processo de migração para a Frequência Modulada.

A Sociedade Rádio Difusora Campo Grande Ltda (Difusora Pantanal AM 1240), foi fundada em 26 de agosto de 1939 a PRI-7, primeira rádio do Estado.

**Tabela 6 - Consulta Geral OM em Junho de 2015**

<b>Presença dos Recursos</b>	<b>Emissoras</b>
Nenhuma delas oferece programações como recurso de acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rádio Educação Rural Ltda (Imaculada Conceição AM 580)</li> <li>• Rádio Cultura De Campo Grande Ltda (Rádio Cultura AM 680 / 1950)</li> <li>• Sociedade Rádio Difusora Campo Grande Ltda (Difusora Pantanal AM 1240)</li> </ul>
Audiolivro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Radiosul Emissoras Integradas Ltda (Rádio Capital AM 930)</li> </ul>

### 3.2.3.1 Radiosul Emissoras Integradas Ltda (Rádio Capital AM 930)

A caracterização da rádio Capital AM é um pouco mais aprofundada por ser a emissora que, durante o processo exploratório, se destacou na produção de materiais que contemplam todas as características da linguagem radiofônica necessárias para uma compreensão completa do produto e também pelo seu histórico de acessibilidade. Um dos materiais transmitidos por ela é o que consideramos fazer parte de um projeto dentro dos parâmetros do desenho universal na capacidade do meio rádio.

A emissora foi fundada em 10 de junho de 1988. Depois da sua constituição, estreou em caráter experimental e somente em 1989 ela entrou definitivamente no ar. A rádio é de propriedade de Luis Lands Reynoso de Farias, mas o atual administrador geral é seu filho Carlo Eduardo Zinte Long de Farias. Ela pertence ao Grupo Capital de Comunicação, juntamente com a rádio Capital FM de Campo Grande e rádio Laguna, de Jardim, Mato Grosso do Sul, além de outras rádios em construção em municípios como Sidrolândia e Guia Lopes da Laguna, também do interior do Estado.

De 1988 a 1991 a rádio tinha sede na Rua Alan Kardec, Centro, e depois deste ano a emissora mudou-se para seu próprio prédio na Rua Anchieta, 871, Vila Piratininga. Do ano de sua fundação até 1996, a maior parte das programações tinha caráter musical. Era uma programação “secular”, como denomina o supervisor da emissora Joel Alves, ao referir-se a predominância de músicas sertanejas em todos os programas transmitidos pela rádio.

De agosto de 1996 até agosto de 1999 a Igreja Universal arrendou a emissora e toda a programação transmitida era de responsabilidade da mesma. A partir de 1999 a rádio foi arrendada por outra igreja, a Igreja Deus é Amor, até o ano de 2005. Depois de ter deixado de ser

responsabilidade desta entidade a rádio Capital AM passou por um período de um ano sem arrendatários, e as programações voltaram a ser predominantemente musicais. Porém, no final desse período, em reuniões internas com os colaboradores, formou-se uma proposta de aluguel de espaços de programações para igrejas e instituições religiosas, de denominações cristãs, e assim ocorreu até o ano de 2010.

Em março do ano de 2010 a Igreja Universal novamente arrendou a emissora, com um contrato que durou até março de 2013. Após a saída desta entidade a emissora continuou com sua programação de caráter religioso, porém, sem representar nenhuma igreja ou instituição específica.

Desde 2013 até atualmente a rádio tem trabalhado com a venda de espaço para igrejas e constitui um perfil religioso, transmite programas conduzidos por presidentes e/ou representantes das variadas instituições locais. Além de retransmitirem a programação jornalística produzida por outra emissora do mesmo grupo, as programações ao vivo são de locução de sacerdotes, bispos, pastores e apóstolos. De caráter cristão, a emissora acolhe em seus espaços desde o catolicismo até os protestantes.

Entre os colaboradores da rádio, três pessoas com deficiência já tiveram cargos nos anos iniciais da emissora. Um deles com deficiência motora, paraplegia, e duas pessoas com deficiência visual, todos eram locutores e operavam a mesa de áudio durante as transmissões ao vivo. Nessas contratações a rádio pensava na inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho e na adaptação das habilidades para as atribuições desse cargo.

Um era o Derci Halk [in memoriam] que era locutor. Ele utilizava a escrita em braile para anunciar as músicas e ele escrevia na hora, fazendo o programa mesmo, a gente só falava pra ele quais seriam as três próximas músicas e ele anotava o nome das músicas, os pedidos dos ouvintes. Tudo em braile, na hora. Muita habilidade, ele tinha [...] a gente falava uma vez pra eles, eles memorizavam e colocavam tudo em braile e na hora de fazer a locução eles liam perfeitamente tudo o que a gente havia falado ali (Alves, 2016, informação verbal).

Atualmente, Joel Alves justifica que não há mais essa possibilidade por conta dos horários serem vendidos às entidades e elas se tornarem responsáveis pela sonoplastia de cada programa. A apresentação de cada programa ao vivo pode variar de acordo com a disponibilidade dos representantes da instituição responsáveis pelo programa, ou seja, nem sempre são os mesmos pastores (ou bispos, sacerdotes, apóstolos).

Os programas “Tribuna Livre” e “Capital Meio-Dia” são os únicos jornalísticos e são gerados pela emissora Rádio Capital do Som LTDA (Rádio Capital FM 95), que pertence ao mesmo grupo que a Capital AM 930. Além destes, a “A Voz do Brasil” é transmitida como cumprimento da legislação nacional, no horário das 19h.

## 4. METODOLOGIA, ANÁLISE E RESULTADOS

### 4.1 MÉTODOS E TÉCNICAS

Para verificar a realidade atual dos recursos de acessibilidade nos meios de comunicação rádio e televisão em Campo Grande e esclarecer a qualidade e a suficiência dessas produções, adotou-se o método de Estudo de Caso, seguido da Análise Comparada, entre uma categoria e um produto, utilizando-a como técnica complementar do Estudo de Caso.

A relevância do Estudo de Caso está em permitir, dentro de uma investigação empírica, “lidar com condições contextuais - acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo” (YIN, 2001, p.32) e as unidades de análise desta pesquisa são casos individuais que precisam ser explorados com intensidade para geração de conhecimento e alcance dos objetivos que propomos.

A essência do método, além do particularismo, é composta por características como a indução, a descrição e a explicação, de modo a interpretar o que a análise se submete para conseguir novas perspectivas e significados que até então não eram observados. Uma investigação de Estudo de Caso “beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados” (YIN, 2001, p.33) e dessa maneira seguiu-se.

Na sequência das revisões bibliográficas, aportes teóricos e visão geral do tema, iniciamos o processo de mapeamento como construção do “universo da pesquisa” e diagnóstico da realidade local. Nesse momento, localizamos as emissoras existentes através de consultas à Anatel e posteriormente contatamos via e-mail e telefone cada um dos veículos para coleta de dados.

Nas emissoras de televisão buscamos constatar a oferta de recursos de acessibilidade que a NBR 15290:2016 regulamenta e saber quais tipos eram transmitidos em programações locais. Foi localizada somente uma emissora de televisão - TV Morena - que produz ao menos um recurso para essas programações autorais da afiliada - *closed caption*, tornando-a assim a unidade de análise de mídia televisiva. Após esta identificação selecionamos a amostragem, as técnicas de coleta e tipo de análise para os dados.

Quanto às emissoras de rádio o processo foi similar, ao contatar cada uma delas buscamos verificar quais ofertavam produtos que exploravam em conjunto os elementos da linguagem

radiofônica, conforme o sistema semiótico radiofônico de Balsebre (2005), definindo-o como conteúdo de caráter acessível. Poderiam ser a transmissão da audiodescrição dos variados tipos de materiais audiovisuais (filmes, programas de TV, livros, peças de teatro, etc.) e também de demais tipos de obras sonoras com contribuições culturais, sociais e de entretenimento, como já expostas nos capítulos anteriores. Estes exemplos e características, entre outros aspectos relacionados ao desenho universal de um produto, tiveram que ser descritos e apresentados durante o contato com cada responsável dos veículos por não conhecerem o significado de nossas buscas.

Neste universo da radiodifusão sonora somente uma emissora foi encontrada transmitindo um produto considerado com os princípios da acessibilidade realizáveis na linguagem radiofônica – Rádio Capital AM. Porém, os episódios das obras que foram encontradas não são produzidos pela emissora, são arquivos de mídia disponíveis na *internet* livres de direitos autorais. Sendo assim, não tivemos acesso à pré-produção, como a elaboração do roteiro, escolha dos narradores, entre todos os outros aspectos que colaboram para a melhor compreensão do conteúdo. A emissora apenas insere narrações personalizadas à introdução, nos intervalos e nos encerramentos.

Todavia, em uma tentativa de melhores parâmetros de análise, buscamos um radiojornal como caso de estudo, para que, com o mesmo gênero da amostra televisiva, a investigação das possibilidades de cada meio fosse visualizada com mais profundidade. Para tanto, optou-se pelo radiojornal da Educativa UFMS com seu caráter educativo cultural, produzido com informações sociais, econômicas, de saúde e demais assuntos de utilidade pública. Além de variações nos modos e assuntos de entrevistas e divulgação da agenda cultural diária.

Conforme encaminhada a pesquisa, justificou-se a utilização da Análise Comparada como técnica de descrição e interpretação. De acordo com Marconi e Lakatos (2003) este tipo de análise ocupa-se da explicação dos fenômenos, daí a possibilidade de averiguar o dado concreto, deduzindo dele os elementos constantes, abstratos e gerais. Esta análise pode ser feita em diversas fases e níveis de uma investigação. Em estudos descritivos, como a presente pesquisa, pode checar a analogia entre e/ou analisar os elementos de uma estrutura. A explicação também foi um nível utilizado desse estudo, apontando vínculos causais entre fatores presentes e ausentes.

Como parâmetro comparativo das amostras da televisão tem-se a Norma Brasileira NBR 15290 que agora está na sua segunda edição, disponível desde 19 de dezembro de 2016. O fato de

a pesquisa ter sido iniciada em março de 2015, nos levou a execução da coleta inicial ainda no primeiro semestre do ano. Destes dados, foi revelada a situação dos recursos de acessibilidade e ainda outras especificidades que serão descritas a diante, utilizando a NBR 15290:2005. Porém, com a atualização da normativa, esta edição anterior foi cancelada e substituída, obrigando-nos a novas amostras e análises, porém, também deu-nos a oportunidade de visualização das mudanças entre uma e outra.

Quanto ao parâmetro comparativo das produções do rádio, foi utilizado o esquema de sistema semiótico radiofônico proposto por Armand Balsebre (2005). Desse sistema, foram utilizados os aspectos da linguagem radiofônica e da tecnologia, não tomando como item da categoria a percepção radiofônica (ouvinte), mas adotando-a como principal referência para os modos de produção.

Portanto, conforme as justificativas e esclarecimentos apresentados serão relatados abaixo todos os processos iniciais com as amostragens, resultados e implicações para cada um de acordo com os cronogramas de captura. As análises de cada processo serão apresentadas, com suas respectivas categorias, resultados e discussões.

Do primeiro procedimento exploratório obtivemos as unidades de pesquisa, sendo elas a emissora de televisão TV Morena com o recurso de acessibilidade *Closed Caption* para as programações locais e a Rádio Capital AM com a Leitura Bíblica Dramatizada. Para delimitar a amostragem experimental dessas unidades, utilizamos o método da “semana construída” também conhecida como “semana artificial” dos autores Bauer e Gaskell (2000). Para eles, “as datas do calendário são um referencial de amostragem confiável, de onde se pode extrair uma amostragem estritamente aleatória” (BAUER; GASKELL, 2000, p. 196).

Consideramos a quantidade de capturas suficiente para uma avaliação de qualidade que concorda com a duração de cada edição dos programas/produtos, tanto da televisão quanto do rádio. Além disso, o mês escolhido (Julho) não carregava nenhuma data que aderiria a reportagens e produções especiais na programação, os espaçamentos entre as capturas possibilitava um acompanhamento em um prazo maior distinguindo totalmente uma aferição da outra.

Dentro do mês de julho a semana artificial conteve um dia de cada semana, ou seja, nas cinco semanas que compõem o mês, capturamos obrigatoriamente o material de uma segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira. Não incluímos o sábado e o domingo. E,

sendo o primeiro dia do mês uma sexta-feira, a sequência de coleta terminou em uma quinta-feira, na última semana de julho.

**Tabela 7 - Cronograma de Captura da Amostra Experimental**

<b>DIAS DO MÊS</b>	<b>DIAS DA SEMANA</b>
01/07/2016	Sexta-feira
04/07/2016	Segunda-feira
12/07/2016	Terça-feira
20/07/2016	Quarta-feira
28/07/2016	Quinta-feira

Na segunda amostragem a sequência das capturas foi diferente. Optou-se por não haver espaços entre uma gravação e outra para a verificação de mudanças na produção em um intervalo menor de tempo.

**Tabela 8 - Cronograma de Captura da Amostragem para Estudo de Caso**

<b>DIAS DO MÊS</b>	<b>DIAS DA SEMANA</b>
09/01/2017	Segunda-feira
10/01/2017	Terça-feira
11/01/2017	Quarta-feira
12/01/2017	Quinta-feira
13/01/2017	Sexta-feira

Antes da realização das capturas, ainda em processo de observação, entramos em contato com engenheiros e produtores da TV Morena durante várias fases da pesquisa, desde a elaboração do projeto. São eles os responsáveis e/ou quem acompanham a transmissão do CC. As informações passadas via telefone e e-mails serviram para a compreensão do resultado, como por exemplo, a ciência de que os recursos são gerados por um software de reconhecimento de voz e que em todos os programas locais as legendas são produzidas da mesma maneira, sejam eles ao vivo ou gravados. Não há edição posterior na legenda.

Para compreender melhor como era o processo produtivo desse recurso, solicitamos via ofício (como recomendaram os responsáveis pelo setor) para o Gerente Executivo da TV Morena, no ano de 2015, a autorização de visitas técnicas e entrevistas que fariam parte da pesquisa exploratória. Por falta de resposta e uma nova recomendação dos profissionais, encaminhamos novamente o mesmo pedido formalizado no ano de 2016 e este foi negado.

Na primeira amostra de análise, as edições do telejornal MS TV 1ª edição foram reproduzidas em uma televisão Samsung SmartTV<sup>31</sup> e as capturas foram feitas em formato de gravação utilizando a câmera de outros aparelhos<sup>32</sup>. Na sequência os arquivos foram transferidos para um computador notebook, para armazenamento e execução para análises.

Na captura da amostra experimental, foram gravados os cinco programas de acordo com o cronograma proposto. Porém, nos dias em que as duas últimas edições foram apresentadas não houve a exibição da legenda, pelo menos no equipamento que estávamos utilizando para a reprodução. No dia 20/07 a gravação foi realizada normalmente, na íntegra, inclusive com parte do programa retransmitido da cabeça-de-rede (Encontro com Fátima Bernardes) que estava com CC. Contudo, o programa local, que é o de interesse da pesquisa, estava sem a apresentação da legenda.

Encaminhamos um e-mail para a equipe técnica da TV Morena (Anexo A) que não soube dizer o motivo do problema. Em resposta relataram que não fizeram nenhuma alteração no equipamento e no software que produzem o CC. No dia 28/07/2016, como teste de equipamento de reprodução, gravamos o programa exibido em duas TVs diferentes e em locais diferentes da cidade. A legenda não funcionou em ambos os casos, e em contato novamente, o profissional responsável pediu para que enviássemos o modelo dos equipamentos que utilizamos, pois, não haviam feito nenhuma alteração para que o CC não funcionasse. Não obtivemos resposta (Anexo A).

Para a segunda amostragem televisiva, que se tornou o caso de estudo da pesquisa, o procedimento foi outro. Contratamos um serviço de clipagem<sup>33</sup> para a captura do MSTV 1ª edição completo e com a legenda habilitada. A maneira de gravação utilizada pela empresa é

---

<sup>31</sup> **Equipamento de Reprodução:** Televisão Samsung Smartv / Model: UN32J4300AG / Type N°: UN32J4300 / Model Code: UN32J4300AGXZD / Version N°: QS02 - Indústria Brasileira - Polo Industrial de Manaus. A habilitação da legenda é feita apertando o botão "tools" no controle remoto, depois "legenda" e a opção "ligado".

<sup>32</sup> Samsung Galaxy S4 I9505 e Motorola Moto G II, e ainda do computador notebook Dell XPS L502X.

<sup>33</sup> Geralmente é um processo que consiste no monitoramento constante de matérias jornalísticas, para que sejam coletadas aquelas que fazem menção a uma determinada empresa. Todavia, em nosso caso contratamos a gravação do programa completo, com o CC habilitado.

diferente da que usamos na primeira amostra, eles usam um aparelho de DVD para a captura e o formato da tela da televisão também é outro.

Os programas de rádio da segunda amostragem, que é o caso de estudo radiofônico da investigação, foram obtidos dos serviços de arquivo da própria emissora. Os radiojornais transmitidos ao vivo em cada data do nosso cronograma foram simultaneamente gravados e permanecem armazenados na rádio por um período de tempo. A equipe da emissora encaminhou as mídias sonoras solicitadas via e-mail.

#### 4.2 ANÁLISE COMPARADA DO TELEJORNAL MS TV 1ª EDIÇÃO

Aludindo agora os primeiros processos de análise, feitos ainda no início da investigação, os mesmos decorreram sobre as ações nos EC desta pesquisa. Estes processos foram de extrema importância na organização das categorias de análise e nos momentos de discussão das unidades da investigação. Depois de analisar a amostra experimental da TV, utilizando na época o que regia NBR 15290:2005, pode-se observar diferenças que influenciaram no processo de regulamentação da qualidade do CC em relação à edição vigente, NBR 15290:2016.

Na primeira edição da normativa, uma diferença muito significativa é que não havia um anexo regulamentando a qualidade de serviço da legenda oculta. Para a criação de uma categoria de comparação para a análise, tivemos que considerar as diretrizes para legenda oculta em texto – CC para programação ao vivo<sup>34</sup>. Dentro do item eram encontradas as características gerais, que enquadram os sistemas de CC pré-gravado ou ao vivo<sup>35</sup> e características do sistema de CC pré-gravado<sup>36</sup>. O sistema utilizado no CC do MSTV 1ª edição é o ao vivo, e na Tabela - 13 dispomos em os parâmetros desse item e seus subitens para visualização do que fora encontrado dentro de cada característica.

As características eram: as abreviaturas, acertos, alinhamentos, caracteres, fundo/tarja, número de linhas, posicionamento, sinais e símbolos e sincronia, cada uma delas com suas propriedades. Especificando cada subitem desta antiga edição para CC ao vivo, tem-se que, as abreviaturas deviam ser adotadas de acordo com a nomenclatura padrão usadas para a língua

---

<sup>34</sup> item 4 da NBR 15290:2005

<sup>35</sup> item 4.1 da NBR 15290:2005

<sup>36</sup> item 4.2 da NBR 15290:2005

portuguesa. O índice de acertos devia ser no mínimo 98%. E o alinhamento da legenda ser sempre à esquerda.

Os caracteres deviam ser na cor branca com a tipografia dispondo todos os caracteres da língua portuguesa, acentos, cedilha, til, trema, e ainda permitir palavras compostas e estrangeiras que utilizem K, W e Y. Além disso, os caracteres poderiam ser maiúsculos e minúsculos, ou somente maiúsculos, centralizados em relação à tarja. Outro fato é que cada linha devia ter no máximo 32 caracteres.

Exigia-se o uso da tarja em cor contrastante e podiam ser utilizadas até três das linhas disponíveis no *display* da legenda. No sistema CC ao vivo, a legenda devia estar preferencialmente posicionada na parte inferior da tela do televisor. E, em caso de necessidade de inserção de outros textos na parte inferior, a legenda devia ser posicionada na parte superior da tela.

No caso da inserção de sinais e símbolos, os mesmos deviam ser reconhecidos pelos decodificadores e usados nas situações de: (“) citações, títulos de livros, filmes, palavras ditas da forma errada, etc., (--) iniciando a interrupção na fala, (♫) usado no começo de uma música, fundo musical, etc. e ficar por algum tempo, retornando tantas vezes quanto necessário, até entrar o texto.

Sobre a sincronia, no sistema CC ao vivo, o operador ouve antes e depois envia o texto, logo poderia ser tolerado um atraso máximo de quatro segundos. No caso de software de reconhecimento de voz, como o CC da TV Morena, não tinha especificidade descrita.

Todavia, enquadrar somente as características sobre cada item exigido do CC ao vivo nesta edição da norma, não garantia a clareza da qualidade ou não da legenda, como mostrado na Tabela - 13. Contendo dez páginas, a NBR 15290:2005 não esclarecia o que era considerado erro e como eles seriam equacionados para que se obtivesse a porcentagem exigida para o específico serviço. Não havia informações sobre uma margem de tolerância quanto ao resultado.

**Tabela 9 - Características do Sistema do CC Exibido, Comparado à NBR 15290:2005**

<b>Número do Programa</b>	<b>PGM 1</b>	<b>PGM 2</b>	<b>PGM 3</b>
<b>Data de Captura</b>	01/07/2016	04/07/2016	12/07/2016
<b>Duração da Gravação</b>	44m38s	49m31s	53m43s

<b>Abreviaturas (4.1.1)</b>	Houve erro	Houve erro	Houve erro
<b>Acertos<sup>37</sup> (4.1.2)</b>	-	-	-
<b>Alinhamentos (4.1.3)</b>	à esquerda	à esquerda	à esquerda
<b>Caracteres (4.1.4)</b>	Cor branca	Cor branca	Cor branca
	Maiúsculos/Minúsculos	Maiúsculos	Maiúsculos
	Máximo de caracteres por linha apresentado: 32	Máximo de caracteres por linha apresentado: 32	Máximo de caracteres por linha apresentado: 32
<b>Fundo/Tarja (4.1.5)</b>	Preta	Preta	Preta
<b>Número de Linhas (4.1.6)</b>	Duas	Duas	Duas
<b>Posicionamento (4.1.7)</b>	Sempre inferior da tela	Sempre inferior da tela	Sempre inferior da tela
<b>Sinais e Símbolos (4.1.8)</b>	Não encontrados	Não encontrados	Não encontrados
<b>Sincronia (4.1.9)</b>	Atraso maior que 4 segundos	Atraso maior que 4 segundos	Atraso maior que 4 segundos

Fonte: Parâmetros do item 4.1 e seus subitens – NBR 15290:2005 (p.4-5)

Erros como a omissão da legenda, sobreposição de caracteres em informações importantes, palavras homófonas que formam o som de uma terceira palavra ou expressão, não eram especificados na normativa, mas consideramos elevada a lesão que causavam no entendimento da informação e a indução a interpretações equivocadas, quando uma dessas situações ocorria. Não havia obrigatoriedade de se produzir um CC com estenotipista, mesmo sendo a atuação desse profissional capacitado que garanta o menor índice de erros durante a produção.

O sistema de CC ao vivo produzido para o MSTV 1ª edição é criado por um software de reconhecimento de voz, muito variável em questões simples da realidade de um telejornal. No caso do programa analisado, uma voz grave e compassada como a do repórter, os erros de transcrição foram menos frequentes, pois as pronúncias eram mais claras e pausadas, o que facilitava o reconhecimento feito pelo software.

<sup>37</sup> A única indicação na norma era “no sistema CC ao vivo, o texto das legendas deve ter no mínimo 98% de acerto” (ABNT, 2005, p.4). Porém, sem nenhuma equação e menção do que é considerado erro para que se pudesse analisar a situação do produto.

Outros casos identificados na amostra experimental foram a legendagem iniciada no começo do programa, porém, referentes à propaganda comercial exibida anteriormente à vinheta de abertura do MSTV 1ª edição. Em um dos casos, por exemplo, somente 13 segundos depois, as legendas que correspondem às falas dos apresentadores foram apresentadas, como sequência das legendas anteriores, não havendo indicação sobre as referências de cada falante.

Um erro que está dentro da sincronia, porém, na NBR15290:2005 era referido somente ao atraso, é a velocidade do CC. Em muitos momentos dessas capturas o tempo de apresentação das legendas estava muito rápido. Durante muitas vezes, as frases permaneciam por menos de um segundo na tela e já eram substituídas pela próxima.

Mesmo o sistema pré-gravado de CC não aparecendo na realidade das programações locais dos veículos mapeados, é importante fazer referência ao que primeira edição da norma designava. Além do que era apresentado no item 4.1, exigia-se a inclusão de transcrição de sons não literais e recursos como posicionamento da legenda, informações sobre o falante e informações sobre personagens fora de cena. Os subitens desse tipo de CC eram os diálogos, efeitos sonoros, fala e ruídos, identificação dos falantes, itálico, música, onomatopeias e tempo de exposição. Nesse tipo de produção também não havia especificado como se calcular a qualidade e nem o que poderia ser ou não considerado erro sobre cada tópico pertencente a ela.

Passando agora para as análises das unidades que compõem o EC desta investigação, pode-se observar diante da comparação de uma edição para a outra da norma, alterações significantes em critérios características da exibição nos tipos diferentes de sistema CC, o que não é considerado erro e quais os tipos de erro. Além de equações de taxa de acerto e desvio de valor, como também equação para o cálculo do índice de acerto de um CC.

As características de construção e apresentação do CC foram mantidos os itens de abreviaturas, caractere/fundo tarja, número de linhas, sinais e símbolos, sincronia e acrescentados os itens de exibição da informação, taxa de acerto, movimentação e posicionamento da legenda e velocidade. Que contribuíram muito para a regulamentação do modo de se exibir um CC produzido ao vivo, porém sozinhos, esses critérios não permitem a verificação de qualidade do produto.

**Tabela 10 - Características de Construção e Apresentação do *Closed Caption***

<b>Número do Programa</b>	TODOS OS PROGRAMAS
<b>Data de Captura</b>	09, 10, 11, 12 e 13/01
<b>Exibição das informações (4.1.1)</b>	Cobriu elementos essenciais
<b>Movimentação e posicionamento da legenda (4.1.2)</b>	Sempre inferior à esquerda
<b>Abreviaturas (4.1.3)</b>	Houve erro
<b>Taxa de Acertos (4.1.4)</b>	Todos abaixo da média
<b>Velocidade (4.1.5)</b>	Alternada, porém, sem sincronia com a fala;
<b>Caracteres e fundo/tarja (4.1.6)</b>	Somente maiúsculos; Caracteres na cor branca e fundo preto;
<b>Número de Linhas (4.1.7)</b>	Legenda <i>roll-up</i> em duas linhas
<b>Sinais e símbolos (4.1.8)</b>	Não identificados
<b>Sincronia (4.1.9)</b>	Atraso maior que 4 segundos

Fonte: Parâmetros do item 4.1 e seus subitens – NBR 15290:2016 (p.6-8)

Manteve-se a exigência dos mesmos índices de acerto, 98% para o CC de sistemas ao vivo, além de uma taxa para o CC pré-produzido e outra para o pré-gravado. Todas com equação ilustrada na normativa e ainda, com a informação de que o valor pode sofrer um desvio, de acordo com o que a fórmula coloca.

As características de tipologia também permaneceram as mesmas, salientando apenas que “o tamanho dos caracteres, o espaçamento e a quantidade devem estar em conformidade com a ABNT NBR 15610-1” (ABNT, 2016, p.7). Antes o máximo de caracteres por linha eram 32.

No número de linhas, o que se pede agora de acordo com a norma é que as legendas *pop-on* ou *pop-up* devem ter duas linhas, podendo ter três linhas quando o trabalho de edição não permitir de outra forma. E as legendas em *roll-up* devem ter duas linhas, mais uma em atualização, podendo também optar por uma terceira linha seguindo o mesmo critério. O CC do

MSTV 1ª edição é o *roll-up* com duas e três linhas. As palavras são exibidas da esquerda para a direita.

Sobre os sinais e símbolos, houve o acréscimo na informação complementar sobre os sons, em que os colchetes devem ser utilizados para delimitar informações complementares sobre os sons.

No item 1.1 do Anexo A normativo, especifica-se o que não é considerado erro.

**a)** palavras estrangeiras, siglas, gírias regionais, nomes próprios que não fazem parte da rotina do programa apresentado, e também palavras não usuais em nosso idioma; **b)** Síntese de frase que, ao vivo, se faz necessária para poder registrar áudios com velocidade alta sem prejudicar o entendimento do texto e sem omitir informações relevantes. Pode ocorrer troca de palavras quando uma palavra citada não fizer parte do dicionário de transcrição, ou seja, inédita; **c)** Erros em função de falas sobrepostas e/ou tumultos, qualidade do áudio ou dicção do orador. Muitas vezes, durante estas ocorrências mal é possível entender as falas, quanto mais registrá-las. **d)** Omissão de palavras chulas e/ou de baixo calão em horários cuja classificação indicativa seja incompatível (ABNT, 2016, p.14).

Nestas condições desconsideramos durante as análises todos os casos em que as referidas situações ocorriam e selecionamos com base no que é considerado erro, os itens que compuseram as categorias para a AC do produto com a norma.

Pela impossibilidade de descrição de todos os erros encontrados devido a grande quantidade, foram expostos durante a caracterização de cada programa o que havia de mais pertinente e as particularidades do CC exibido em cada um. Todavia, para que se esclareçam os critérios utilizados, reproduzimos em tabelas a contabilidade total das ocorrências e as descrições específicas de erros e graus. Não foram analisados os CC que se estendem nas propagandas comerciais dos intervalos e depois que os programas eram encerrados. Por esta razão, a quantidade encontrada de erro pode ser maior se forem usados recursos técnicos próprios da fiscalização deste recurso enquadrando-os na equação que a NBR 15290:2016 oferece.

O programa 1 (PGM 01), transmitido no dia 09/01/2017, foi apresentado por Bruna Mendes e Marcello Rosa. A captura tem duração de 00h48m03s contendo parte do intervalo comercial que antecede o programa, todos os intervalos comerciais entre os blocos sem interrupção e parte do intervalo comercial após a vinheta de encerramento.

Essa edição foi dividida em quatro blocos, com seis reportagens<sup>38</sup>, oito notícias<sup>39</sup> e uma reportagem especial da série “Cidade Que eu quero/ Que eu tenho”. No primeiro bloco, as sequências foram uma reportagem de Fabiano Arruda sobre um assalto a uma empresa no centro da cidade, uma reportagem de Laureane Schmidt sobre as chuvas no bairro Moreninhas e a destruição causada em uma residência, com link<sup>40</sup> ao vivo do local e uma reportagem de Evelyn Souza sobre a quitação do IPTU a vista e com desconto, com link ao vivo do local de pagamento. Além de uma notícia sobre lotes residuais do imposto de renda, da repórter Bruna Mendes e uma notícia sobre uma tentativa de homicídio de uma mulher de 22 anos contra seu marido, do repórter Marcello Rosa.

No segundo bloco foi exibida a reportagem especial da série “Cidade que eu tenho/que eu quero”, produzida por Alexandre Cabral sobre a falta de vagas e má estrutura dos Centros de Educação Infantil (CEIFs) de Campo Grande. Na sequência uma notícia sobre a vistoria feita pelo prefeito de Campo Grande no armazenamento da merenda escolar, com o repórter Marcello Rosa e uma notícia sobre as más condições dos CEIFs da população com a denúncia de um cidadão através do aplicativo “Bem na Hora”. O bloco foi encerrado depois da reportagem de Laureane Schmidt sobre os terrenos baldios com acúmulo de lixo.

O bloco três teve início com uma notícia sobre o alerta de segurança no presídio depois dos assassinatos de detentos ocorridos em Manaus, com o repórter Marcello Rosa. Em seguida, uma reportagem de Laura Toledo sobre o reforço de segurança na fronteira com a Bolívia, uma notícia sobre um acidente de trânsito na Rua Zaran, com o repórter Marcello Rosa e por fim uma reportagem de Evelyn Souza sobre a criação de uma delegacia específica para investigar os crimes relacionados ao trânsito.

O último bloco teve uma notícia sobre o menino João Pedro, que foi para uma apresentação no Festival de Música na Argentina, dada por Bruna Mendes e outra notícia sobre os funcionários terceirizados da prefeitura que voltaram ao trabalho depois de um acordo a respeito de seus salários atrasados, com o repórter Marcello Rosa.

O CC apresentado neste programa teve grande incidência do erro “Palavra Registrada com a Grafia Errada”, principalmente casos considerados graves que são palavras de uso cotidiano grafadas de forma incorreta e que alteram o sentido do texto. Esse caso teve grande

---

<sup>38</sup> A reportagem vai além do factual, com aprofundamento do fato e declaração dos envolvidos.

<sup>39</sup> Notícias são relatos integrais do fato de maneira objetiva.

<sup>40</sup> Repórter, ao vivo, diretamente do local abordado na reportagem.

frequência pelo fato do som da palavra pronunciada ser parecido com o de outra ou produzir uma terceira expressão, as chamadas palavras homófonas. De grau leve, só foi encontrado o erro “AGENTE (1’36”)” para a expressão a gente.

No grau médio desse erro, o de “Palavra Registrada com Grafia Errada” consideramos todos os erros de nomes próprios que consideramos comuns para o cotidiano do programa. “LORAN (02’05”)” e “LAUREANO XI MIT (07’30”)” para Laureane Schmidt, “E VEM SOUZA (03’00”)” para Evelyn Souza e “A MAURI MATE” para a repórter Maureen Matiello e “MARÇO LÁ (04’32”)” para o apresentador Marcello. Quando o nome do apresentador ocorria de maneira aceitável era sempre com um L, diferente do caractere apresentado na abertura. Consideramos também erro médio o registro das palavras “MSTV”, “*Whatsapp*”, que apesar de serem sigla e palavra estrangeira, fazem parte da rotina do programa apresentado.

As substituições de palavras ocorriam, na maioria dos casos, pelo mesmo motivo dos sons das palavras, tal caso não é um erro específico na normativa, mas que quando o sistema de CC é ao vivo e produzido por um software de reconhecimento de voz, ele ocorre com assiduidade. Já os acréscimos de palavras que foram registrados não se justificam sempre por esse ato.

Os dois erros de numerais encontrados foram, um leve (2ª via / CC: 2 via) e um grave, em que 13º apareceu e sumiu na sequência permanecendo só o símbolo (º). Os demais que envolviam números foram casos de omissão. Não houve em nenhum momento indicação dos falantes.

Durante o programa não houve também indicação de música com símbolo de nota musical (♪) nem nas vinhetas de transição do programa e não também na apresentação musical da notícia do menino João Pedro no Festival de Música na Argentina. Quando ocorreu má qualidade do áudio no link de Evelyn Souza e na dicção dos oradores de dois vídeos enviados por telespectadores, os erros não foram considerados.

O programa 2 (PGM 02), transmitido no dia 10/01/2017, também foi apresentado por Bruna Mendes e Marcello Rosa. Essa captura tem duração de 00h47m43s contendo parte do intervalo comercial que antecede o programa, todos os intervalos comerciais entre os blocos sem interrupção, e parte do intervalo comercial após a vinheta de encerramento.

Essa edição foi dividida em quatro blocos, contendo no primeiro uma reportagem de Fabiano Arruda sobre os aprovados no concurso de Campo Grande e que não foram chamados e outra reportagem especial da série “Cidade que eu tenho/que eu quero” produzida por Laureane Schmidt e Alexandre Cabral sobre o transporte público da capital. E, desde o final do primeiro

bloco até os outros três completos, foi transmitida a entrevista com o prefeito de Campo Grande Marquinhos Trad, ao vivo no estúdio, conduzida por Bruna Mendes e Marcello Rosa.

Os casos de erro omissão foram na maioria das vezes no número 13º, apresentado somente o ° quando o termo era pronunciado. As outras incidências eram palavras omitidas que quando interferiam na interpretação foram consideradas graves.

No PGM 02 a maior ocorrência de erros foi a do tipo “Substituição ou Acréscimo de Palavra ao texto”. O diálogo com o prefeito, ao vivo, fez com que as palavras fossem faladas sem muitas pausas, e mesmo a dicção sendo boa, a informalidade no pronunciamento fez com que ocorressem várias substituições e acréscimos em palavras de palavras com sons parecidos das que eram realmente ditas.

Todavia, a incidência de palavra registrada com a grafia errada foi alta, tanto de grau grave quanto médio. A baixa ocorrência do grau leve é a limitação da definição na normativa considerando “erros na acentuação de palavras quando existem as duas formas no dicionário ou palavras separadas que devem estar grafadas juntas ou vice-versa” (ABNT, 2016, p. 15). Nestas condições o banco de dados do software não se demonstrou desatualizado, o que mais ocorria eram, novamente, palavras homófonas que interferiam na grafia da palavra originalmente pronunciada.

Um erro de grafia, grau médio, frequente, foram os nomes próprios dos envolvidos na edição, sendo os repórteres, apresentador e o próprio entrevistado. “MARCO ESTÁDIO (04’42”)”, “MARTINS GRADE (10’35”)”, “MARQUINHO EXTRADITA (24’50”)” e “PREFEITO MARCO (35’06”)” foram as palavras que eram transcritas quando se falava do prefeito Marquinhos Trad, além de “MARTELO (02’23”)” para o apresentador Marcello, considerado nome de uso cotidiano no programa. Além disso, a sigla do próprio programa novamente é escrita de maneira equivocada “CONHECE TV (1’40”)”, “MINHAS TV (35’47”)”, porém, com uma apresentação correta “MSTV (35’51”)” e uma aparição correta também do termo “*WHATSAPP* (18’46”)” fazendo-nos considerar que há cadastramento das siglas no banco de dados do software de transcrição.

Foram muitas as sonoras com a população da cidade sobre assuntos de interesse público que seriam aproveitados na entrevista ao vivo com o prefeito, e diversas vezes, a dicção não era favorável para o entendimento da fala. Logo, casos como esses não foram considerados erro como julga a NBR 15290:2016.

Os erros de numeral foram na transcrição da Lei 8.666 registrando alguns números por extenso e outros não, mas também com a substituição da palavra “MEIA” por “NENÊ” (36’26”). Ocorreu também o caso do 3 sem o grau ° (42’44”), dificultando o entendimento da mensagem. Não foram apresentadas indicações dos falantes em nenhum momento. E quando as músicas, sempre que ocorriam nas vinhetas e trilhas sonoras de reportagem o sinal apresentado era o de interrogação (?).

O programa 3 (PGM 03), transmitido no dia 11/01/2017, foi apresentado por Bruna Mendes e Marcello Rosa. A duração da captura é de 00h51m46s contendo parte do intervalo comercial que antecede o programa, todos os intervalos comerciais entre os blocos sem interrupção, e parte do intervalo comercial após a vinheta de encerramento.

Dividido em quatro blocos, o PGM 03 conteve quatro reportagens, sete notícias, um link ao vivo e uma participação ao vivo no programa. No primeiro bloco, havia a reportagem de Laureane Schmidt sobre a reconstituição do homicídio ocorrido depois de uma briga de trânsito, a notícia sobre um estupro de uma adolescente de 13 anos em uma festa na capital, feita pela jornalista Bruna Mendes e o link ao vivo do presídio de segurança máxima de Campo Grande com a repórter Maureen Matiello sobre os detentos de Manaus que serão transferidos para a capital.

Ainda no bloco de número um, houve a reportagem de Maureen Matiello sobre o valor do carnê do IPTU, uma nota retorno sobre o pagamento e a isenção do IPTU, com o reporter Marcello Rosa e uma notícia sobre os aprovados no concurso para professores no município de Campo Grande.

O segundo bloco teve o link ao vivo da Rua Ernesto Geisel com a repórter Evelyn Souza sobre a erosão no local e a reportagem, também da Evelyn Souza, sobre a casa destruída pela chuva forte no bairro Moreninhas.

Abrindo o terceiro bloco, Marcello Rosa noticia sobre a greve dos funcionários do Hospital Universitário de Campo Grande e a convidada Yasmin, de 10 anos, relatou ao vivo no estúdio os alagamentos que ocorrem no bairro em que mora. Houve ainda uma notícia sobre a falta de manutenção do cemitério Santo Amaro de Campo Grande e outra sobre as más condições do bairro jardim Itamaracá, feita pelo Marcello Rosa. E ainda, uma notícia sobre a manutenção da ciclovia em uma avenida da cidade, produzida por Bruna Mendes.

No último bloco do programa foi noticiada a atualização do caso de homicídio ocorrido por uma briga de trânsito, feita pelo repórter Marcello Rosa e outra notícia sobre a justiça itinerante nos bairros da capital, feita pela reporter Bruna Mendes. Encerrou-se com a reportagem de Flavia Galdiole sobre o atendimento especializado de saúde *Home Care*.

Nesse programa os casos de erro de omissão foram novamente, em sua maioria, ocorridos pela ausência de numerais indicando principalmente 1º e 13º (primeiro e décimo terceiro), expressões muito faladas em consequência dos temas das reportagens.

Não obstante, a maior incidência de erros foi o do tipo “Substituição ou Acréscimo de Palavras ao Texto”, alguns destaques de substituição graves como “EMPREGADOS (13’00)” quando se tratou da palavra desempregados, “USINAS (15’24)” no lugar de vizinhos, e acréscimos de palavras que alteravam o sentido original do texto e impediam a correta compreensão.

Quanto ao erro “Palavra Registrada com Grafia Errada”, foram consideradas palavras registradas com a grafia de outra com o mesmo som, por exemplo, “CARNE (12’42)” para carnê e “(PREÇOS 08’39)” para presos. As variações, “CAMINHONETE (05’38)” e “CAMIONETE (05’38)” não foram consideradas erro, somente quando substituídas por “CAMA NET (05’05)” e “CAMA NETS (06’52)”, contabilizadas então na outra categoria.

Os nomes próprios considerados de uso cotidiano do programa foram considerados erros médios, um exemplo de caso recorrente foi o nome da Avenida Ernesto Geisel (pronuncia-se *gaisel*), registrado sete vezes durante o programa e em nenhum deles o endereço foi apresentado corretamente. Houve “ERNESTO DAISY (01’36”) e (06’20)”, “ERNESTO GAYE ZEU (03’58)”, “ERNESTO DAYS (04’37”) e (20’57)”, “ERNESTO GÁS (21’45)”) e “ERNESTO GAZA (39’04)”). Esta é uma das principais avenidas da cidade, pois a rua cruza de norte a sul. O fato da recorrência do nome neste programa é a relação com a reportagem do homicídio causado por uma briga de trânsito ocorrida esta rua e também da erosão encontrada em um de seus trechos que terá um prazo para reparo, conteúdo de outra reportagem.

Consideramos erro o registro do nome Ricardo Hyun Su Moon acusado de matar a tiros um empresário depois de uma briga de trânsito na Rua Ernesto Geisel. Justificam-se pela frequência do nome nas falas do programa, quatro vezes, e sua importância na interpretação do fato. Em referência ao nome, foram identificados “CADU SUMIU (05’36)”, “RICARDO SUL MOON (05’43)”, “RICARDO SUL MUNDO (06’38)”) e “RICARDO SOMAM (39’31)”).

Nesta edição os erros com o nome MSTV foram menos frequentes, houve ainda o registro certo do nome do prefeito “MARQUINHOS TRAD (31’28”)” e da repórter “EVELYN SOUZA (20’57”)”, porém, o nome da repórter Maureen Matiello, foi pronunciado com o artigo “a” antes do nome e o registro ocorreu desta maneira: “AMAURI MATT ELLO(08’39”)”.

Os erros de numerais registrados foram de troca de números e registros equivocados. Já as transcrições ou indicações de música com o símbolo correto não ocorreram. Não houve também a indicação dos falantes em nenhum momento do programa. Os áudios com sons sobrepostos e dicções que dificultaram a compreensão não foram considerados erros.

O programa 4 (PGM 04) também foi apresentado por Bruna Mendes e Marcello Rosa. Sua captura teve a duração de 00h49m24s, com gravação de parte do intervalo comercial que antecede o programa, todos os intervalos comerciais entre os blocos sem interrupção, e parte do intervalo comercial após a vinheta de encerramento. Dentro dos quatro blocos desta edição houve cinco reportagens, sendo uma especial do “Dia de Feira”, nove notícias e dois links ao vivo na cidade de Campo Grande.

Houve no primeiro bloco a reportagem de Flavia Galdiole sobre um acidente ocorrido no bairro Octavio Pécora, com link ao vivo do local. Na sequência, cinco notícias, começando por um acidente na Avenida Ernesto Geisel, com Marcello Rosa, outras duas sobre os buracos das ruas do bairro Santa Eugênia e o espancamento e esfaqueamento de uma mulher no bairro São Conrado, reportagem de Bruna Mendes. As últimas foram sobre a triagem de presos na penitenciária de Campo Grande, feita pelo repórter Marcello Rosa e sobre o novo prazo para matrículas escolares, feita pela repórter Bruna Mendes.

O segundo bloco teve início com a notícia sobre a arrecadação dos impostos de serviços da prefeitura e o uso dela para pagamento de salário de funcionários, feita pela repórter Bruna Mendes. Na sequência uma notícia sobre o pedido de recuperação das ruas no bairro Novo Século, feita pelo repórter Marcello Rosa e a reportagem de Fabiano Arruda sobre a Avenida Ernesto Geisel com as obras das erosões.

No bloco três foi exibida uma notícia sobre o fim da paralisação dos profissionais de enfermagem do HU, feita pelo repórter Marcello Rosa, a reportagem do especial “Dia de Feira”, de Laureane Schmidt sobre o preço dos itens da cesta básica em Campo Grande e o link ao vivo, também da Laureane Schmidt sobre a nova feira de rua no bairro Rita Vieira.

O último bloco da edição começou com a reportagem de Laureane Schmidt sobre o caso de uma mulher tetraplégica que ganhou uma cadeira de rodas após uma reportagem exibida no programa. Na sequência, uma reportagem de Ricardo Mello sobre um ensaio fotográfico com mulheres cadeirantes e, por fim, uma notícia sobre o menino Junior que tem paralisia infantil e andou pela primeira vez aos três anos de idade, feita pelos repórteres Marcello Rosa e Bruna Mendes.

Sobre a ocorrência de erros no CC desta edição, começando pela omissão, a maior incidência deste foi a de grau grave nas situações em que os algarismos de 13º não apareciam quando referidos. As reportagens de interesse público dessa semana se voltaram a várias temáticas em comum, como o caso da paralisação de funcionários com salários e benefícios atrasados, isso explica o uso de termos como o décimo terceiro salário durante as reportagens. Outro erro grave que ilustra a importância da avaliação da qualidade foi a omissão da palavra “mil” entre o número 2 e a palavra reais. Na ocasião, o repórter se referia ao valor da multa diária que a prefeitura teria que pagar caso não cumprisse o prazo, sendo dois mil reais ao dia e não “2 REAIS (24’13”)” como o CC mostrou.

Nos casos de “Substituição e Acréscimo de Palavras ao Texto” a ocorrência foi bem comum e em sua maioria se justifica a identificação do som da palavra pelo software de reconhecimento de voz. Dos acréscimos, foram encontradas palavras que não tinham relação nenhuma com o texto, como: “MALU MADER (10’50”)”, “XAMPU (15’28”)”, “PANICAT (20’17”)” e “PSOL (34’35”)”. Repetições da mesma palavra que não comprometiam a interpretação foram considerados erros leves.

Da “Palavra Registrada com Grafia Errada” acredita-se que os erros graves ocorreram ainda pelo modo de produção, que é o reconhecimento de voz. Porém, nas ocasiões de nomes próprios que consideramos de uso comum do programa, o problema ainda é frequente. A Avenida Ernesto Geisel foi grafada sete vezes da maneira errada, como em situações de programas anteriores. Os nomes dos repórteres Laureane Schmidt, Flávia, Ricardo Melo e dos apresentadores Marcello e Bruna, também foram registrados de maneira errada ou até substituídos por outras palavras. De igual modo a palavra *whataspp* e o nome do prefeito. Nomes próprios incomuns e que foram registrados de maneira com alteração na grafia, não foram considerados erros, bem como as grafias de áudios e dicções ruins.

A troca de números e os registros equivocados foram assinalados como erros graves de numerais. As transcrições ou indicações de música com o símbolo correto não ocorreram, nem a indicação dos falantes.

O programa 5 (PGM 05), como todos os anteriores, foi apresentado por Bruna Mendes e Marcello Rosa. Seu tempo de gravação é de 00h49m10s que incluem com parte do intervalo comercial que antecede o programa, todos os intervalos comerciais entre os blocos sem interrupção, e parte do intervalo comercial após a vinheta de encerramento. O programa também foi dividido em quatro blocos com seis reportagens, nove notícias e um link ao vivo.

O primeiro bloco teve a reportagem de Laureane Schmidt sobre piscinas sem manutenção, a nota retorno sobre a resposta da prefeitura sobre o controle e fiscalização dos locais, com Marcello Rosa e a reportagem de Alexandre Cabral sobre a dengue e outras doenças do mosquito *Aedes Aegypti*. Na sequência três notícias, uma sobre o ferro velho da Rua Itaguaçu, feita pela repórter Bruna Mendes, outra sobre um acidente entre dois carros no cruzamento com semáforos no centro da cidade, feita pelo repórter Marcello Rosa e também uma notícia sobre invasões em terrenos de Campo Grande, com feita pela repórter Bruna Mendes.

No bloco de número dois, houve uma notícia sobre o encerramento do inquérito depois da reconstituição do homicídio causado por uma briga de trânsito na Ernesto Geisel, feita pelo repórter Marcello Rosa e uma notícia sobre ladrões que fingiram serem entregadores de pizza e ameaçaram matar criança durante um roubo, com feita pela repórter Bruna Mendes. O bloco se encerra com a reportagem de Osvaldo Nobrega sobre a suspeita de estupro de vulnerável, lesão corporal e ameaça por líderes de célula religiosa.

O terceiro bloco conteve uma notícia sobre o comércio de Campo Grande, feita pela repórter Bruna Mendes, uma reportagem de Laureane Schmidt sobre o impedimento de montagem da feira no bairro Rita Vieira, a nota retorno sobre os motivos da proibição da feira, feita pelo repórter Marcello Rosa e por último a reportagem de Evelyn Souza sobre a antiga estação ferroviária de Campo Grande.

O bloco final do programa teve uma notícia sobre da 10ª edição do Urban Dance, com Bruna Mendes, um link ao vivo da Laureane Schmidt sobre a doação de rim que uma senhora fizera para seu esposo e também a reportagem de Evelyn Souza sobre uma criança de 6 meses de vida que foi diagnosticada com câncer e o pedido de ajuda da família.

Neste programa o erro de omissão foi o menor, comparado aos anteriores, apenas um grave e dois médios. A ocasião do erro grave foi na omissão da palavra “lixo”, que prejudicou a interpretação na frase (2’01”) e os outros dois casos foram a omissão da palavra “com” e do “Geisel”, nome da avenida de Campo Grande.

A grande incidência de erros, como em todas as outras análises, foi a de “Substituição e Acréscimo de Palavras ao Texto”. Os casos graves foram os mais recorrentes, principalmente do acréscimo de mais palavras resultante do som da pronúncia original de apenas uma. E ainda, a substituição de termos ocorridos também pelo caso das homófonas, tais como “FAMA (10’25”)” para fêmea, “NOVO (11’22”)” para ovo e “EXCEDENTE (15’32”)” para acidente.

Quanto ao erro “Palavra Registrada com a Grafia Errada” as incidências foram parecidas com as do mesmo erro em análises anteriores. Os casos que mais se repetiram foram os registros da palavra *chikungunya* que em nenhuma das vezes foi grafada de maneira correta, e mesmo sendo um termo de outro idioma, foi muito utilizado nas matérias que abordavam a temática do mosquito *Aedes Aegypti*. O nome do mosquito, mesmo sendo originário de outra língua, na maioria das vezes foi apresentado da maneira correta, o que indica a importância do registro de termos comuns como esse no banco de dados do software. Assim como nos outros casos, nomes próprios considerados comuns tiveram sua grafia errada. Novamente o nome da repórter Laureane e do Marcelo se destacaram nas variações de erros.

É importante destacar um momento de distorção da voz, para não identificação do falante, foi transmitido com legenda aberta. Nesse caso o CC se sobrepôs e ainda o software tentou fazer o reconhecimento da voz da entrevistada. As palavras não foram coerentes, porém, como a má qualidade do áudio e dicção não são considerados erro, estes não foram tabulados. Também não é considerado erro a sobreposição ocorrida, esta é somente uma característica da exibição, mas o caso interfere muito na interpretação da mensagem.

Não houve erros de numerais que se classifiquem em graves ou médios e também não ocorreu em nenhum momento a indicação dos falantes, como nas outras análises. Nas vinhetas não foi indicada pelo símbolo da nota musical que estava ocorrendo uma trilha sonora.

Foram quase 245 minutos de captura, analisados conforme os critérios estabelecidos para esta pesquisa que são a não consideração de CC que ocorressem em intervalos comerciais e nem CC das propagandas que invadissem o início do programa. Por isso, temos como resultado uma

média de erros que, se forem analisados com as ferramentas técnicas dos responsáveis por este serviço de fiscalização, podem ser maiores ou não.

Por não haver recurso técnico suficiente e também, por não ser de objetivo da pesquisa saber a média da taxa de acerto de cada programa, é que não se utilizou a equação para cálculo do índice de acerto (ABNT, 2016, p.15). Dos resultados das análises desta investigação aspira-se diagnosticar se a qualidade do que está exibindo é suficiente para a utilização das pessoas que precisam do recurso.

Outro critério foi utilizar somente o “Anexo A” normativo (ABNT, 2016, p14-15) como categoria de análise, não contemplando situações que fazem parte das diretrizes de exibição da informação, que também compõem a qualidade mas que já foram enquadradas em uma tabela anterior (Tabela – 14) somente para a caracterização do que está sendo exibido.

A ocorrência do erro “Omissão” em grau grave ocorreu 28 vezes e em grau médio 14 vezes, nos períodos analisados no total das capturas. A consideração desse erro se deu na ausência de palavras ou símbolos que alteravam o sentido do texto, assim como está exposto na normativa. Casos em que a houve atrasos nas aparições da legenda, como ocorreram em todos os inícios do programa e retorno de intervalos comerciais, não foram considerados para esta categoria de erro, pois a sincronia é uma característica de exibição, regulamentada por outro trecho da normativa (ABNT, 2016, p.8).

**Tabela 11 – Erro de Omissão**

<b>Omissão</b>	<b>Ocorre quando:</b> Promove alteração no conteúdo ou dificulta o entendimento do CC.									
	<b>Erro grave:</b> quando o significado original do texto é alterado, impedindo a sua correta compreensão.									
	<b>Erro médio:</b> quando o erro dificulta o entendimento do texto, mas não impede a sua correta compreensão.									
	<b>Erro leve:</b> não se aplica nesta categoria.									
	PGM 01		PGM 02		PGM 03		PGM 04		PGM 05	
	4	Grave	11	Grave	7	Grave	5	Grave	1	Grave
3	Médio	3	Médio	1	Médio	4	Médio	3	Médio	

Fonte: ANEXO A - ABNT NBR 15290:2016 (p.14-15)

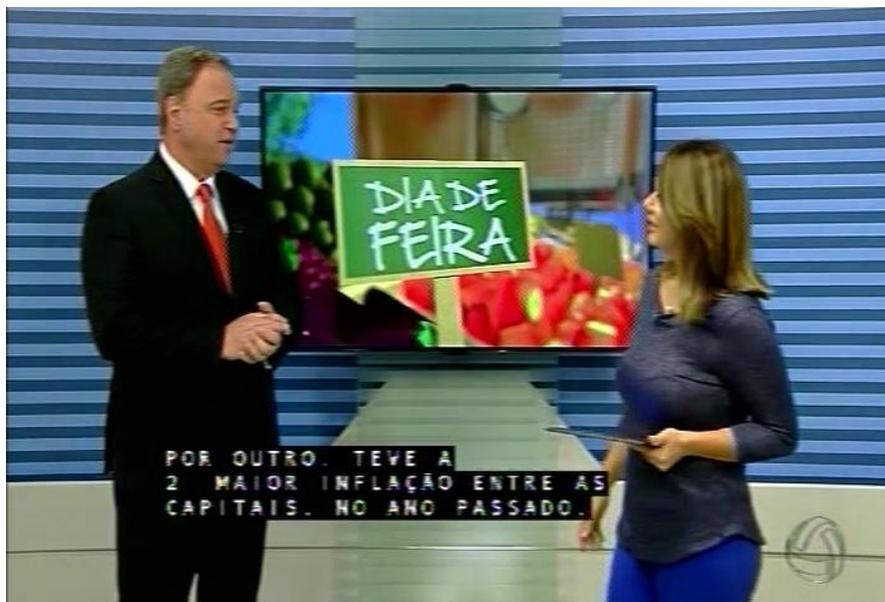
O erro grave da omissão é quando o significado original do texto é alterado, impedindo a sua correta compreensão. Essas situações, comparadas a outros tipos de erros, foram pouco frequentes. No exemplo trazido na imagem, a omissão da palavra “mil” entre “2” e “reais” alterou completamente o sentido da informação. A interpretação de que a multa fixada é de 2 reais por dia é considerado um caso crítico.

**Figura 3 - Erro Omissão Grave - PGM 04 (24'13'')**



As situações em que a omissão ocorreu em grau médio, a correta compreensão da mensagem não foi impedida. Os casos considerados nesta ocorrência foram semelhantes ao da imagem abaixo. A falta do símbolo “<sup>a</sup>” não alterou totalmente o sentido do texto, mesmo a informação correta sendo “a 2<sup>a</sup> (segunda) maior inflação”.

**Figura 4 - Erro Omissão Médio – PGM 03 (35'02")**



As situações de substituição e acréscimo de palavra foram as que mais ocorreram entre todos os erros. Contabilizamos 510 casos graves, 82 casos de grau médio e 56 de grau leve. Nestas ocasiões é que compreendemos o modo em que o programa assimila as formas e sons que as palavras são pronunciadas e às compara com o que compõe o banco de dados. Existem casos de palavras serem substituídas por outras com sons semelhantes, bem como casos em que surgem mais de uma expressão de um único pronunciamento (SELVATICI, 2010). Os acréscimos também ocorreram pelo mesmo motivo. Durante a verificação, pode-se considerar também a importância da atualização e personalização da base de dados de acordo com o que é produzido no programa.

**Tabela 12 – Erro de Substituição ou Acréscimo de Palavra ao Texto**

<b>Substituição ou Acréscimo de Palavra ao Texto</b>	<b>Ocorre quando:</b> há substituição ou acréscimos de palavra ao texto que esteja em desacordo com a informação/mensagem, promovendo alteração de seu conteúdo ou dificultando seu entendimento.				
	<b>Erro grave:</b> quando o significado original do texto é alterado, impedindo a sua correta compreensão.				
	<b>Erro médio:</b> quando o erro dificulta o entendimento do texto, mas não impede a sua correta compreensão.				
	<b>Erro leve:</b> quando o erro não compromete o entendimento do texto.				
	PGM 01	PGM 02	PGM 03	PGM 04	PGM 05

	92	Grave	105	Grave	88	Grave	93	Grave	132	Grave
	24	Médio	16	Médio	12	Médio	21	Médio	9	Médio
	24	Leve	11	Leve	5	Leve	11	Leve	5	Leve

Fonte: ANEXO A - ABNT NBR 15290:2016 (p.14-15)

Situações de grau grave são as que a palavra aparece em desacordo total com o texto, fazendo alterações e impossibilitando a compreensão da mensagem, independente se for o caso de uma substituição ou um termo acrescido. No exemplo da imagem, a palavra correta seria “desempregados”, o oposto do significado do termo utilizado.

**Figura 5 - Erro Substituição Grave - PGM 03 (13'06'')**



Para ser considerado médio, o erro da substituição ou acréscimo pode dificultar o entendimento, mas não modificar totalmente a informação transmitida e nem o sentido da mensagem. No caso trazido na imagem, a palavra “OU” deveria ser substituída por “foi”, mas foram termos de apoio que, ao serem trocados, dificultaram a compreensão mas não causaram dano à informação.

**Figura 6 - Erro Substituição Médio - PGM 03 (14'12'')**



Uma situação de grau leve pode ser percebida principalmente em ocasiões de acréscimo. O que ocorreu na imagem foi a exibição de duas palavras “NO” que, durante a leitura, pode ser desconsiderada por não interferir no entendimento da mensagem.

**Figura 7 - Erro Acréscimo Leve - PGM 02 (15'23'')**



Ocorreram 220 palavras registradas com a grafia errada no grau grave, 116 no grau médio e 13 de grau leve. Tais situações, no entendimento desta investigação, foram causadas na semelhança do erro de substituição. Na maior parte dos casos graves, o som e a pronúncia são o

que acarretaram as palavras usuais do programa a serem grafadas de modo errado. As outras duas classificações são bem distintas nas definições, diminuindo o equívoco na definição sobre qual grau o erro deve ser pontuado.

**Tabela 13 – Erro de Palavra Registrada com a Grafia Errada (português)**

<b>Palavra Registrada com a Grafia Errada (português)</b>	<b>Ocorre quando:</b> há palavra registrada com grafia errada, incluindo a acentuação e a pontuação.									
	<b>Erro grave:</b> palavras de uso cotidiano grafadas de forma incorreta, considerando a nova ortografia e erros de pontuação que alterem o sentido do texto.									
	<b>Erro médio:</b> erros na grafia de nomes próprios ou palavras/expressões usuais em português ou outros idiomas, mas somente para palavras usuais, frequentes no nosso dia a dia.									
	<b>Erro leve:</b> erros na acentuação de palavras quando existem as duas formas no dicionário ou palavras separadas que devem estar grafadas juntas ou vice-versa.									
	PGM 01		PGM 02		PGM 03		PGM 04		PGM 05	
	77	Grave	58	Grave	41	Grave	26	Grave	21	Grave
	44	Médio	20	Médio	26	Médio	15	Médio	11	Médio
1	Leve	1	Leve	3	Leve	4	Leve	4	Leve	

Fonte: ANEXO A - ABNT NBR 15290:2016 (p.14-15)

Nos casos de erro grave na grafia, as palavras devem ser observadas se são de uso comum no cotidiano ou não. Entre todas as possibilidades de indicação, a maior parte dos casos foi de erros na escrita, e uma menor parte na pontuação. Na imagem utilizada para exemplo, a palavra “PREÇOS” na realidade, deveria ser gravada com S, a repórter fazia referência aos presos que seriam transferidos para a penitenciária federal da cidade. Este erro comprometeu o entendimento da mensagem.

**Figura 8 - Erro Grafia Grave - PGM 03 - (08'39'')**



O exemplo de erro de grafia médio é a elucidação de uma das mais notificadas ocasiões durante as análises. Trata-se do registro errado de nomes próprios ou palavras/expressões que são usuais tanto em português, quanto em outros idiomas e que fazem parte do uso cotidiano do programa. De acordo com a frequência nas falas e da importância para a identificação dos membros da equipe, por exemplo, foram selecionadas as expressões que acarretariam erro ou não. No CC da imagem, o nome da repórter que esteve em todas as edições capturadas, estava grafado de maneira errada.

**Figura 9 - Erro Grafia Médio - PGM 01 (07'30")**



O erro de grau leve tem uma definição particular sobre a grafia. Não se trata de uma ocasião mais suave do erro grave, e sim, períodos em que se erram as palavras acentuadas em duas formas diferentes no dicionário ou também palavras separadas que devem ser escritas juntas ou vice-versa. No exemplo da imagem, a palavra “LADO” deveria ser grafada “lá do” [bairro Jardim Itamaracá]. O caso não interfere de maneira muito significativa na interpretação do assunto, mas se enquadra no erro.

**Figura 10 - Erro Grafia Leve - PGM 03 (35'30'')**



Os erros sobre a identificação do orador não pode ser aplicado em nenhum dos seus graus por não haver esse indicativo em nenhum momento. Deixar de informar e esclarecer de quem se trata cada fala, impede diretamente a fluência da compreensão e interfere também na correta interpretação da informação. Entre as diretrizes do CC e suas características gerais, no que se diz respeito ao sistema ao vivo, não há menção da obrigatoriedade deste ato.

**Tabela 14 – Erro ao Identificar de Forma Incorreta o Orador ou Não Indicar Troca de Orador**

<b>Identificar de Forma Incorreta o Orador ou Não Indicar Troca de Orador</b>	<b>Ocorre quando:</b> coloca a fala do orador seguinte no mesmo parágrafo do orador anterior.									
	<b>Erro grave:</b> Colocar a fala do orador seguinte no mesmo parágrafo do orador anterior.									
	<b>Erro médio:</b> não indicar troca de orador.									
	<b>Erro leve:</b> não se aplica nesta categoria.									
	PGM 01		PGM 02		PGM 03		PGM 04		PGM 05	
0	Grave	0	Grave	0	Grave	0	Grave	0	Grave	
0	Médio	0	Médio	0	Médio	0	Médio	0	Médio	

Fonte: ANEXO A - ABNT NBR 15290:2016 (p.14-15)

As ocorrências de erro de numerais foram proporcionais à quantidade que esses tipos de caracteres aparecem. Foram registrados 8 casos de grau grave e 4 de grau médio. A diferença entre essas duas medidas é que em uma o erro no registro ocorre, em um ou mais algarismos de

um mesmo numeral, mas em um caso altera o significado original da informação e o outro dificulta a transmissão correta da informação.

**Tabela 15 - Erro de Numerais**

<b>Erro de Numerais</b>	<b>Ocorre quando:</b> não for o número correto, porém, marca-se um erro apenas. Independente se errou um ou mais algarismos do mesmo numeral.									
	<b>Erro grave:</b> quando o significado original do texto é alterado, transmitindo uma informação incorreta.									
	<b>Erro médio:</b> quando o erro dificulta o entendimento do texto, mas a informação transmitida está correta.									
	<b>Erro leve:</b> não se aplica nesta categoria.									
	PGM 01		PGM 02		PGM 03		PGM 04		PGM 05	
	1	Grave	1	Grave	4	Grave	2	Grave	0	Grave
1	Médio	1	Médio	2	Médio	0	Médio	0	Médio	

Fonte: ANEXO A - ABNT NBR 15290:2016 (p.14-15)

Para exemplificar os casos de erro grave, a imagem traz um CC que alterou o sentido dos dados transmitidos. A transcrição correta da fala seria, “no dia 31 de dezembro” ou invés de “30 EM UM”, ocasião marcada pelo modo em que o software reconheceu a pronúncia e o som da expressão de maneira equivocada.

**Figura 11 - Erro de Numerais Grave - PGM 03 (03'52")**



Para os casos de grau leve o exemplo expõe a alteração da exibição dos números cardinais, por extenso e arábico. A situação não alterou a autenticidade da informação, mas dificultou o entendimento. Foram encontrados erros em números ordinais, alguns com omissão do símbolo e outras com omissão do número, no último caso, considerou-se caso de erro de omissão médio.

**Figura 12 - Erro de Numerais Médio - PGM 03 (35'50'')**



A situação de transcrição das letras de músicas não foi identificada. Em uma ocasião, um trecho de música foi transmitido, mais especificamente na apresentação do menino João em um Festival de Música na Argentina. Neste momento o áudio estava com a qualidade comprometida, não nos permitindo julgar a situação como erro. Outros casos de trilha sonora foram nas vinhetas de transição, abertura e encerramento, em nenhum deles foi indicado, ao menos, o símbolo de música. Quando executados esses tipos de sons, o que aparecia era um sinal de interrogação, como na imagem.

**Tabela 16 - Letras de Músicas**

<b>Letras de Músicas</b>	Devem ser transcritas as letras das músicas, sempre que possível, e a correção para controle de qualidade deve ser feita seguindo os mesmos padrões desta Norma utilizando a legenda como um todo.				
	Não se classifica em grave, médio ou leve.				
	PGM 01	PGM 02	PGM 03	PGM 04	PGM 05

	0	Presença								
--	---	----------	---	----------	---	----------	---	----------	---	----------

Fonte: ANEXO A - ABNT NBR 15290:2016 (p.14-15)

**Figura 13 - Erro Símbolo Música - PGM 04 (28'27'')**



Uma característica de exibição do CC, não considerada uma categoria de erro, é o reposicionamento da legenda que nunca ocorreu e ficou sobreposto sobre legendas abertas e caracteres de identificação.

No sistema CC ao vivo ou pré-produzido, a legenda deve estar preferencialmente posicionada na parte inferior da tela do televisor. Quando for necessária a inserção de outros textos na parte inferior, a legenda deve ser posicionada preferencialmente na parte superior da tela (ABNT, 2016, p.6).

Dentro ainda das características, ocorreram problemas na questão da velocidade, que mesmo não sendo limitada, por vezes era rápida demais na rotatividade das últimas frases. Da mesma maneira a sincronia esteve comprometida. Na normativa, as indicações do sistema ao vivo são direcionadas ao operador, colocando que ele ouve e depois envia o texto, por isso o fato da tolerância deve existir. Em caso de software de reconhecimento de voz, não se sabe da aplicação, se é a mesma. Todavia, o que o item pede é que se pode assumir um tempo médio de atraso de 4 segundos para cada programa e o desvio não pode ser superior a 2 segundos.

Em todos os programas as legendas que os iniciavam tinham atrasos. Em um deles, por exemplo, o atraso chegou a mais de 40 segundos. Essa falta de sincronia atrasava o CC de todo o telejornal, por isso sempre se estendiam sobre os intervalos comerciais.

Não há obrigatoriedade de se produzir o CC do sistema ao vivo com estenotipista e também, não está claro na normativa se as regras de características de exibição e erro podem ser aplicadas a todos os sistemas de exibição, independente do modo de produção.

#### 4.3 ANÁLISE DO RADIOJORNAL UFMS

No início desta investigação buscamos nas emissoras de rádio produções que nos permitissem demonstrar a importância que uma obra com alta comunicabilidade tem ao possuir o conjunto de formas sonoras e não sonoras que compõem a linguagem radiofônica, além de recursos técnicos/expressivos de reprodução. Efetivamente, a partir desses princípios do sistema semiótico radiofônico (BALSEBRE, 2005) existe a possibilidade de materiais de comunicação produzidos em outros formatos serem inseridos no meio rádio sem prejuízo na compreensão. Ademais, pode ocorrer o aumento da capacidade interpretativa sobre a mensagem de acordo com o que esse meio permite.

Dessa maneira, em contato com cada veículo mapeado, foram apresentados com uma linguagem pouco técnico e mais informal, os interesses desta pesquisa e averiguado o que a emissora estaria oferecendo de acordo com as produções buscadas. Desta procura encontramos um único produto. Nele estavam todas as formas da linguagem radiofônica e recursos técnicos/expressivos que tornava um material de texto escrito, acessível. Trata-se da *Leitura do Novo Testamento Dramatizado*, transmitido pela Capital AM.

Todavia, por se tratar de um material de livre domínio, adquirido da internet, não tivemos acesso a sua pré-produção e produção, como elaboração de roteiro, escolha dos tipos de vozes, trilhas sonoras e efeitos. Sendo assim, os melhores parâmetros de averiguação de materiais audiovisuais com acessibilidade deveriam ser de um mesmo gênero, neste caso o jornalístico.

Para tanto, optou-se pelo estudo de caso no radiojornal da Educativa UFMS com seu caráter educativo cultural, produzido com informações sociais, econômicas, de saúde e demais assuntos de utilidade pública. Além de variações nos modos e assuntos de entrevistas e divulgação da agenda cultural diária.

Foram cinco programas capturados de acordo com o mesmo cronograma de datas utilizados para o telejornal MSTV 1ª edição. O programa 1 (PGM 01), transmitido no dia 09/01/2017, foi apresentado por Cadu Bortolotti que fez a locução da escalada no início do programa e a interlocução em cada reportagem. Este programa conteve cinco reportagens e uma

entrevista no estúdio. No primeiro bloco as três primeiras reportagens foram sobre o preço do óleo diesel, feita pelo repórter Tarcísio Silveira, a reportagem sobre arroz estragado no estoque da prefeitura, feita pelo repórter Marcelo Pereira, e a reportagem sobre o Procon e itens de materiais escolares, feita pela repórter Mayara da Quinta. Na sequência mais uma reportagem de Tarcísio Silveira sobre o Ministério da Saúde e a gripe H1N1 e uma reportagem de Marcelo Pereira sobre as obras no estádio Pedro Pedrossian.

No intervalo deste programa havia uma propaganda da programação da Educativa UFMS, um informativo sobre o Histórico do Estádio Pedro Pedrossian e outro sobre a economia de energia. No segundo bloco ocorreu uma entrevista no estúdio sobre a proposta de reforma do ensino médio com o senador Pedro Chaves dos Santos Filho, Relator da Proposta, e condução de Cadu Bortolotti e Marcelo Pereira.

Finalizada a entrevista, Gisele Farias apresentou a agenda cultural do dia. O encerramento foi feito por Cadu Bortolotti, apresentando a ficha técnica do programa: edição de jornalismo de Marcelo Pereira, edição de áudio com Valdir Viana e operação de Marcelo Dias.

O programa 2 (PGM 02), foi apresentado por Cadu Bortolotti, que no início divulgou as principais notícias do programa na escalada. Esta edição teve dez reportagens divididas em seus dois blocos. Só no primeiro bloco, sete reportagens foram apresentadas, uma sobre a análise de contratos e convênios com a prefeitura (Operação Pente Fino), de Marcelo Pereira, outra sobre o prazo de pagamento do IPTU, feita pela repórter Mayara da Quinta e também sobre a fiscalização da polícia militar rodoviária, feita pela repórter Lynara Ojeda. Em seguida as reportagens reproduzidas foram sobre as vagas na fundação do trabalho de Mato Grosso do Sul, feita pela repórter Tânia Gimenez, sobre a consulta ao lote de restituições da receita federal, feita pelo repórter Tarcísio Silveira e sobre nova pandemia de doenças crônicas e metabólicas feita pela repórter Mayara da Quinta.

No intervalo, foi divulgada a programação da Educativa UFMS, as formas de ingresso nos cursos da UFMS e também um informativo sobre economia de energia. O segundo bloco começa com uma reportagem sobre o Programa Apoio às Comunidades Indígenas (Proacin), feita pela repórter Lynara Ojeda, depois um reportagem sobre o lançamento da colheita do soja (Aprosoja), feita pelo repórter Tarcísio Silveira e por último uma reportagem de Tânia Gimenez sobre o alerta do Ministério da Saúde a respeito da febre Amarela.

A agenda cultural foi divulgada por Gisele Farias e a ficha técnica deste programa foi: edição de Jornalismo de Marcelo Pereira, edição de áudio de Valdir Viana e operação de Marcelo Dias.

O programa 3 (PGM 03), capturado no dia 11/01/2017, também foi apresentado por Cadu Bortolotti. Nele houve uma nota, seis reportagens e uma entrevista de estúdio. O primeiro bloco começou com a nota de Cadu Bortolotti sobre os a apreensão de micropontos de LSD, na sequência uma reportagem sobre a recuperação de asfalto em caráter de urgência, feita pelo repórter Marcelo Pereira e outra reportagem sobre os reparos na Avenida Ernesto Geisel, produzida por Lynara Ojeda. Em seguida mais três reportagens foram reproduzidas, uma feita pelo repórter Tarcísio Silveira sobre a ressocialização de pessoas em conflito com a lei, a segunda sobre a nova legislação para serviços de fotografia e filmagem no MS, feita pela repórter Tânia Gimenez e ainda uma sobre o aumento da produção de grãos (Conab), com Tarcísio Silveira.

No intervalo foram divulgadas informações sobre a piscina semiolímpica da UFMS e um informe sobre a preservação da fauna. O segundo bloco teve início com a reportagem de Tânia Gimenez sobre a divulgação da Selic Taxa Básica de Juros e depois uma entrevista no estúdio sobre o encontro de dança urbana de MS, com Marcos Matos idealizador do encontro e feita pelo repórter condução de Marcelo Pereira.

Gisele Farias apresentou a agenda cultural e Cadu Bortolotti encerrou informando a ficha técnica do programa: edição de jornalismo, Marcelo Pereira, edição de áudio, Valdir Viana e operação de Marcelo Dias.

O programa 4 (PGM 04), capturado no dia 12/01/2017, a apresentação foi feita por Marcelo Pereira. Esta edição conteve dez reportagens e uma entrevista externa. Seis reportagens foram apresentadas no bloco inicial, primeiro uma reportagem sobre os professores do Estado pedindo reajuste do piso salarial, feita pela repórter Mayara da Quinta, depois uma reportagem sobre indígenas que pretendiam denunciar policiais ao MPF, de Tânia Gimenez e outra sobre os técnicos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande que tentavam resolver pendências para destravar recursos na Caixa Econômica Federal, com Marcelo Pereira. As três últimas foram sobre o cadastramento dos estudantes para a isenção da tarifa de transporte coletivo, de Tarcísio Silveira, em seguida uma reportagem sobre a UFMS e oferta 4575 vagas através do SISU, feita pela repórter Tânia Gimenez e finalizando o bloco Tarcísio

Silveira fala sobre o Estado de MS que fechou o ano com saldo positivo na criação de novas empresas.

No intervalo entre os blocos, foi divulgado o programa memória regional da educativa UFMS, o comitê de autodefesa das mulheres, o restaurante universitário da UFMS e um informativo sobre a importância da hidratação corporal.

As reportagens do segundo bloco foram sobre o lançamento do livro de Web Cidadania produzido por alunos da UFMS, feita pela repórter Mayara da Quinta e sobre o último dia para as inscrições em cursos técnicos do IFMS, com Tânia Gimenez. Para falar do novo projeto da UFMS, um Centro de Formação de Professores, Cadu Bortolotti entrevistou ao vivo o reitor da Universidade, Marcelo Turini, ao vivo na cidade universitária.

A agenda cultural foi apresentada por Gisele Farias e a ficha técnica do programa, na edição de jornalismo, Marcelo Pereira, na edição de áudio, Valdir Viana e na operação, Marcelo Dias.

O programa 5 (PGM 05), dia 13/01/2017, foi apresentado por Cadu Bortolotti. Nele foram apresentadas seis reportagens e uma entrevista no estúdio. Todas as reportagens estavam no primeiro bloco, a primeira delas foi sobre a Santa Casa de Campo Grande e a divulgação do alto número de atendimentos de vítimas de acidentes no trânsito em 2016, produzida pela repórter Tânia Gimenez, depois uma reportagem sobre protesto de bancários, feita pelo repórter Tarcísio Silveira e também sobre o reajuste do piso salarial dos professores, feita pela repórter Lynara Ojeda. As duas últimas foram sobre o novo prazo para a matrícula na rede municipal de ensino, feita pela repórter Tânia Gimenez e sobre as mudanças com a medida provisória 764 no comércio, feita pelo repórter Tarcísio Silveira.

No intervalo foi divulgado o programa Multicultura da Educativa UFMS, também foram divulgadas as aulas de danças de salão da UFMS e por último um informe sobre conscientização do descarte de lixo. A entrevista de estúdio foi sobre suicídio e a importância de se discutir o tema para a prevenção. Tereza Érica, a entrevistada, é psicóloga e quem conduziu a conversa foi Tarcísio Silveira.

Depois da agenda cultural apresentada por Gisele Farias, Cadu Bortolotti encerrou o programa e informou a ficha técnica da edição: edição de jornalismo, Marcelo Pereira, edição de áudio, Valdir Viana e operação de Marcelo Dias.

Pode-se considerar com as análises que há todos os elementos da linguagem radiofônica e também os recursos/técnicas expressivos de reprodução sonora estavam presentes em vários momentos do programa. Não houve uma produção em especial que utilizasse todas as formas sonoras e não sonoras juntas. Serão apresentados, na sequência, todos componentes do sistema semiótico radiofônico (BALSEBRE, 2005) e os locais em que eles foram identificados ou não no radiojornal.

<b>Palavra</b>	O texto e a performance da voz.									
	PGM 01		PGM 02		PGM 03		PGM 04		PGM 05	
	X	Presença	X	Presença	X	Presença	X	Presença	X	Presença
		Ausência		Ausência		Ausência		Ausência		Ausência

A presença do elemento palavra foi considerada nos momentos das performances de voz sobre o texto, identificada nas falas de todos os repórteres e apresentadores. A improvisação verbal, pausas, ritmo das falas e velocidade, foram as formas expressivas da palavra que estiveram presentes nos radiojornais.

No processo de criação sonora da palavra, o conceito de harmonia é definido pela superposição ou justaposição das vozes em uma sequência. [...] uma voz masculina e uma feminina, pois a diferença de timbre entre elas produz harmonia estética significativa (BALSEBRE, 2005, p.332).

Desta característica destacada por Balsebre (2005), verificamos com frequência nas intercalações entre as reportagens exibidas. Na maioria dos programas, o cuidado com essa harmonização de vozes femininas e depois masculinas prevaleceu.

<b>Música</b>	Com funções descritivas ou expressivas.									
	PGM 01		PGM 02		PGM 03		PGM 04		PGM 05	
	X	Presença	X	Presença	X	Presença	X	Presença	X	Presença
		Ausência		Ausência		Ausência		Ausência		Ausência

A música foi identificada em todas as vinhetas, durante a escalada da programação, em algumas divulgações do intervalo, durante as informações da agenda cultural e nas falas de encerramento. Em todos esses momentos o fundo musical teve função expressiva, criando paisagens sonoras sobre as falas.

Na vinheta de abertura, a sonoridade musical era rápida, eletrônica e semelhante às utilizadas no telejornal. “Com o ritmo e a melodia da música denota-se movimento e cor” (BALSEBRE, 2005, p.333) e durante a escalada o sentido era o mesmo utilizado nas vinhetas, expressando o diferencial daquele momento em que o programa estava entrando no ar e, juntamente com os elementos da palavra, criava uma imagem sonora mais dinâmica.

<b>Efeitos Sonoros</b>	Sugere ambientes ou cenários sonoros.									
	PGM 01		PGM 02		PGM 03		PGM 04		PGM 05	
	X	Presença	X	Presença	X	Presença	X	Presença	X	Presença
		Ausência		Ausência		Ausência		Ausência		Ausência

Os efeitos sonoros foram identificados nas vinhetas, justapostos com a palavra e a música, criando um cenário com tema tecnológico, construindo uma “especificidade significativa do meio” (BALSEBRE, 2005, p.333). Não foram registrados momentos em que tais efeitos sugerissem ambientes, como sons artificiais de áreas externas e situações semelhantes.

<b>Silêncio</b>	Ausência sonora expressiva.									
	PGM 01		PGM 02		PGM 03		PGM 04		PGM 05	
	X	Presença	X	Presença	X	Presença	X	Presença	X	Presença
		Ausência		Ausência		Ausência		Ausência		Ausência

O silêncio, como ausência sonora que expressa alguma mensagem, não foi identificado durante o radiojornal. É importante não confundir esse elemento com as pausas, encontradas entre uma fala e outra da escalada, por exemplo. Quando se insere o silêncio entre os elementos da linguagem radiofônica, se remete ao seu poder funcional, expressivo, descritivo ou narrativo (MELLO VIANNA, 2014).

<b>Recursos Tecnológicos/ Expressivos da reprodução sonora</b>	Na linha da tecnologia, encontram-se na captação, edição e mixagem de som									
	PGM 01		PGM 02		PGM 03		PGM 04		PGM 05	
	X	Presença	X	Presença	X	Presença	X	Presença	X	Presença
		Ausência		Ausência		Ausência		Ausência		Ausência

Os recursos tecnológicos/expressivos da reprodução sonora foram identificados nas vinhetas, na introdução das sonoras e na entrevista externa. Nas narrações das vinhetas, os áudios foram modificados tecnologicamente, caracterizando a voz do locutor e criando a identidade do radiojornal, com imagens sonoras. O eco, remix e *reverber* foram identificados nessas produções de transição, recursos expressivos de reprodução.

Sobre as sonoras, a edição e as técnicas de inserção entre as locuções ao vivo são recursos tecnológicos importantes e considerados parte integrante do sistema semiótico radiofônico. Da mesma maneira a tecnologia é identificada quando ocorre uma entrevista fora do estúdio de transmissão.

A identificação de todos os elementos da linguagem radiofônica em um radiojornal faz-nos considerar a possibilidade que esse meio pode garantir sobre a produção e reprodução de materiais culturais, educacionais e todos os outros conteúdos de utilidade pública. Mesmo ofertados e produzidos para outros tipos de meio, tendo à projeção um desenho universal, o produto pode ser usado no rádio sem perda de qualidade e nem prejuízo na interpretação do receptor ouvinte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os recursos de acessibilidade sobre um aspecto regional foi um desafio no que se refere a escassez de pesquisas nesta temática. Consideramos que o processo de mapeamento em ambos os meios estudados será uma ferramenta considerável de base e consulta para futuras investigações na área. O que pudemos destacar também é que, de um modo bem significativo, obtivemos resultados relevantes sobre a qualidade dessas técnicas, que pertinentemente colaboram para a autonomia de pessoas com deficiência auditiva e visual.

Sobre os recursos de acessibilidade ofertados atualmente nos veículos televisivos de Campo Grande, podemos salientar a estagnação das afiliadas ao somente retransmitirem conteúdos acessíveis vindos da cabeça-de-rede e não disponibilizarem programações locais com a tecnologia. Está explícito no item 10 da Portaria 310/2006 que as emissoras de radiodifusão de sons e imagens e as retransmissoras de televisão são responsáveis pela produção e veiculação dos recursos de acessibilidade definidos no subitem 5.1<sup>41</sup> em todos os programas dos quais sejam detentoras dos direitos autorais. O único caso em que estas não têm obrigatoriedade de oferta de recursos é em programação de caráter estritamente local com duração de até 30 (trinta) minutos<sup>42</sup>.

Todavia, mesmo não encontrando variadas produções em conteúdos locais nas emissoras mapeadas, a quantidade de horas e o período de tempo de exibição ficam legais ainda que só retransmitam o conteúdo. Uma abertura deixada no que se refere à produção de recursos em conteúdos próprios da afiliada. Por conseguinte, na NBR 15290:2016, item 7.4, fica estabelecido que as retransmissoras de TV devem garantir que a legenda oculta, os múltiplos canais de áudio e qualquer outra ferramenta de acessibilidade sejam retransmitidos em conformidade com o sinal emitido pela geradora.

Como inferido, apenas uma das emissoras consultadas ofertava ao menos um recurso para as programações locais. Uma realidade preocupante, visto que a portaria foi expedida a mais de dez anos e também, que todos os outros veículos mapeados já operam em canais digitais, uma tecnologia que permite a produção de todos eles juntamente com os canais de áudio. Porém, conforme apresentaram os resultados das análises, a qualidade dessa única reprodução é muito

---

<sup>41</sup> A programação veiculada pelas estações transmissoras ou retransmissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens deverá conter: legenda oculta, audiodescrição e dublagem.

<sup>42</sup> Item 8.1 da Portaria 310/2006.

baixa, não atingindo o mínimo do que se é exigido para o tipo de sistema encontrado (CC ao vivo).

A NBR 15290 é a normativa que oferece diretrizes gerais relacionadas aos recursos de acessibilidade a legendagem, a audiodescrição e a janela de libras. Deste modo, somente estes recursos foram apurados durante o mapeamento nos veículos televisivos, não adicionando a dublagem. Iniciada em março de 2015, esta investigação quando em fase de pesquisa exploratória tinha como material para criação de categorias de análises a NBR15290/2005, primeira edição validada a partir de 30/11/2005. Em 19/12/2016 a segunda edição da normativa foi publicada cancelando e substituindo a edição anterior por estar tecnicamente revisada.

Até a data da publicação da atual edição da NBR 15290, já havíamos feito capturas e análises de acordo com o primeiro cronograma. Nesta primeira experiência houve grande dificuldade na classificação do que era erro ou não na legenda oculta, recurso analisado. Não se tinha uma caracterização do que poderia ser tolerado e nem como eram calculados os erros para que as porcentagens de média de acerto fossem descobertas. Utilizamos outras referências bibliográficas, nesta fase, para nominar certos tipos de erro que eram observados, mas não tinham identificação na normativa.

É inegável o fato de que a atualização da NBR 15290 era indispensável para a obtenção de melhores conhecimentos da qualidade dos recursos atuais. Essa ocorrência durante o processo de elaboração desta pesquisa contribuiu em diversos fatores, tanto na percepção do que foi melhorado, quanto o que ainda está insuficiente. Iniciar um processo de análise nos primeiros meses de vigência da nova edição pode ser um aspecto comparativo futuro sobre um acompanhamento da situação de oferta. Mesmo porque, como mostra o e-mail do Anexo A, o processo de expansão para outras regiões do Estado já está sendo implantado e a perpetuação do erro pode ser evitada em casos de estudo como este.

O Brasil adota a tecnologia norte-americana e com ela a concepção de tradução. Neste caso, a legenda para surdos não é editada, constituindo uma transcrição da fala. É exatamente neste ponto que autoras como Araújo e Franco (2013; 2006; 2002) são contra este tipo de sistema, em que a legenda para surdos, diferente da de ouvintes, não é editada.

Na cultura surda brasileira, a língua materna é a Libras, e o português, a língua oral do nosso país, tem função de segunda língua. “Parece haver uma crença de que o nível de leitura dos surdos é mais elevado do que o dos ouvintes” (ARAÚJO, 2008, p. 63) o que não é o caso. Ocorre

que, grande parte dos surdos brasileiros aprende a língua portuguesa como língua materna, assim, a maioria apresenta baixa proficiência neste idioma, principalmente no que se refere à leitura escrita.

Mesmo que não houvesse essa grande quantidade de erros nos termos encontrados no CC do MSTV 1ª edição, a transcrição não é o modo mais indicado para se disponibilizar uma legenda oculta. A grande quantidade de palavras que são apresentadas, para que estejam em sincronia com a imagem, aparecerão na mesma velocidade ou até mais rápida que a fala. Ao analisar, tivemos que pausar a gravação por inúmeras vezes, e ainda voltar a gravação para compreender o que realmente estava escrito. A fluência na leitura não ocorre, mesmo não tendo a visão, audição e nenhum outro aspecto sensorial humano comprometido.

Se a transcrição já é falha para o processo interpretativo do usuário, mais precário ainda é deixar sua reprodução sob o encargo de um software livre de reconhecimento de voz. A maior parte dos erros, principalmente o de “Substituição e Acréscimos de Palavras ao Texto” e o de “Palavra Registrada com a Grafia Errada” ocorreram por interpretação distorcida dos sons das palavras na fala e também pela incompletude do banco de dados de acordo com a realidade cotidiana do programa.

Nestas condições, consideramos a necessidade da regulamentação sobre essa técnica de produção. Mesmo porque, não está claro na normativa a obrigatoriedade de estenotipista e estenótipo. Vez ou outra, em trechos como “no sistema CC ao vivo, o operador primeiro ouve e depois envia o texto (...)” e “a transcrição de *closed caption* em tempo real é uma atividade especializada, que normalmente ocorre distante da emissora, sujeita aos atrasos inerentes (...)” supõe-se que, a NBR 15290 trata o modo de produção geral do CC ao vivo sendo sempre produzido por um profissional e um sistema específico de transcrição.

Ainda que a legendagem do sistema oferecido pelo telejornal tivesse o percentual de acertos dentro do que é exigido pela norma, a exibição das informações também não seguiram aspectos básicos necessários para uma boa compreensão. Os métodos de movimentação e posicionamento indicados para casos de cobertura de gráficos, olhos, lábios ou áreas de ação. Não foi identificado em nenhum momento o reposicionamento da legenda. A mesma cobriu os caracteres de identificação dos repórteres, entrevistados, créditos de imagens e ainda o relógio exibido em todo o início de blocos. A disposição sempre alinhada à esquerda esteve correta.

Outro caso importante da característica de exibição e que não foi encontrado no sistema oferecido no telejornal é a identificação dos falantes. Indicações básicas, como as das falas de cada apresentador, estão diretamente ligadas à boa compreensão do conteúdo. Esse fato se agrava quando as legendas de propagandas comerciais ultrapassam o tempo de exibição e são mostradas quando a edição já está novamente no ar. Também na finalização dos blocos as legendas sempre se estendiam por muitos segundos, logo na sequência se misturavam com o que estava sendo transcrito nos comerciais.

Identificamos alguns anúncios com CC próprio, gerado com identificação dos falantes, com sinais e símbolos e transcrição de acontecimentos não sonoros. Esses casos não foram estudados, mas é de valia demonstrar que, na mesma proporção que o CC dos programas ao vivo da geradora, a qualidade fica bem superior à realidade local.

Acredita-se que, de acordo com os resultados desta investigação, a realidade dos recursos de acessibilidade do meio de comunicação de maior acesso na atualidade local ainda está muito abaixo do que é necessário. Tanto a carência de oferta, quanto a má qualidade do que é ofertado. Não há validade na prestação de um serviço que não condiz com o que é realmente necessário e que foge da essência da finalidade em quase todo tempo.

Os dois meios de comunicação, televisão e rádio, são fontes ricas para projetos com conceitos de desenho universal de acordo com o que permite cada linguagem. Na televisão, as possibilidades já são fixadas, regulamentadas e estão sendo colocadas em prática progressivamente. O rádio é um meio pouco explorado nessa seara da acessibilidade, porém, é repleto de propriedades que contemplam a usabilidade de uma obra com utilidade pública.

Analisar as produções radiofônicas a fim de atestar que o uso dos elementos de sua linguagem, juntos, gera um produto com alta comunicabilidade, muito contribuiu para a pesquisa. As propostas discutidas durante toda fundamentação teórica tornaram-se modelo para buscas de produtos com tais características dentro do radiojornal, já que isoladamente somente um produto foi encontrado.

A observação feita sob a coleta experimental colaborou para a visualização da proposta que apresentamos sobre a possibilidade que a mídia radiofônica dá ao transformar materiais visuais em sonoros. No exemplo dessa produção encontrada na Capital AM, passamos a considerar a existência desse conjunto de formas que compõem o sistema semiótico radiofônico

de Balsebre (2005), mais especificamente os da linguagem radiofônica e recursos tecnológicos/expressivos, em produtos do gênero jornalístico radiofônico.

O gênero jornalístico não limita que materiais com características iguais as encontradas na Capital AM sejam produzidos e transmitidos dentro das suas edições. A propósito, consideramos adequados os produtos preparados e processados com todo o conjunto de formas sonoras e não sonoras que permitem uma comunicação completa com o ouvinte. Os elementos da linguagem radiofônica foram encontrados no radiojornal UFMS, porém separadamente, como na maioria dos produtos transmitidos nos demais veículos.

Dentro da realidade encontrada no radiojornal, uma iniciativa seria fomentar a agenda cultural apresentada em todas as edições com produtos mais elaborados sobre o que é anunciado. Por exemplo, durante toda a semana foram divulgadas programações do Museu da Imagem e do Som (MIS) com filmes de curta metragem entre outras atividades. Ao invés de se ler a sinopse de determinada obra que será exibida, podia-se transmitir um trecho dela, parte de uma cena já audiodescrita ou a audiodescrição das características dos personagens. Seriam produções já feitas com todos os elementos sonoros e não sonoros essenciais nestes materiais audiovisuais.

Por ser uma rádio de cunho educativo e cultural, e também ser aberta a comunidade acadêmica, projetos desse teor poderiam ter um espaço reservado nas programações. Em cursos de comunicação social, por exemplo, pode-se incentivar a criação de todos os materiais em atividades avaliativas, com conceito de desenho universal, assim como já é utilizado na maioria dos casos de projeções urbanísticas.

Ter a ciência do que são os recursos de acessibilidade é indispensável para uma formação de profissionais capacitados para atenderem o maior número de pessoas possíveis. E ainda, a produção desses conhecedores será sempre concebida visando às condições de percepção e cognição, com ou sem ajuda de uma TA ou outro recurso que contemple as necessidades individuais dos usuários.

Além das iniciativas na produção, as políticas de fiscalização necessitam ser mais claras e ativas. Acreditamos que a maioria dos casos de erro encontrados no sistema de CC ao vivo analisado poderia ser evitada se o modo de produção fosse padrão. A comparação está na própria programação da afiliada que, quando retransmite conteúdos de sua geradora, oferece uma boa qualidade no recurso e quando se trata de produções próprias, falham em diversas características da exibição.

Dos resultados também obtivemos a consideração da importância da inclusão de pessoas com deficiência na produção desses conteúdos. É exatamente a essência da frase “nada sobre nós, sem nós” que deve ser carregada nas práticas dos ambientes comunicacionais. É certo que quem utiliza dos recursos poderá dizer com mais propriedade o que é falho e o que é ideal.

## REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 15290: acessibilidade em comunicação na televisão**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 20 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 15290: acessibilidade em comunicação na televisão**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 22 dezembro 2016.

ALMEIDA, Sandra Lúcia. **O que é e para que serve a legenda oculta (*closed caption*)?**. *Veza da Voz*, 2008. Disponível em: <<http://www.vezdavoiz.com.br/2vrs/noticiasview.php?id=39>> Acesso em: 20 maio 2015.

ALVES, Joel. **Joel Alves: depoimento** [jun. 2016]. Entrevistadora: A. Sampaio. Campo Grande, 2016. Gravação Digital. Entrevista concedida

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; VIEIRA, Patrícia Araújo; MONTEIRO, Silvia Malena Modesto. **Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE): Um estudo de recepção com surdos da região Sudeste**. São Paulo: TradTerm, v. 22, Dezembro/2013, p. 283-302.

\_\_\_\_\_, Vera Lúcia Santiago. **Por um modelo de legendagem para surdos no Brasil**. Tradução & Comunicação. São Paulo: Revista Brasileira de Tradutores – Anhanguera Educacional S.A., n. 17, p. 59-76, 2008.

\_\_\_\_\_, Vera Lúcia Santiago; FRANCO, Eliana Paes Cardoso. **Entrevista com Jorge Díaz Cintas**. Florianópolis: Cadernos de Tradução (UFSC), v. 1, p. 311-323, 2006.

\_\_\_\_\_, Vera Lúcia Santiago. **O processo de legendagem no Brasil**. Fortaleza: Revista do GELNE, v. 1/2, n. 1, p. 156-159, 2006.

\_\_\_\_\_, Vera Lúcia Santiago. **A legenda fechada no Brasil**. In: II Congresso Ibero Americano de Tradução e Comunicação/2001, Uma Odisseia de Tradução. São Paulo: Centro Universitário Ibero-Americano, 2002. v. 1. p. 343-350.

ARNHEIM, Rudolf. **O diferencial da cegueira: estar além dos limites dos corpos**. In MEDITSCH, Eduardo (Org.). *Teorias do Rádio: textos e contextos*, v. 1, Florianópolis: Insular: 2005.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BALSEBRE, Armand. **A linguagem radiofônica**. In MEDITSCH, Eduardo (Org.). *Teorias do Rádio: textos e contextos*, v. 1, Florianópolis: Insular: 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: . Acesso em: 20 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 958, de 26 de setembro de 2014.** Ministério das Comunicações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 mar. 2011. Disponível em: <[http://www.mc.gov.br/images/2011/6\\_Junho/portaria\\_188.pdf](http://www.mc.gov.br/images/2011/6_Junho/portaria_188.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015:** hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2014.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 188, de 24 de março de 2010.** Ministério das Comunicações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 mar. 2011. Disponível em: <[http://www.mc.gov.br/images/2011/6\\_Junho/portaria\\_188.pdf](http://www.mc.gov.br/images/2011/6_Junho/portaria_188.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005.** Dá nova redação ao art. 53 do Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004. *D.O.U.*, 29 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20042006/2005/Decreto/D5645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5645.htm) >. Acesso em: 20 maio 2015.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Comitê de Ajudas Técnicas.** Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006.** Ministério das Comunicações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/gcs/file.asp?id=5834>> . Acesso em: 20 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005.** Dá nova redação ao art. 53 do Decreto nº 5.296, de dezembro de 2004. *D.O.U.*, 29 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20042006/2005/Decreto/D5645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5645.htm) >. Acesso em: 20 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de d'as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2004. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 20 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <[https://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.htm](https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm)>. Acesso em: 20 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. **Declaração mundial de educação para todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal:** um conceito para todos. São Paulo, 2008.

CARVALHO FILHO, Milton Pereira De. **Audiodescrição:** ferramenta de inclusão social na publicidade televisiva. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2009.

COSTA NETO, Augusto. **Cenário do Closed Caption no Brasil:** panorama geral, utilizações, tecnologias e casos. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Osmani Ferreira da. **Rádio e política.** Londrina: Eduel. 2005.

COSTA, Ana Margarete. **A Tradução Audiovisual:** os desafios da áudio-descrição. Porto: Instituto Politécnico do Porto, 2014.

DEL BIANCO, Nelia Rodrigues. **O tambor tribal de McLuhan.** In MEDITSCH, Eduardo (Org.). Teorias do Rádio: textos e contextos, v. 1, Florianópolis: Insular: 2005.

DEZINHO, Mariana; SANTOS, Reinaldo. **Avaliação da Qualidade dos Recursos de Acessibilidade Midiática na Televisão Brasileira:** um estudo sobre legendas para surdos e deficientes auditivos. São Leopoldo: Oikos, 2016.

DÍAZ, Jorge Cintas. **Audiovisual Translation Today.** A question of accessibility for all. **Translating Today**, v. 4, p. 3-5, 2005.

DIB, Camila; MARTINS, Gerson Luiz. **O perfil dos telejornais da TV Morena:** afiliada da Rede Globo de Campo Grande. Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). XIV Encontro Nacional de Professores de Jornalismo. X Ciclo Nacional de Pesquisa em Ensino De Jornalismo. Modalidade Do Trabalho: Comunicação Científica. Grupo De Pesquisa: Produção Laboratorial – Eletrônicos, 2013.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso. **Audiodescrição e Audiodescritores:** Quem é Quem?, 2008.

\_\_\_\_\_, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. **Audiodescrição:** Breve Passeio Histórico. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; FILHO, Paulo Romeu. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_, Eliana Paes Cardoso; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. **Questões terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual (TAV).** Rio de Janeiro: PUC-Rio, Tradução em Revista 2011/2, 2011.

FREIRE, Rafael de Luna. **Dublar ou não dublar:** a questão da obrigatoriedade de dublagem de filmes estrangeiros na televisão e no cinema brasileiros. Porto Alegre: Revista FAMECOS, v. 21, n. 3, p. 1168-1191, set.-dez. 2014

GAMBIER, Yves. **Screen Transadaptation:** perception and reception. In GAMBIER, Yves (Org). *The Translator: Studies in Inter Cultural Communication*. Nova Iorque: Routledge. Vol.9, nº2, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. 6ª edição.

GOMES, Itania Maria Mota. **Tedências do telejornalismo brasileiro no início do séculoXXI:** telejornalismo popular e infotainment. In: Estudos de televisão: diálogos Brasil-Portugal. FILHO, João Freire; BORGES, Gabriela (Org). Porto Alegre: Sulina, 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manuel de Mello. **Dicionário Houaiss Da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LESSA, Leandro Pereira. **A Dublagem no Brasil**. Juiz de Fora: UFJF, 2002.

LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em Comunicação:** formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 3ª Ed., 2003.

MACIEL, Suely. **Mídia Sonora, Deficiência Visual e Acessibilidade:** Características da Produção em Rádio Feita Por Cegos e Pessoas com Baixa Visão na Espanha e em Portugal. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016.

\_\_\_\_\_, Suely; SILVA, Amanda Fonseca e. **Mídia sonora como recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência visual**. In: VILLELA, Lucinéa Marcelino; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LEITE, Lúcia Pereira (Org.). Recursos de acessibilidade aplicados ao ensino superior [recurso eletrônico]. Bauru: FC/Unesp, 2015.

MAUCH, Carla. et. al. **Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais**. Brasil: Assembleia Legislativa, 2015.

MEDITSCH, Eduardo. **Sete meias-verdades e um lamentável engano que prejudicam o entendimento da linguagem do radiojornalismo na era eletrônica**. Palestra à Licenciatura em Jornalismo: Universidade de Coimbra, 1995.

MOURÃO, Lucas Marinho. **O Meio Rural Sul-Mato-Grossense na Televisão Local:** a produção jornalística do programa MS Rural. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Campo Grande: UFMS, 2013.

NASCIMENTO, Grazielly Vilhalva Silva do; SANTOS, Reinaldo. **Educação, Inclusão e TICS:** legendas e janela de Libras como recurso para a inclusão da pessoa surda. São Leopoldo: Oikos, 2016.

ORERO, Pilar. **Audiovisual translation: A new dynamic umbrella.** In ORERO, Pilar. (Org). *Topics in Audiovisual Translation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v.56, 2004.

ORTRIWANO, Gisela. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** São Paulo: Summus, 1985.

QUEIROZ, Marco Antonio de. **Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência.** Mesa Redonda: Acessibilidade Web e Governo Eletrônico, 2011. Disponível em: <<http://www.acessibilidadelegal.com/13-maq-encontro.php>>. Acesso em: 12 junho 2016.

ROBSON, Gary D. **The Closed Captioning Handbook.** Oxford: Focal Press, 2004.

ROSÁRIO, Nísia Martins do. **A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação.** São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

RUIVO, Miguel. **Repensar A Televisão: Uma visão positiva sobre o papel da televisão como elo social, veículo de cultura e espaço de lazer.** Portugal: Universidade da Beira Interior, LABCOM, 2005.

SANTANA, Mauricio. **A primeira Audiodescrição na propaganda da TV brasileira: natura naturé um banho de acessibilidade.** In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (Org). *Audiodescrição : transformando imagens em palavras.* São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010, p. 117-128.

SANTOS, Joel Alves dos: depoimento [jun.2016]. Entrevistadora: A. Sampaio. Campo Grande, 2016. Gravação Digital. Entrevista concedida.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

\_\_\_\_\_. **Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1.** Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 57, jul./ago. 2007.

\_\_\_\_\_. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SELVATICI, Carolina. **Closed Caption: conquistas e questões.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

SOARES, Marcelo Vicente Cancio. **Telejornalismo descoberto: a origem da notícia no jornalismo televisivo regional.** Campo Grande: UFMS, 2005.

UFMS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Universidade inaugura FM Educativa UFMS 99.9.** Campo Grande: UFMS, 2016. Disponível em: <<https://www.ufms.br/universidade-inaugura-fm-educativa-ufms-99-9/>>. Acesso em: 15 janeiro 2017.

TONIAZZO, Gladis. **Pressupostos de uma rede regional:** Rede Matogrossense de Televisão. Unesco - Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

YIN, Robert. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZILIO, Maria Virgínia. **A Língua Surda.** In. LOPES, Maura Corcini (ORG.) e colaboradores. Cultura Surda e LIBRAS. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2012.

ANEXOS

**ANEXO A** – E-mails sobre a não exibição das legendas nos dias previstos para a captura

## **Closed Caption - MSTV 1ª Edição**

### **10 mensagens**

AMANDA BRITO <amandabritoufms@gmail.com> 20 de julho de 2016 14:34

Para: \*\*\*\*\* <\*\*\*\*\*@tvmorena.com.br>

Olá \*\*\*\*\*,

Na gravação do programa de hoje para minha análise, o *closed caption* deixou de aparecer durante os últimos blocos, mesmo com a legenda habilitada.

Você poderia me informar se houve algum problema no software de transcrição?

Att

Amanda

--

### **Amanda Brito Sampaio**

## **Mestranda em Comunicação - UFMS**

\*\*\*\*\* <\*\*\*\*\*@irede.net> 20 de julho de 2016 17:55

Para: AMANDA BRITO <amandabritoufms@gmail.com>, \*\*\*\*\* <\*\*\*\*\*@tvmorena.com.br>

Boa tarde Amanda, estou em férias mas estou o copiando o sup. \*\*\*\*\* para informar sobre o ocorrido.

Att,

Enviado por BlueMail

\*\*\*\*\* <\*\*\*\*\*@tvmorena.com.br> **21 de julho de 2016 00:58**

Para: \*\*\*\*\* <\*\*\*\*\*@irede.net>

Cc: AMANDA BRITO <amandabritoufms@gmail.com>

Amanda, boa noite. Pode informar qual programa estava analisando?

**AMANDA BRITO <amandabritoufms@gmail.com> 21 de julho de 2016 01:01**

Para: \*\*\*\*\* <\*\*\*\*\*@tvmorena.com.br>

Oi \*\*\*\*\*

Foi o MSTV 1a Edição.

Estou na minha cidade, Itaporã, e uma amiga está gravando para mim e me informou o ocorrido. No início as legendas estavam aparecendo. Nos últimos blocos, sumiram.

\*\*\*\*\* <\*\*\*\*\*@tvmorena.com.br> **21 de julho de 2016 01:04**

Para: AMANDA BRITO <amandabritoufms@gmail.com>

Obrigado. Vamos verificar o ocorrido. Em breve disponibilizaremos closed captions na região de cobertura de Ponta Pora. Os telejornais de dourados estarão com transcrição.

**AMANDA BRITO <amandabritoufms@gmail.com> 21 de julho de 2016 01:09**

Para: \*\*\*\* <\*\*\*\*@tvmorena.com.br>

Que ótima notícia! Sendo assim poderei gravar daqui de Dourados? Pq acho que as programações daqui são dr Ponta Porã, né?

Por gentileza, me mantenha informada sobre este assunto, se puder.

Att

**AMANDA BRITO <amandabritoufms@gmail.com> 21 de julho de 2016 01:10**

Para: \*\*\*\* <\*\*\*\*@tvmorena.com.br>

Desculpa, não havia lido direito o e-mail.

Ele já explicava. Então quando tiver essa disponibilidade, por favor, tente me avisar.

Obrigada, \*\*\*\*.

Att

**AMANDA BRITO <amandabritoufms@gmail.com> 29 de julho de 2016 19:58**

Para: \*\*\*\* <\*\*\*\*@tvmorena.com.br>

Olá \*\*\*\*,

Estou entrando novamente em contato com vocês da Engenharia da TV Morena para questionar o não aparecimento do Closed Caption nos programas locais. Desde aquele dia que entrei em contato, 21/07, as legendas fechadas só aparecem nos programas nacionais, retransmitidos por vocês da cabeça-de-rede. Nesta quinta-feira, data em que eu faria a captura de acordo com uma semana construída de análise, testei em outro aparelho e em outro ponto da cidade, e novamente a legenda não apareceu. No dia anterior, 27/07, neste novo aparelho havia aparecido, mas na data em que precisei gravar, 28/07, não havia legenda. O modo de habilitação foi o mesmo das situações anteriores em que o CC funcionava normalmente.

Se houve alguma alteração nos serviços da emissora TV Morena Campo Grande, você poderia me informar o ocorrido?

Desculpa a insistência, mas quando se trata de pesquisa temos que usar todos os métodos que temos para esclarecimentos e tentativa de justificativa do problema.

Respeitosamente,

Amanda

**\*\*\*\* <\*\*\*\*@tvmorena.com.br> 29 de julho de 2016 20:42**

Para: AMANDA BRITO <amandabritoufms@gmail.com>

Obrigado. Não efetuamos manobras ou alterações no sistema de closed captions. Vamos verificar. Poderia informar as características do equipamento que está realizando a monitoracao?

Marcio

**AMANDA BRITO <amandabritoufms@gmail.com> 30 de julho de 2016 09:40**

Para: \*\*\*\* <\*\*\*\*@tvmorena.com.br>

Claro!

Equipamento 1: Televisão Samsung Smartv

Model: UN32J4300AG

Type N°: UN32J4300

Model Code: UN32J4300AGXZD

Version N°: QS02

Indústria Brasileira - Polo Industrial de Manaus

A habilitação da legenda é feita apertando o botão "tools" no controle remoto, depois "legenda" e a opção "ligado".

Equipamento 2: Televisão Sony - Modelo: KDL-40BX405

TV Digital com tela de cristal líquido

Produzido no Pólo Industrial de Manaus

A habilitação da legenda é feita pelo controle remoto, através da tecla "CC/Subtitle"

Se não houve mudanças no sistema de closed caption, qual outro motivo teria para essa alteração na exibição?

Obrigada!

**ANEXO B** – Portaria Nº 310, de 27 de Junho de 2006 alterada pela Portaria nº 188 de 2010

### **Legislação de Radiodifusão**

#### **PORTARIA Nº 310, DE 27 DE JUNHO DE 2006**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e CONSIDERANDO os comentários recebidos em decorrência de consulta e audiência pública realizada pela Portaria nº 476, de 1 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 2005 e Portaria nº 1, de 4 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial de União de 4 de janeiro de 2006 CONSIDERANDO o disposto no art. 53 do Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º Aprovar a Norma Complementar nº 01/2006 – Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Art. 2º Esta a Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

### **ANEXO**

NORMA COMPLEMENTAR Nº 01 /2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

#### **OBJETIVO**

Esta Norma tem por objetivo complementar as disposições relativas ao serviço de radiodifusão de sons e imagens e ao serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, visando tornar a programação transmitida ou retransmitida acessível para pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e no Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto no 5.645, de 28 de dezembro de 2005.

#### **REFERÊNCIAS BÁSICAS**

2.1. Constituição Federal.

2.2. Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

2.3 Decreto-lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967, que modifica e complementa a Lei no 4.117, de 1962.

2.4 Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as Normas de proteção.

2.5 Lei no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.

2.6 Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

2.7 Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

2.8 Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

2.9 Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989.

2.10 Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

2.11 Decreto no 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, que aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anulares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.

2.12 Decreto no 5.645, de 28 de dezembro de 2005, que altera o art. 53 do Decreto no 5.296, de 2004.

2.13 Instrução Normativa no 1, de 2 de dezembro de 2005, da Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral da Presidência da República, que regulamenta o art. 57 do Decreto no 5.296, de 2004.

2.14 Norma Brasileira ABNT NBR 15290:2005, que dispõe sobre Acessibilidade em Comunicação na Televisão.

## DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Norma, devem ser consideradas as seguintes definições:

3.1. Acessibilidade: é a condição para utilização, com segurança e autonomia, dos serviços, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência auditiva, visual ou intelectual.

3.2. Legenda Oculta: corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva.

~~3.3. Áudio descrição: corresponde a uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual.-(alterado pela Portaria 188/2010)~~

3.3. Audiodescrição: é a narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual." (NR)"

3.4. Dublagem: tradução de programa originalmente falado em língua estrangeira, com a substituição da locução original por falas em língua portuguesa, sincronizadas no tempo, entonação, movimento dos lábios dos personagens em cena, etc. (NBR 15290).

3.5. Campanhas institucionais - campanhas educativas e culturais destinadas à divulgação dos direitos e deveres do cidadão.

3.6. Informativos de utilidade pública - qualquer informação que tenha a finalidade de proteger a vida, a saúde, a segurança e a propriedade.

3.7. Janela de LIBRAS: espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

## ABRANGÊNCIA

4.1. Ficam sujeitas ao cumprimento do disposto nesta Norma as pessoas jurídicas que detenham concessão ou permissão ou para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens e as pessoas jurídicas que detenham permissão ou autorização para explorar o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens.

4.2. Inclui-se na obrigatoriedade de cumprimento do disposto nesta Norma as pessoas jurídicas referidas no subitem 4.1. que transmitirem ou retransmitirem programação que, mesmo tendo sido produzida em outros países, seja editada, traduzida ou sofra qualquer adaptação considerada necessária para sua transmissão ou retransmissão com boa qualidade de percepção e compreensão pelo público brasileiro.

## RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

5.1 A programação veiculada pelas estações transmissoras ou retransmissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens deverá conter:

a) Legenda Oculta, em língua Portuguesa, devendo ser transmitida através da linha 21 do Intervalo de Apagamento Vertical (VBI);

b) Audiodescrição, em língua Portuguesa, devendo ser transmitida através do Programa Secundário de Áudio (SAP), sempre que o programa for exclusivamente falado em Português; e

c) Dublagem, em língua Portuguesa, dos programas veiculados em língua estrangeira, no todo ou em parte, devendo ser transmitida através do Programa Secundário de Áudio (SAP) juntamente com a audiodescrição definida na alínea b, de modo a permitir a compreensão dos diálogos e conteúdos audiovisuais por pessoas com deficiência visual e pessoas que não consigam ou não tenham fluência para leitura das legendas de tradução.

5.2 A programação de caráter oficial deverá ser veiculada pelas pessoas jurídicas que detenham concessão para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens e as pessoas jurídicas que detenham permissão ou autorização para explorar ou executar o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, de acordo com a Instrução Normativa no 1, de 2 de dezembro de 2005, da Secretaria Geral da Presidência da República.

5.3 Os programas que compõem a propaganda político-partidária e eleitoral, bem assim campanhas institucionais e informativos de utilidade pública veiculados pelas pessoas jurídicas concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagem, bem como as pessoas jurídicas que possuem permissão ou autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, deverão

conter janela com intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), cuja produção e ou gravação ficarão ao encargo e sob a responsabilidade dos Partidos Políticos e ou dos respectivos Órgãos de Governo aos quais se vinculem os referidos programas, sem prejuízo do cumprimento do disposto no subitem 5.1.

5.4 Sem prejuízo do cumprimento do disposto no subitem 5.1, o projeto de desenvolvimento e implementação da televisão digital no Brasil deverá:

5.4.1 permitir o acionamento opcional da janela com intérprete de LIBRAS, para os espectadores que necessitarem deste recurso, de modo a possibilitar sua veiculação em toda a programação;

5.4.2. permitir a inserção de locução, em Português, destinada a possibilitar que pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência intelectual selecionem as opções desejadas em menus e demais recursos interativos, com autonomia.

## CARACTERÍSTICAS

A produção e veiculação dos recursos de acessibilidade objeto desta Norma deverão ser realizados com observância dos critérios e requisitos técnicos especificados na ABNT NBR 15290:2005 - Acessibilidade em Comunicação na Televisão, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

## PRAZOS

~~7.1. Os recursos de acessibilidade objeto desta Norma deverão ser veiculados na programação exibida pelas pessoas jurídicas que detenham concessão para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens e pelas pessoas jurídicas que detenham permissão ou autorização para explorar o serviço de retransmissão de televisão, ancilar~~

~~ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, de acordo com o seguinte cronograma: (alterado pela Portaria 188/2010)~~

7.1. Os recursos de acessibilidade de que tratam as alíneas "a" e "c" do subitem 5.1 desta Norma deverão ser veiculados na programação exibida pelas exploradoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão (RTV) de acordo com o seguinte cronograma:

a) no mínimo, uma hora, na programação veiculada no horário compreendido entre 8 (oito) e 14 (quatorze) horas, e uma hora na programação veiculada no horário compreendido entre 20 (vinte) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma;

b) no mínimo, duas horas, na programação veiculada no horário compreendido entre 8 (oito) e 14 (quatorze) horas, e duas horas na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma;

c) no mínimo, três horas, na programação veiculada no horário compreendido entre 8 (oito) e 14 (quatorze) horas, e três horas na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma;

d) no mínimo, quatro horas, na programação veiculada no horário compreendido entre 8 (oito) e 14 (quatorze) horas, e quatro horas na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 60 (sessenta) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma;

e) no mínimo, seis horas, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 14 (quatorze) horas, e seis horas na programação veiculada no horário compreendido entre 18 (dezoito) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 72 (setenta e dois) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma; e

f) no mínimo, dezesseis horas, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 94 (noventa e quatro) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma.

g) no mínimo, vinte horas, na programação diária total, dentro do prazo de 106 (cento e seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma.

h) a totalidade da programação diária, dentro do prazo de 132 (cento e trinta e dois) meses, contado a partir da data de publicação desta Norma.

7.2 O recurso de acessibilidade de que trata a alínea "b" do subitem 5.1 desta Norma deverá ser veiculado na programação exibida pelas exploradoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão (RTV) de acordo com o cronograma constante dos subitens 7.2.1 e 7.2.2. **(incluído pela Portaria 188/2010)**

7.2.1 Quando se tratar de geradora cedente de programação ("cabeça-de-rede") licenciada para transmitir com tecnologia digital:

a) no mínimo, duas horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar de 1o de julho de 2010;

b) no mínimo, quatro horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar de 1o de julho de 2010;

c) no mínimo, seis horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 60 (sessenta) meses, a contar de 1o de julho de 2010;

d) no mínimo, oito horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 84 (oitenta e quatro) meses, a contar de 1o de julho de 2010;

e) no mínimo, doze horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 96 (noventa e seis) meses, a contar de 1o de julho de 2010;

f) no mínimo, dezesseis horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 108 (cento e oito) meses, a contar de 1o de julho de 2010;

g) no mínimo, vinte horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) meses, a contar de 1o de julho de 2010;

7.2.2. Quando se tratar de geradora cedente de programação ("cabeça-de-rede") ainda não licenciada para transmitir com tecnologia digital:

a) no mínimo, duas horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

b) no mínimo, quatro horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

c) no mínimo, seis horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

d) no mínimo, oito horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 84 (oitenta e quatro) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

e) no mínimo, doze horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 96 (noventa e seis) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

f) no mínimo, dezesseis horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 108 (cento e oito) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

g) no mínimo, vinte horas semanais, na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) meses, a contar da data de expedição da respectiva licença para funcionamento de estação digital;

7.3. No caso de afiliada ou retransmissora: na data de início da transmissão ou retransmissão com tecnologia digital observada, à época, quanto à veiculação dos recursos de acessibilidade de que trata o subitem 5.1, a mesma proporção de horas e o mesmo horário estabelecido para a geradora cedente da programação." (NR) (incluído pela Portaria 188/2010)

## EXCEÇÕES

8.1 Não se obriga aos dispositivos desta Norma:

a veiculação inédita ou a reprise de programas que tenham sido produzidos ou gravados antes da data de publicação desta Norma Complementar sem os recursos de acessibilidade aqui previstos;

a veiculação, ao vivo, de competições esportivas realizadas em recintos com capacidade para acomodação de platéia inferior a 5000 (cinco mil) pessoas;

Programação de caráter estritamente local com duração de até 30 (trinta) minutos.

## EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO E/OU RETRANSMISSÃO

9.1 As estações transmissoras ou retransmissoras que não comportarem a Linha 21 do Intervalo de Apagamento Vertical (VBI) e/ou o Programa Secundário de Áudio (SAP), deverão ser adaptadas ou substituídas de acordo com o seguinte cronograma:

9.1.1 No prazo de 2 (dois) anos, contado a partir da publicação desta Norma, para as estações transmissoras ou retransmissoras localizadas em cidades com população superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes.

9.1.2 No prazo de 4 (quatro) anos, contado a partir da publicação desta Norma, para as estações transmissoras ou retransmissoras localizadas em cidades com população superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

9.1.3 No prazo de 6 (seis) anos, contado a partir da publicação desta Norma, para as estações transmissoras ou retransmissoras localizadas em cidades com população superior a 200.000 (duzentos mil) habitantes.

9.1.4 No prazo de 8 (oito) anos, contado a partir da publicação desta Norma, para as estações transmissoras ou retransmissoras localizadas em cidades com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes.

9.1.5 No prazo de 10 (dez) anos, contado a partir da publicação desta Norma, para as estações transmissoras ou retransmissoras localizadas nas demais cidades do Brasil.

9.2 Nas localidades em que as estações transmissoras ou retransmissoras forem substituídas para permitir a transmissão e/ou retransmissão em sistema digital, as novas estações já devem comportar os recursos de acessibilidade definidos nesta Norma.

9.3 Cumpridas as disposições deste item, os prazos definidos no item 7 serão contados a partir da data de expedição da licença de funcionamento do equipamento substituído, exceto quando se tratar de veiculação de programas originados de outras geradoras e que já contenham os recursos de acessibilidade objeto desta.

## 10. RESPONSABILIDADE

10.1 - As emissoras de radiodifusão de sons e imagens e as retransmissoras de televisão são responsáveis pela produção e veiculação dos recursos de acessibilidade definidos no subitem 5.1 em todos os programas dos quais sejam detentoras dos direitos autorais.

10.2 - Cabe a cada pessoa jurídica detentora de concessão para executar o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e permissão ou autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, a intransferível e exclusiva responsabilidade pela implementação dos meios necessários para que a programação veiculada contenha os recursos de acessibilidade previstos nesta Norma.

## 11. PENALIDADES

11.1 O descumprimento das disposições contidas nesta Norma sujeita as pessoas jurídicas que detenham concessão ou autorização para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens e as pessoas jurídicas que detenham permissão ou autorização para explorar o serviço de

retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, às penalidades prescritas no Código Brasileiro de Telecomunicações.

11.2 - A pena será imposta de acordo com a infração cometida, considerados os seguintes fatores:

- a) gravidade da falta;
- b) antecedentes da entidade faltosa; e
- c) reincidência específica.

11.3 Antes de decidir pela aplicação de qualquer penalidade, o Ministério das Comunicações notificará a interessada para exercer o direito de defesa, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da notificação.

11.4 A repetição da falta, no período decorrido entre o recebimento da notificação e a tomada de decisão, será considerada como reincidência.